

ANAIS



1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO
"PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"

PONTA GROSSA - PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022



Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais Aplicadas



Universidade Estadual
de Ponta Grossa

S612 Simpósio Interamericano “Perspectivas sobre Alimentação” (1:
2022, Ponta Grossa-PR)
Anais eletrônicos do 1º. Simpósio Interamericano “Perspectivas
sobre Alimentação”, 30 a 31/08 de 2022. Mirna de Lima
Medeiros et al. (Org.). Ponta Grossa, 2022.

ISBN: 978-65-00-51666-1

1. Alimentação 2. Políticas públicas. 3. Pobreza. 4. Economia
solidária. 5. Vulnerabilidade. I. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. II. Medeiros, Mirna de Lima et al. (Org.). III. T.

CDD: 320.5

EXPEDIENTE

I SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"
Ponta Grossa - Paraná, 30 e 31 de Agosto de 2022

PROMOÇÃO

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG
Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

COMISSÃO ORGANIZADORA

Dr^a. Mirna de Lima Medeiros (coordenadora)
Dr^a. Augusta Pelinski Raiher
Dr^a. Édina Schimanski
Dr^a. Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Dr^a. Larissa Mongruel Martins de Lara
Dr^a. Luana Marcia de Oliveira Billerbeck
Dr^a. Sandra Scheffer

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Carlos Eduardo Coradassi [UEPG]
Dr^a. Cleide Lavoratti [UEPG]
Dr^a. Danuta Estrufika Cantoia Luiz [UEPG]
Dr^a. Graziela Scalise Horodyski [UEPG]
Dr^a. Jezili Dias [UTFPR]
Dr^a. Lislei Terezinha Preuss [UEPG]
Dr^a. Luana Marcia de Oliveira Billerbeck [UEPG]
Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha [UEPG]
Dr^a. Natália de Lima Bueno Birk [UTFPR]
Dr^a. Reidy Rolim de Moura [UEPG]
Dr^a. Rúbia Gisele Tramontin Mascarenhas [UEPG]
Dr^a. Violeta Magdalena Rojas Huayta [UNMSM]
Msc. Karolina Dutra [UEPG]

COMISSÃO DE APOIO DISCENTE

Bruna Fernanda Itaoui
Charon Mahrara de Araújo Leite
Hellen Vitória Silva
Isabela Sens Fadel Gobbo
Rodrigo Pereira Leite

MONITORAS DOS GRUPOS DE TRABALHO

Bruna Fernanda Itaoui
Gabriela Cristina Covalchuk
Gabriele Petroski Machado
Isabela Sens Fadel Gobbo
Priscilla Garbelini Jaronski
Thais Sanson Sene
Terezinha Pelinski da Silveira

DIAGRAMAÇÃO DOS ANAIS

Rodrigo Pereira Leite

APRESENTAÇÃO

O direito a uma alimentação adequada é fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável para a realização de outros direitos. Assim, deve ser garantido a todos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental, cultural, econômico e social.

Além disso, a alimentação é mais do que uma fonte essencial de nutrientes, é também uma componente chave da cultura, fundamental para o sentido de identidade. Através da alimentação cada grupo social distingue-se dos outros, reconhece-se a si próprio e é por isso reconhecido, com base em cada especificidade, tanto em relação à utilização de ingredientes específicos como em relação aos hábitos alimentares, formas de preparação e consumo.

A pandemia de COVID-19, bem como questões sociais, econômicas e políticas (que são consequência ou até mesmo antecedem a questão sanitária) tem alterado os ambientes alimentares das pessoas, tanto nas suas dimensões externas - disponibilidade de alimentos, preços, vendedores - como nas suas dimensões pessoais - acesso geográfico, acessibilidade econômica, conveniência e desajustabilidade. Estas mudanças no ambiente alimentar influenciam as práticas de compra e consumo de alimentos das pessoas, o que pode levar a uma deterioração do estado nutricional e de saúde (individual e/ou populacional).

Diversos estudiosos têm se preocupado com a questão alimentar globalmente. Especificamente em Ponta Grossa o Grupo Questão Ambiental Gênero e Condição de Pobreza verificou um incremento significativo da insegurança alimentar entre a população vulnerável estudada. No Peru o Núcleo de investigación en alimentación y nutrición pública da Universidad Nacional Mayor de San Marcos verificou alterações nas dimensões do sistema alimentar e do consumo da população adulta de Lima durante a Pandemia.

Grupo de Trabalho I

Tema: Políticas Públicas para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada **12**

(IN)segurança alimentar e os programas sociais: um estudo de caso no município de Ponta Grossa-PR

G. C. Covalchuk; R. P. Leite; A. P. Raiher; M. L. Medeiros **13**

A implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) no Brasil: uma análise de conjuntura e cenário atual

M. Agostinho; N. Mendes; R. Zanella; R. Vieira **15**

Dignidade alimentar: a cara da fome no Brasil

E.N.L. Cunha; M.C. Baluta **18**

Programa Cartão Comida Boa

J. P. C. Santos; L. T. Preuss **20**

Reflexões sobre a Agnotologia como disciplina de estudo e abordagem teórico-metodológica

F. Biscaia **22**

Territorialização da fome em Ponta Grossa: análise espacial dos impactos da pandemia COVID-19 na segurança alimentar da população vulnerável.

I. S. F. Gobbo; T. S. Sene; S.M. Scheffer **25**

Vulnerabilidade e segurança alimentar nas microrregiões brasileiras

M. A. Monteiro; L. R. Alves; M. Piffer; J. Ferrera de Lima **27**

Grupo de Trabalho II

Tema: Alimentação, Pobreza, Pandemia e Infância 29

“Políticas alimentarias, infancia Y pandemia. El Programa abordaje comunitario Y los jardines comunitarios de Cuartel V- Moreno en la alimentación saludable de Los/As Niños/As”

H. M. Jaime 30

A insegurança alimentar e a pobreza como produtos do desemprego no município de Ponta Grossa durante a pandemia COVID-19

B. Itaoui; L. Mainardes; S. Oliveira; T. Silveira 32

Moradia e insegurança alimentar: impactos da pandemia de covid-19 em Ponta Grossa – PR face às famílias em vulnerabilidade social

L. M. Ferreira; S. M. Scheffer 34

Reflexos da pobreza e da extrema pobreza no município de Ponta Grossa-PR: insegurança alimentar e habitacional no contexto de COVID-19

C. M. A. Leite; S. M. Scheffer 36

Grupo de Trabalho III

Tema: Alimentação & Saúde..... 38

A sustentabilidade alimentar na perspectiva da ODS 02 da agenda 2030 - fome zero e agricultura sustentável

C. Lopatiuk; C. E. Lopatiuk; A. C. D. Czerevaty; S. C. da Silva **39**

Condiciones sociodemográficas y alimentación en universitarios

M. L. Wallinger; F. Magalí Pizarra; A. V. Moreno; F. M. Díaz; L. Pelatelli **42**

Feira Verde: uma estratégia sustentável de enfrentamento da insegurança alimentar

M. L. Bittencourt; L. T. Preuss **44**

Perfil del consumidor de stevia y valoración de la misma

M. L. Wallinger; G. A. Guerrero; M. G. Yedvab; M. E. Colombo; E. L. Cabello **46**

Grupo de Trabalho IV

**Tema: Economia Solidária, Modelos Alternativos de
Produção Agropecuária e o D.H.A.A. 48**
.....

A catástrofe alimentar que se avizinha – um estudo das causas e sugestões para a
crise alimentar mundial

C. Lopatiuk; 49
.....

Agroecologia e segurança alimentar: saúde e qualidade para os consumidores e
agricultores do acampamento maria rosa do contestado

C. A. da S. Albach; J. M. M. Santiago; A. da . Valadão 52
.....

Fomentando a agroecologia: a experiência de redes de comercialização na região
dos Campos Gerais

A. A. B. Pereira; C. Wynnek; R. R. de Moura 54
.....

Produção de commodities não alimentícias e a contraditória relação entre
agronegócio e segurança alimentar

R. Tawfeiq 57
.....

Grupo de Trabalho V

Tema: Vulnerabilidade Social, Educação e Insegurança Alimentar.....59

A feminização da pobreza no município de Ponta Grossa/PR

C. C. Sanches; É. Schimanski; L. M. de O. Billerbeck; S. I. Dainelli60

Insegurança alimentar e feminização da pobreza enquanto violência social no contexto da COVID-19

C. C. Sanches; É. Schimanski; L. M. de O. Billerbeck; M. L. Bittencourt; S. I. Dainelli62

NutriNidos: intervención con una progressive web app para la promoción de hábitos saludables en preescolares

O. J. C. Torres; C. P. E. Cárcamo64

Os sujeitos da fome em Tarso de Melo

D. J. Gonçalves; I. de B. F. Dias66

Grupo de Trabalho VI

Tema: Alimentação, Cultura e Turismo 68

A dieta carnívora como hábito alimentar socialmente insustentável

..... G. S. Cramer 69
.....

Alimentação estritamente vegetariana resolve o problema de insegurança alimentar?

..... R. Oliveira 71
.....

Negócio socioambiental: pescados como produção associada ao turismo de base comunitária

..... V. Albach; L. L., Santos; C. Sampaio 73
.....

O que é comer bem? A visão de pessoas em situação de vulnerabilidade em Ponta Grossa (PR)

..... H. V. Silva; P.G. Jaronski; M. L. Medeiros; A. P. Raiher 76
.....

GT- I

Tema: Políticas Públicas para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

Coordenadores: Prof^a. Dr^a. Luana Marcia de Oliveira Billerbeck [UEPG]
Prof^a. Dr^a. Violeta Magdalena Rojas Huayta [UNMSM]

(IN)segurança alimentar e os programas sociais: estudo de caso do município de PONTA GROSSA-PR

G. C. Covalchuk¹; R. P. Leite²; A. P. Raiher³; M. L. Medeiros⁴

RESUMO: A Pandemia COVID-19 intensificou ainda mais a vulnerabilidade social agravando as carências sociais, afetando em especial a insegurança alimentar (IA). Para o enfrentamento, as políticas públicas são extremamente importantes. Por essa razão, analisa-se a importância dos programas sociais na mitigação da IA durante a pandemia da Covid-19, considerando os domicílios mais vulneráveis de Ponta Grossa/PR. Trata-se de pesquisa exploratória, que, com uma amostra de 302 famílias, utilizou-se da ferramenta de análise estatística Propensity Score Matching, a fim de avaliar o efeito de um programa social na mitigação da insegurança alimentar durante a pandemia. Verificou-se que ao acessar ao menos um programa social, há uma regressão em seu nível de IA. Contudo, boa parte da população inserida na insegurança alimentar grave não foi assistida por programas sociais, sendo necessário repensar a abrangência e funcionamento destes programas.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança Alimentar. Programas Sociais. Pandemia da COVID-19.

INTRODUÇÃO

Houve uma intensificação das vulnerabilidades sociais existentes no Brasil com a Pandemia da COVID-19, em que a queda do emprego e da renda ensejaram em um agravamento das carências sociais, especialmente para as pessoas que já se encontravam em piores condições socioeconômicas ex ante. Para romper com este processo cumulativo negativo intensificado pela pandemia, as políticas/programas sociais se mostram essenciais, constituindo a forma do Estado proporcionar a garantia dos direitos fundamentais, em especial, dos direitos sociais.

Prevista na Constituição Republicana como um direito fundamental indispensável e inerente à dignidade da pessoa humana, a alimentação adequada – em quantidade e em qualidade – é indispensável. Isso porque, uma alimentação insuficiente e incompleta provoca consequências inequívocas e prejudiciais ao desenvolvimento psicológico, social e físico de uma população (Rozaneli et al, 2015). Contudo tem sido muito afetada durante esse período (Vigisan, 2021).

Nesse sentido, objetiva-se analisar a importância dos programas sociais na mitigação da insegurança alimentar durante a pandemia da COVID-19, observando os domicílios mais vulneráveis de Ponta

Grossa/PR. Para tanto, utiliza-se o método Propensity Score Matching, que cria um grupo estatisticamente similar, de forma que o diferencial de inserção na insegurança alimentar apoia-se apenas no fato de participar ou não de programas sociais e não por características endógenas dos domicílios.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS PROGRAMAS SOCIAIS EXECUTADOS DURANTE A PANDEMIA

As políticas públicas são formas de o Estado proporcionar a garantia dos direitos fundamentais, especialmente os direitos sociais (Schmidt, 2008). A partir da Constituição Federal de 1988, houve uma ampliação das políticas sociais no Brasil, para atender demandas da população. Com esse avanço, surgiu a necessidade de monitorar e avaliar os programas governamentais a fim de verificar se os recursos públicos estão sendo empregados de forma satisfatória e o público-alvo realmente sendo beneficiado (Jannuzzi, 2011).

Foram acessados pela população mais vulnerável de Ponta Grossa oito programas sociais, a saber: Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa família, Cesta Básica, Auxílio Emergencial, Programa Leite das Crianças, além dos programas municipais, qual sejam: Programa Feira Verde e Auxílio-Gás, Auxílio Mercado. Por brevidade, deixa-se de descrevê-las. Contudo, foram analisadas a fim de avaliar a importância dessas ações na mitigação da carência alimentar da população, compreendendo o seu alcance, falhas e tempo de maturação.

METODOLOGIA

Objetivando analisar a importância dos programas sociais para mitigar a insegurança alimentar durante a pandemia, foi utilizado dados de uma pesquisa realizada por Raiher et al (2022), construída a partir de uma amostra probabilística de 302 famílias (total de 5.305 famílias), as quais representaram a população total atendida com o benefício eventual de auxílio alimentação de Ponta Grossa/PR.

Assim, considerando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em sua versão de oito itens (Vigisan, 2021), classificou-se os domicílios em: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IL), insegurança alimentar moderada (IM) e insegurança alimentar grave (IG).

Identificados os programas sociais acessados por essa população durante a pandemia, foi correlacionado com o grau de insegurança. Na sequência, foi utilizado

1 Gabriela Cristina Covalchuk (gabrielacovalchuk@hotmail.com), Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil.

2 Rodrigo Pereira Leite (rodrigorplt@hotmail.com), Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, Paraná, Brasil.

3 Augusta Pelinski Raiher (apelinski@gamil.com), Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

4 Mirna de Lima Medeiros (mlmedeiros@uepg.br), Pós Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

o método Propensity Score Matching (PSM) para avaliar a importância desses programas sociais na mitigação da insegurança alimentar.

O PSM é uma estratégia empírica eficiente para avaliação dos efeitos de um programa social sobre determinada variável, quando a unidade de análise (nesse caso, domicílios que acessaram programas sociais) é beneficiado por determinada política versus quando não é (Heinrich et al., 2010). A diferença obtida na variável de interesse consiste no impacto da política pública.

RESULTADOS

Quando a população se encontra num círculo vicioso da pobreza, a intervenção do Estado se torna crucial, tendo em vista a inviabilidade da saída natural dos indivíduos dessa situação (Myrdal, 1954). No caso dos domicílios pesquisados em Ponta Grossa-PR, analisou a sua inclusão em oito possíveis políticas/programas que estavam disponíveis durante a pandemia.

De todos os domicílios, 24% não acessaram nenhuma das políticas/programas disponíveis (fatores como desconhecimento, falta de acesso ou escassez de recursos tecnológicos podem ser explicativos). Relacionando o acesso aos programas/políticas disponíveis versus a (in)segurança alimentar, 20,81% dos que estavam na IG não acessaram nenhum programa disponível, ou seja, parte considerável das famílias em situação de fome não estavam amparadas pelas políticas/programas sociais disponíveis.

Sobre cada programa com diferentes graus de (in)segurança alimentar, observou-se uma baixa correlação de acesso a um programa social versus o acesso a outro. Apresentaram maiores associações o Auxílio Mercado, Feira Verde e o Auxílio Gás, em que quando acessado um destes, na média, outros dois são acessados também (e vice-versa). Justifica-se, pois, são voltados de forma específica para alimentação. Contudo, ainda assim, o acesso da população vulnerável a esses benefícios foi baixo.

Boa parte dos domicílios mais inseridos na insegurança alimentar não foram beneficiados pelos programas sociais disponíveis. Para analisar se aqueles que foram beneficiados tiveram um menor grau de inserção na vulnerabilidade alimentar, estimou-se o modelo PSM. O resultado (Tabela 1) indica que se os domicílios acessarem pelo menos um Programa Social, na média, tem-se uma retração da IA da população vulnerável de Ponta Grossa, evidenciando a importância dos Programas Sociais neste processo.

Isto posto, ao acessar um programa social, identificou-se que, quando um domicílio é beneficiado diminui seu grau de carência alimentar. Quando analisada a ampliação do acesso, aqueles que estavam participando de dois programas sociais, na média, apresentaram um impacto maior na redução dos níveis de insegurança alimentar (-0,08), superior ao valor obtido quando considerado apenas um (-0,05). Por fim, três ou mais programas não se mostrou significativo. Em parte, este resultado pode

estar atrelado a própria magnitude de recursos, não sendo suficiente para mitigar a fome.

Tabela 1. Efeito médio de acessar programas sociais na insegurança alimentar.

Número de acesso aos Programas Sociais	Efeito médio	Teste t
Pelo menos um Programa	-0,03*	-2,68
Apenas um	-0,05**	-1,69
Dois Programas	-0,08*	-2,31
Três Programas	-0,02	-1,00
Mais de três programas	-0,001	-0,35

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%. ** significativo a um nível de significância de 10%.

CONCLUSÃO

Diante do objetivo do artigo, verificou-se que os programas sociais são essenciais ao rompimento da vulnerabilidade alimentar, de modo que quando um domicílio acessa pelo menos um programa social, tende, na média, a retrair seu nível de insegurança alimentar. Contudo, grande parte da população inserida na insegurança alimentar grave não foi assistida pelos programas sociais. Assim, se faz necessário o repensar das abrangências e funcionamentos dos programas, a fim de atender um maior número de famílias em grau de IA, e beneficiar satisfatoriamente o público-alvo destes programas governamentais. Estudos futuros devem seguir monitorando o impacto dos programas (novos e atuais) e verificar alterações ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- Heinrich, C. et al (2010). A Primer for Applying Propensity-Score Matching: Impact-Evaluation Guidelines. Inter-american Development Bank.
- Jannuzzi, P. de M. (2011). Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas (36).
- Myrdal, G. (1957). Economic Theory and Underdeveloped Regions. London: Duckworth.
- Raiher, A. et al (2022). Fome e pandemia: um estudo em Ponta Grossa – relatório de pesquisa. Ponta Grossa. UEPG.
- Rosaneli, C. F. et al (2015). A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. Revista Bioética (23) 89-97.
- Schmidt, J. P. (2008). Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. Santa Cruz do Sul. EDUNISC.
- Vigisan (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. Recuperado em 1 jun. 2022 de http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

A implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) no Brasil: uma análise de conjuntura e cenário atual

M. Agostinho¹; N. Mendes²; R. Zanella³; R. Vieira⁴

RESUMO: Esta pesquisa apresenta questões acerca da nutrição adequada no Brasil, como um direito básico e fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana. O estudo tem como objetivo realizar uma discussão acerca da temática da segurança alimentar e nutricional, bem como da implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), fazendo-se uma análise de conjuntura e desafios no cenário atual brasileiro diante da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional; Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz como conteúdo questões acerca da nutrição adequada no Brasil, como um direito básico e fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana. O estudo tem como objetivo realizar uma discussão acerca da temática da segurança alimentar e nutricional, com a implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), fazendo-se uma análise de conjuntura. Discute-se ainda sobre os desafios no cenário atual brasileiro diante da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão responsável, dentre outras atribuições, pela participação e o controle social por parte da população. Assim, esta pesquisa justifica-se pelo seu aspecto social, demonstrando sua relevância na atualidade, pois também visa instigar a articulação de esforços entre Estado e sociedade civil, na busca de uma alimentação/nutrição em quantidade/qualidade adequadas para a população brasileira.

Tocante à metodologia empregada no estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, com "[...] finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas." (SOUSA et al., 2021, p. 65). Também fez-se uso da pesquisa documental, que segundo Pádua (1997, p. 62 apud PIANA, 2009, p. 122), "[...] é aquela realizada a partir de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados) [...]".

POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (PNAN) - ANÁLISE DE CONJUNTURA

As causas da nutrição inadequada estão intimamente relacionadas entre si, como limitações ecológicas, sanitárias e culturais, mas a principal é a pobreza. Isso resulta em padrões de desenvolvimento socioeconômico, que nos países mais pobres caracteriza-se em alto grau de concentração de poder e riquezas nas mãos de pequenas elites e grupos. (JONSSON, 1989, p. 49).

Em relação ao Brasil, destaca-se duas questões referentes à pobreza e à fome. A primeira é a desigualdade social que alastra regiões com alta incidência de pobreza. Para Barros et al (2000, p. 123), o Brasil é um país que possui muitas pessoas pobres e não um país em si pobre, e devido a isso tem-se a necessidade de políticas públicas de combate à pobreza, que conferem prioridade no que tange a redução das desigualdades sociais. A outra questão é referente à determinação territorial de pobreza. Nota-se a existência de territórios de exclusão, com pessoas/famílias pobres que encontram-se na mesma situação de precariedade.

A ampliação do debate sobre a fome e seus determinantes acarretou na expansão do tema, e o termo "segurança alimentar" foi adotado. Após a Conferência Internacional de Nutrição (1992), a questão nutricional e sanitária foram incorporadas, passando a ser nomeado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de modo que passa afirmar o "[...] caráter fundamental que a alimentação, em quantidade e qualidade, tem para a garantia da sobrevivência humana." (SILVA, 2014, p. 13).

Nos anos 80/90, consolidou-se o conceito SAN no Brasil com a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição junto com a VIII Conferência Nacional da Saúde, dando destaque para o tema. Ainda em 1986, após o impeachment de Collor, o governo Itamar Franco lançou o Plano de Combate à Fome e à Miséria, articulando governo e sociedade civil numa estratégia de combate à fome. Diante disso, em 1993 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Posteriormente, o CONSEA foi substituído, em 1995, pelo Programa Comunidade Solidária (PCS), no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em 1997, os temas de alimentação e nutrição foram escolhidos para integrar políticas estabelecidas no Sistema Único de Saúde (SUS), sendo elaborado o texto base para a política de alimentação e nutrição. Finalmente, em 1999 é aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a qual "[...] constitui-se como

1 Marcio Soares de Agostinho (marcio.soaresdeagostinho@gmail.com), graduando do 4º ano do curso de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Nikole de Almeida Mendes (nikolemendes123@gmail.com), Assistente Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 Regiane de Fátima Dias Zanella (regizanella1983@hotmail.com), Assistente Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4 Rhayssa Vieira (Rhayviei99@gmail.com), Assistente Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

uma resposta oportuna e específica do SUS para reorganizar, qualificar e aperfeiçoar suas ações para o enfrentamento da complexidade da situação alimentar e nutricional da população brasileira, [...]" (BRASIL, 2013, p. 20).

A PNAN percorreu um longo caminho, desde a entrada na agenda governamental até sua implementação. A agenda governamental é definida a partir de um conjunto de temas ou problemas em pauta que demandam a atenção da equipe de governo e seus assessores. Para a PNAN ser inserida na agenda governamental nacional, houve uma construção permeada por lutas sociais e por alguns atores envolvidos com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política, sendo marcada por uma série de descontinuidades, baixo grau de centralidade na política geral e poucos resultados sociais concretos (SILVA, 2014, p. 64).

O CENÁRIO ATUAL

Diante de todo o exposto, destaca-se o CONSEA, que foi recriado em 2003 (Medida Provisória nº 102), como um órgão de assessoramento ao presidente da república, com autonomia de convocar conferências nacionais com foco na SAN. Além das atribuições de acompanhar, articular e monitorar as políticas de SAN. Atribuições estas, retiradas pelo atual Presidente da República Jair Bolsonaro, em seu primeiro dia como chefe do poder executivo.

A Medida Provisória nº 870, de 2019, reestruturou a organização do Governo Federal, revogou importantes dispositivos da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), culminando na extinção do CONSEA. Todavia, a PNAN não foi revogada, passando sua gestão para o Ministério da Cidadania. O CONSEA possuía grande responsabilidade nos diálogos intersetoriais, além da sociedade civil, para que políticas públicas fossem implementadas, visando principalmente o acesso à alimentação saudável por parte da população.

O CONSEA é a instância de articulação entre Estado e sociedade civil, haja vista a necessidade da participação popular para o levantamento das demandas por parte da população. Cabe lembrar, que além de retratar as diferentes realidades de municípios brasileiros, a participação popular encontra seu direito expresso dentro da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Em concordância com Nery (2019), comer é um ato político. O autor faz referência sobre a consolidação do CONSEA, que em 1 de janeiro de 2003, inaugurou as decisões tomadas pelo então presidente Lula, e, emblematicamente à extinção do mesmo conselho, inaugurando as decisões tomadas por Jair Bolsonaro em 1 de janeiro de 2019.

Certa feita, o atual Presidente Jair Bolsonaro alegou que passar fome no Brasil é uma grande mentira. A erradicação da fome e da desnutrição foi uma das

primeiras bandeiras do governo do ex-presidente Lula, que no início do seu primeiro mandato em 2003 lançou o programa "fome zero", que veio a tornar-se referência para outros países.

As ações realizadas a partir da criação do CONSEA ajudaram a tirar o Brasil do mapa da fome e trouxeram condições para superar os riscos sociais às comunidades e povos vulneráveis. Conforme Nery (2019), ao fazer a análise dos avanços trazidos a partir da construção do CONSEA, os mecanismos de participação popular traziam vida dentro dos espaços de discussão. Para o autor, "[...] isso é justamente o que o novo governo não quer: vida, atividade e participação." (NERY, 2019).

Desta forma, destaca-se um dos grandes desafios do cenário atual em relação a SAN, ou seja, a necessidade de promover o controle social das políticas públicas, dentre estas, a PNAN. Visando a participação dos diferentes segmentos que compõem a sociedade civil, seja no monitoramento, seja na ampliação de debates, bem como na definição de prioridades de acordo com as necessidades por parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o cenário da nutrição inadequada está diretamente ligado à desigualdade social e à má distribuição dos recursos disponíveis para a população, além da determinação territorial da pobreza. Percebe-se com o caminho percorrido até a implementação da PNAN, que a temática da segurança alimentar sempre esteve inserida de maneira precária na agenda governamental. Além do mais, mesmo após a consolidação da PNAN, ainda que não tenha sido revogada com a extinção do CONSEA - que estava intrinsecamente ligado ao levantamento das demandas da população -, muitos desafios ainda precisam ser superados no cenário atual brasileiro. Dentre estes, a participação e o controle social por parte da população, visto que retrata as diferentes realidades de municípios e estados brasileiros, como recomenda a CF/88.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, n. 42. p. 123-142.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2013). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1. ed., 1. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde.

JONSSON, U. (1989). As causas da fome. Em: VALENTE, F. L. (Org.). Fome e desnutrição: determinantes sociais. p. 48-65. São Paulo: Cortez.

NERY, D. Bolsonaro contra a segurança alimentar - por que extinguir o CONSEA?. Disponível em: <http://djalmanery.eco.br/ecologia/bolsonaro-contra-a-seguranca-alimentar-por-que-extinguir-o-consea/>. Acesso em: 06 Jun. 2022.

5 Cabe mencionar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a qual deve relacionar-se com a PNAN, de modo que a intersetorialidade traga a garantia e a promoção da SAN.

6 Lei no 11.346/2006.

7 A PNAN veio a sofrer modificações apenas no ano de 2011, no governo Dilma Rousseff.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

PIANA, M. C. (2009). A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 119-166.

SILVA, S. P. (2014). A Trajetória Histórica Da Segurança Alimentar e Nutricional Na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83.



Dignidade alimentar: a cara da fome no Brasil

E.N.L. Cunha¹; M.C. Baluta²

RESUMO: Este trabalho aborda a questão da fome na atual conjuntura brasileira, considerando o retorno do país figurar no Mapa da Fome. Utiliza-se das pesquisas mais recentes que apontam a insegurança alimentar, bem como, de bibliografia relacionada a temática, no intuito de fundamentar e promover o necessário debate sobre o desrespeito ao básico direito da alimentação. Ao final, evidencia-se que apesar dos diplomas legais nacionais e internacionais, a ausência de políticas públicas vem reiteradamente violando a dignidade da pessoa humana, uma vez que a alimentação, em qualidade e quantidade, ainda não é assegurada a todos os brasileiros.

PALVRAS CHAVE: Perfil da fome. Direito. Dignidade. Estado.

INTRODUÇÃO

A FAO (Food and Agriculture Organization of the United) ao estabelecer, com respaldo da Agenda 2030, o marco estratégico para o período de 2022 a 2031, o fez na perspectiva dos atuais desafios mundiais e regionais agravados pelas consequências da pandemia provocada pelo coronavírus. A ONU divulga todos os anos o mapa da fome mundial, pois apesar dos avanços tecnológicos de um mundo globalizado (BAUMAN, 1999), a insegurança alimentar permanece perene na maioria dos países. A mudança para uma melhoria dessa crônica realidade depende da efetividade de políticas públicas de combate à fome (ONU, 2022).

As políticas públicas podem ser compreendidas como o resultado das demandas que conseguem ser traduzidas para a esfera pública e recebem o aparato legal, onde de uma maneira ou de outra passam pelo mercado, pois as políticas públicas passam a efetivar serviços e benefícios para o cidadão. São intervenções do Estado pactuadas com a sociedade civil, interferindo na qualidade de vida de seus integrantes. Nessa ordem, as políticas públicas sempre vão depender de decisões políticas (ROSA, 2021).

Assim, é imperativo que o Estado por meio das políticas públicas desenvolva serviços, programas e projetos que garantam e operacionalizem o cumprimento do direito à alimentação. No entanto, os recentes dados apontados no último Mapa da Fome, dão conta de uma verdade que denuncia o não cumprimento deste poder-dever.

Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é promover o debate sobre as implicações da insegurança alimentar/fome com a dignidade das pessoas mais atingidas em território brasileiro.

METODOLOGIA

A investigação utilizou da metodologia de extensão qualitativa, valendo-se do método dedutivo. Como técnica de pesquisa, foi empregada a documental in-

direta com o recurso de fontes secundárias bibliográficas e legislações reguladoras da temática em estudo.

DISCUSSÃO

O Brasil passou a ter um destaque negativo no último Mapa da Fome, registrando que 33,1 milhões de pessoas passam fome. (PENSSAN, 2022) Importante ressaltar que em 2014, o Brasil não constava no referido demonstrativo, fato atribuído às intervenções estatais e na melhoria das condições de vida da população daquele período. Implica dizer, que a fome já não representava um problema estrutural para o país, conforme Relatório The State of Food Insecurity in de World da Organização das Nações Unidas. (SILVA, 2014)

Josué de Castro, na década de 30, em seu livro intitulado 'Geografia da Fome no Brasil' já denunciava o retrato da fome e da má nutrição nas terras brasileiras, declarando que a questão da fome e miséria no país não era reflexo do crescimento populacional, falta de recursos naturais ou quantidade de alimentos, mas sim, resultado da desigual distribuição de riquezas, proposição esta corroborada pela atualidade, cada vez mais desproporcional. (CASTRO, 1946)

Em que pese o Ministério da Cidadania divulgar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional contempla uma atuação de gestão intersetorial, participativa e de inter-relação, com integração dos três níveis de governo, visando a implementação e execução das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, é inquestionável que as medidas foram insuficientes frente a carência de habilidade de articulação política, de sustentabilidade e de consumo.

O direito de ter um padrão de vida capaz de assegurar a si e sua família saúde e bem estar (Declaração Universal dos Direitos Humanos) não diz respeito somente ao indivíduo ou grupo familiar, mas do próprio conceito de soberania alimentar, na qual todo ser humano/comunidade deve possuir recursos e apoio necessários para manter a sua subsistência. Da mesma forma, a Constituição Federal de 1988, elenca, entre outros, a alimentação como um direito social.

Na mesma cadência, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006), traz em seu artigo segundo, das disposições gerais, o reconhecimento de que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana, e que o poder público deve adotar as políticas e ações capazes de promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Neste contexto, considerando a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da própria República Federativa do Brasil e para além da qualidade intrínseca de cada ser humano, confere ao

1 Elaine Novak Lacomski Cunha (elaine.novak@hotmail.com), assistente social, Pref. Mun. de Prudentópolis.

2 Maria Cristina Baluta (cristinabaluta@hotmail.com), docente/Direito, UEPG.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

indivíduo igual respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, com a garantia das condições existenciais mínimas para uma vida saudável. Nesta concepção se pode compreender a dignidade alimentar como o direito humano à alimentação adequada e satisfatória. (SARLET, 2014) Entretanto, a segurança alimentar, direito reconhecido desde 1990, continua preterido pela desigualdade social, ecoando cada vez mais próximo a fala e sofrimento de Carolina Maria de Jesus (2014, p. 25) "É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la."

A fome não escolhe lugar e nem hora, mas estampa a interseccionalidade e as especificidades locais. A situação da insegurança alimentar e a fome se agravam nas regiões Norte e Nordeste; famílias que vivem no campo encontram maiores dificuldades de sanar a demanda alimentar em relação aos habitantes das áreas urbanas; as famílias chefiadas por mulheres negras e com baixa escolarização são ainda mais afetadas pela falta ou escassez de alimentos (PENSSAN, 2022).

A fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos, sendo que apenas 04 em cada 10 famílias têm acesso a alimentação plena. A fome tem gênero, já que 06 em cada 10 domicílios liderados por mulheres encontram-se em situação de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022).

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (2022) revela que 55,2% dos lares brasileiros encontravam-se em situação de insegurança alimentar e 9,0% convivem de alguma maneira com a fome. O referido documento enfatiza que são 125,2 milhões de pessoas com insegurança alimentar e mais de 33 milhões em situação de fome, o que revela uma demanda grave (PENSSAN, 2022).

Pela perspectiva jurídica, a ausência de implementação de políticas públicas que efetivamente promovam mudanças sociais (ROSA, 2021) e que esta inércia estatal traga diminuição da qualidade de vida de toda a população e configura no reconhecimento dos danos sociais, uma nova categoria de danos reparáveis dentro da disciplina da responsabilidade civil. (LIMA, 2021) Afinal, como preceito constitucional, é função do Estado promover a defesa da dignidade humana.

Experenciar insegurança alimentar e fome vai muito além do ato de não ter acesso a comida, remete a pobreza e suas facetas: moradia, doença, famílias destruídas, analfabetismo, incerteza do futuro, entre tantas outras mazelas potencializadas pela desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados 75 anos, os apontamentos registrados no clássico livro 'Geografia da Fome' de Josué de Castro podem ser readaptados para a trágica atualidade, considerando que a insegurança alimentar e a própria fome retornaram com maior intensidade nas mais variadas cidades brasileiras. Conclui-se assim, que os marcadores alarmantes expostos no presente trabalho sugerem mais do que uma crise de alimentos, mas sim, a fome como uma nova faceta

da estratificação social, uma vez que a população mais pobre, interseccional, é quem de fato experimenta em maior proporção o esfacelamento de sua dignidade como pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, Gabriela Emily Estevam de. Danos Sociais: uma nova categoria autônoma de dano indenizável. in: Transformações do Direito Contemporâneo - danos a pessoa humana. Agnes Luiza Soares Gonçalves...[et al.]; coordenado por Clayton Douglas Pereira Guimarães, Glayder Dayweth Pereira Guimarães. Seattle: Independently Published, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The State of Food Insecurity in the World. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Food and AFOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, Rome, 2014. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>>. Acesso em: 04 Jul. 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2022.

ROSA, Júlia Gabriele Lima de. Políticas Públicas: introdução. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. Comentário ao artigo 1o.III. In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. P.121-123.

SILVA, Sandro Pereira. (2014). A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Ipea.

Programa Cartão Comida Boa

J. P. C. Santos¹; L. T. Preuss²

RESUMO: A pandemia do Covid-19 impactou não apenas na saúde, mas na economia e na sociedade como um todo, potencializando as desigualdades sociais. Neste contexto de crise, adotaram-se medidas de transferência de renda para população em vulnerabilidade social. Assim, esta pesquisa tem por objetivo apresentar os resultados do auxílio emergencial no estado do Paraná, especificamente por meio do Programa Comida Boa. Nesta pesquisa utilizou-se das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Alimentação. Auxílio Emergencial.

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença causada pelo vírus SARS-Cov-2, a qual impactou profundamente na vida humana, nos sistemas de saúde e provocou/aprofundou crises econômicas e sociais. Devido às medidas de contenção da propagação do vírus e as dificuldades impostas, algumas medidas de transferência de renda foram adotadas com a finalidade de garantir o mínimo de renda para o trabalhador em situação de vulnerabilidade econômica.

O decreto Nº 10.488, de 16 de setembro de 2020, foi um exemplo dentre essas medidas, instituindo o auxílio emergencial residual, que destinou inicialmente R\$ 600,00 (seiscentos reais) e após as 5 primeiras parcelas R\$ 300,00 (trezentos reais), aos trabalhadores que se encontram desempregados, autônomos dentre outros. Com o mesmo intuito (diga-se que num valor bem inferior enquanto complemento do auxílio emergencial), o Governo do Paraná autorizou o Programa Comida Boa através do decreto nº 4570/2020, às famílias inscritas no Cadastro Único e/ou que se declaram em condição de vulnerabilidade social.

Este programa destinou R\$ 50,00 (cinquenta reais), durante três meses do ano de 2020, para que as famílias em vulnerabilidade social efetuassem a compra de alimentos.

Durante a pesquisa bibliográfica, não foi encontrado nenhum artigo e/ou outras pesquisas sobre esse programa. Destaca-se assim a importância e o caráter inédito e original, assim o objetivo da pesquisa é apresentar os resultados do Programa Comida Boa, que se caracterizou como um auxílio emergencial no Estado do Paraná.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi pesquisa documental e bibliográfica. No ano de 2020, foram coletados dados e informações no portal da transparência do Governo do Estado do Paraná para identificar os resultados do programa Cartão Comida Boa.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA COMIDA BOA

O Governo do Estado do Paraná, por meio do decreto nº 4570/2020, autorizou o Programa Comida Boa, o qual também foi caracterizado enquanto um auxílio emergencial, destinado às famílias em vulnerabilidade social, para que efetuassem a compra de produtos alimentícios durante a pandemia.

O objetivo do programa era destinar um valor mínimo para que as famílias em vulnerabilidade pudessem comprar produtos alimentícios durante a pandemia. Esse programa destinava o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), e foi operacionalizado por meio de um voucher com QR Code, que poderia ser gasto no comércio previamente cadastrado. (PARANÁ, 2020a).

Quanto ao público-alvo do auxílio, foram famílias em vulnerabilidade econômica, com renda que não ultrapasse o valor de meio salário-mínimo (R\$ 522,50), ou renda familiar mensal total não excedente a três salários-mínimos (R\$ 3.135,00), com referência no Cadastro Único, e para aqueles beneficiários não inscritos na base, poderia ser por autodeclaração. (PARANÁ, 2020b).

O cartão com o QR Code foi impresso/gerado pela Companhia de Tecnologia e Informação (Celepar), sendo, no ato da entrega, vinculado ao CPF do beneficiário e carregado no valor acima mencionado, com validade de três meses. O financiamento/recursos desse programa vieram do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

A coordenação do programa e organização da distribuição do cartão o COMIDA BOA foi feita em conjunto pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e Secretaria da Justiça, Família e Trabalho e Fazenda (SEJUF), e repassada aos prefeitos municipais. Assim, cada prefeito ficou encarregado de articular como a logística de entrega do voucher iria ocorrer, sendo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), pontos de entrega preferenciais. (PARANÁ, 2020a).

Além disto, coube também ao gestor municipal a

1 Jessica Paloma Chagas dos Santos (jessicapalomachagas@gmail.com), graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Lislei Teresinha Preuss (ltpreuss@uepg.br), graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: proteção social, política social de saúde, política social de saúde na América Latina. Está na coordenação da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UEPG/HUCG.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

responsabilidade de supervisionar se, na entrega do cartão, estavam seguindo as deliberações/recomendações/orientações da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Secretaria Estadual da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), e do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS-PR), bem como, a responsabilidade do cumprimento das normas de proteção individual por parte dos servidores envolvidos na distribuição do cartão considerando a pandemia. (PARANÁ, 2020a).

Os responsáveis pela entrega do cartão foram orientados pela normativa que instituiu o benefício a observarem se o usuário atendia os critérios de elegibilidade, bem como, a realizar conferência do documento com foto e prestar informação ao beneficiário quanto os estabelecimentos comerciais credenciados para compra de alimentos (PARANÁ, 2020a).

Quanto aos dados quantitativos do programa, destacando novamente, conforme mencionado acima o programa utilizou recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, a título cumprimento com a transparência dos recursos públicos, explicitando os valores recebidos e gastos, a SEJUF disponibilizou em sua página uma planilha detalhando que: a nível Estadual foram 794.042 beneficiados, participaram enquanto voluntários no Estado 7.771 pessoas, foram credenciados 4.923 estabelecimentos e cadastradas 2.711.528 compras; o município de Ponta Grossa recebeu 27.808 vouchers, entregou 19.905, ou seja, um percentual de 71,59%, foram 116 estabelecimentos credenciados e 203 voluntários. Restou uma dúvida quanto aos recursos destinados ao programa a nível municipal vez que a tabela apresenta o item "valor pago por município" no montante de R\$ 2.833.914,78 e o valor médio pago aos estabelecimentos foi de R\$ 24.430,30 (PARANÁ, 2022).

Por tratar-se de uma pesquisa que se iniciou em 2020, retornando as fontes identificou-se que essas informações foram retiradas da página da SEJUF e inseridas em outra página intitulada Coronavírus, Troque a preocupação pela informação. Além disso, constatou-se que o programa foi reformulado em 2021 por meio da Lei Nº 20.747, adotando os seguintes objetivos conforme Art. 2º: enfrentamento à pobreza, erradicação da fome, segurança alimentar, melhoria da nutrição, promoção da agricultura sustentável aquisição de itens inerentes à dignidade humana e a reconstrução de sua autonomia. Para tanto, o valor do benefício passou de R\$ 50,00 à R\$ 80,00, para famílias que não eram beneficiárias do auxílio Brasil e com renda família per capita mensal não superior a R\$ 200,00 (PARANÁ, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados identificou-se uma defasagem em relação ao valor destinado ao município e o valor que chegou aos estabelecimentos. Destaca-se também e ausência de uma prestação de contas mais clara acerca desses valores, principalmente do valor que não chegou à população.

Percebe-se que, no que diz respeito a eficácia do programa no ano de 2020, identifica-se que 28,41% dos usuários não receberam o benefício, ou seja, em que pese cumprimento parcial do objetivo do programa (pois apenas a proposta de destinar "um valor mínimo" foi alcançada com êxito), não foram todas as famílias cadastradas que receberam.

Mesmo num contexto pandêmico, a preocupação com o uso do dinheiro público deveria ser constante. Assim, a avaliação de projetos, programas e políticas públicas é de suma importância para identificar se estes estão sendo eficientes, eficazes e efetivos.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. Coronavírus, Torque a preocupação pela informação. Cartão Comida Boa. Disponível em: <https://www.coronavirus.pr.gov.br/Campanha/Pagina/Cartao-Comida-Boa>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PARANÁ. Decreto Nº 4570 DE 04 de maio de 2020. Regulamenta a Lei nº 20.172, de 7 de abril de 2020, que autorizou a concessão de auxílio emergencial, com recursos do FECOP, à pessoa economicamente vulnerabilizada em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pela infecção humana pelo coronavírus (Covid-19). Curitiba, 4 maio 2020a. Disponível em: <http://www.cartaoomidaboa.pr.gov.br/manuais/dec reto4570.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

PARANÁ. Lei nº 20747 de 18 de outubro de 2021. Institui no âmbito do Paraná o Programa de Transferência de Renda, nas condições que especifica. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=421895>. Acesso em: 28 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho. Solicitar o Cartão Comida Boa. Curitiba, 2020b. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/servicos/Assistencia/Direitos-e-Cidadania/Solicitar-o-Cartao-Comida-Boa-JGoMK930>. Acesso em: 5 out. 2020.

Reflexões sobre a agnotologia como disciplina de estudo e abordagem teórico-metodológica

F. Biscaia¹

RESUMO: Os processos decisórios e as escolhas dos cidadãos a nível de consumo sofrem atualmente a interferência determinante de verdadeiras operações de disseminação da dúvida e de descredibilização dos consensos científicos. Neste contexto surge a Agnotologia, como disciplina de estudo e abordagem teórico-metodológica. Este estudo, de caráter exploratório e fazendo uso da técnica de pesquisa documental, desenvolve-se em três etapas, a saber: 1) apresenta-se o cenário que dá origem à Agnotologia; 2) são trazidos casos em que empresas e indústrias lançam mão da produção da ignorância para atingir seus objetivos; e 3) traz-se uma discussão, em modo propositivo, sobre as possibilidades da Agnotologia como ferramenta, trazendo exemplos em que o modelo já vem se afirmando como ciência, com objeto e abordagem teórica próprios.

PALAVRAS-CHAVE: Agnotologia. Ciência da Ignorância. Indústria de Alimentos.

INTRODUÇÃO

Em democracias liberais os processos decisórios são formalmente estruturados por espaços e canais nos quais a formulação de agendas políticas passam por estágios de viabilização e efetivação. Pressupõe-se, nestes processos, que todos os cidadãos, classes, grupos de interesse e segmentos sociais são livres para expressar e mobilizar suas demandas e possuem condições institucionais e subjetivas para fazê-lo. É preciso, contudo, considerar as "faces ocultas" do poder e as operações por meio das quais a formulação de agendas, os modos de contestação e o acesso a recursos podem ser sistematicamente precluídos nestes sistemas.

Um destes espaços ou canais pelos quais passa a formulação de demandas políticas é o ambiente acadêmico, de produção e divulgação de pesquisa científica, que tem entre suas finalidades prover instrumentos para a formulação e execução de políticas públicas e atuar como agente formador.

No que diz respeito à alimentação e à indústria de alimentos, é função social das Universidades e da pesquisa científica trazer evidências sobre o que a sociedade consome e sobre os processos de produção dos alimentos, de forma crítica e pautada nos Direitos Sociais, na Norma Constitucional e nos Direitos e Garantias Fundamentais.

Não é segredo que, na Indústria de Alimentos, sob o Capitalismo, a sociedade, de forma geral, e diversos públicos consumidores-alvo são privados de informações claras sobre a composição e sobre o processo de fabricação dos alimentos. Isto leva, tanto no âmbito das escolhas de consumo individuais

quanto no âmbito das políticas públicas, a tomadas de decisão determinadas ou influenciadas pela ausência ou má qualidade daquelas informações. Como consequência direta, a sociedade e o indivíduo são privados de alimentação adequada. A falta de acesso a estes direitos e informações tem componentes históricos e políticos, não raro produzidos deliberadamente pela indústria.

Neste artigo procura-se abordar a produção da ignorância na indústria de alimentos e como a Agnotologia demonstra ser não só uma ferramenta científica rica em possibilidades como também uma ferramenta na efetivação de Garantias Fundamentais em torno do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Este estudo é de caráter exploratório e utiliza a pesquisa documental como técnica, dividindo-se em três partes. Na primeira parte apresentamos o conceito e o objeto da Agnotologia e discorremos brevemente sobre o contexto em que o fenômeno da produção da ignorância se insere, quais foram suas origens, quais foram alguns dos agentes implicados. Na segunda parte do estudo, apresentamos casos, na indústria dos alimentos, em que há uma relação entre o fenômeno da produção da ignorância, o consumo de produtos e alimentos nocivos à saúde da população e a incipiência ou total ausência de políticas públicas efetivas contra o consumo destes produtos. Na terceira e última parte, trazemos uma breve exposição em torno das possibilidades da Agnotologia como ferramenta e apresentamos exemplos (na Europa e nos Estados Unidos) em que este modelo já vem se afirmando como ciência em cursos acadêmicos, com objeto e abordagem teórica autônomos.

O CONCEITO E O CONTEXTO

A expressão agnotologia (do grego agnōsis, não conhecimento) foi criada por Robert Proctor, historiador da ciência da Universidade de Stanford, para significar o estudo da negação da ciência com vistas a produzir a dúvida ou a ignorância. A ciência da ignorância, como também é chamada, é a disciplina que estuda a produção cultural da ignorância, sendo também considerada o estudo das políticas da produção de ignorância.

Um dos casos que remete ao contexto em que surge a produção da ignorância é apresentado na obra de Oreskes e Conway (2010, capítulo 1, página 10-35). Neste capítulo são relatadas reuniões de executivos da indústria do tabaco, em 1979, com o renomado físico Frederick Seitz e nas quais tratou-se de um programa de financiamento de pesquisas que teria a mediação da companhia de cigarros R. J. Reynolds. O foco deste programa eram as doenças degenerativas (câncer, doenças do coração, enfisema, diabetes), as

¹ Felipe Ricardo Biscaia (frbiscaia@hotmail.com), Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

principais causas de morte nos Estados Unidos, e o investimento era de 45 milhões de dólares, distribuídos para pesquisadores selecionados de várias universidades norte-americanas. O papel de Seitz no programa era escolher quais projetos financiar e em seguida supervisionar e monitorar as pesquisas. Observadas em si mesmas as pesquisas escolhidas tinham problemas legítimos e os pesquisadores eram respeitados em suas instituições, contudo o propósito do programa não era simplesmente o progresso da ciência e logo revelou-se ali uma agenda política. Vários documentos da R. J. Reynolds vieram a público e revelaram o interesse da companhia para, através do programa, desenvolver extensa produção científica para "defender a indústria de ataques" (ORESQUES e CONWAY, 2010, p.13). Em 1978 o imposto embutido no cigarro era da monta de 1,5 bilhão de dólares nos Estados Unidos e no mundo e estes impostos vinham aumentando em resposta às evidências científicas sobre os danos do tabagismo à saúde (ORESQUES e CONWAY, 2010, p.12). O objetivo era lutar contra a ciência com ciência, ou ao menos com as lacunas e incertezas na ciência existente, e com pesquisa científica que seria usada com fins diversionistas, tirando a atenção da questão principal (no caso, as evidências que estabelecem uma relação causal entre o cigarro e o câncer e outras doenças) e explorando correlações que ainda não haviam sido descartadas.

Com o tempo, esse modus operandi foi sendo verificado em vários âmbitos, processos de produção e produtos por nós consumidos, tais como a indústria do amianto, a indústria que contribui com o aquecimento global, a indústria de determinados materiais plásticos utilizados na alimentação, a indústria da produção de agrotóxicos, nos debates sobre perturbadores endócrinos e nos debates sobre células-tronco, para citarmos alguns. Este modus operandi vem trazendo danos irreparáveis ao meio ambiente e à saúde da população e, no entanto, nem sempre os agentes e instituições envolvidas são devidamente responsabilizados.

PRODUÇÃO DA IGNORÂNCIA NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

A alimentação adequada foi incluída entre os direitos sociais previstos no artigo 6º e no artigo 227 da Constituição da República. Ela é considerada um Direito Humano e o desenvolvimento e manutenção de políticas públicas para concretizar este direito é de responsabilidade do Estado, que atuará em colaboração com a sociedade civil. A lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 é um marco de criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, e destaca o caráter intersetorial da implementação de políticas públicas que devam assegurar alimentação adequada. Ela reproduz também, em seus dispositivos, o conceito de que o direito à alimentação adequada faz parte de um complexo indivisível que corresponde aos direitos humanos e que, sendo assim, deve ser pensada sob uma perspectiva multidimensional e de maneira transversal, incluindo a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos,

inclusão de grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social, a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população, a produção de conhecimento e o acesso à informação (grifos do autor) e a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (art. 4, incisos II a VI, da Lei 11346/2006).

A despeito de normas e instituições que visam assegurar a alimentação adequada, a indústria do setor de alimentos adota práticas sistemáticas que visam precluir estas garantias, prejudicando a consolidação do conhecimento científico e a tomada de decisões neste âmbito.

Para citarmos dois casos: 1) a gigante de refrigerantes Coca-Cola, além de fabricar evidências científicas suspeitas sobre os danos à saúde que o consumo de seus produtos pode causar, procura influenciar funcionários do órgão equivalente ao ministério da saúde estadunidense para que programas públicos que atrapalhem seus negócios sejam revistos ou para que a área técnica do órgão tome decisões com base em estudos acadêmicos que a própria companhia financia; e, 2), a empresa Monsanto, gigante mundial da produção de agrotóxicos, vem ocultando sistematicamente a publicação de trabalhos científicos independentes que evidenciam a relação entre um dos seus principais produtos, o Roundup, que contém glifosato, e o câncer.

Considerando o poder e a influência só das duas companhias acima citadas é possível ter uma ideia da importância da pesquisa científica independente assim como, a partir desta, do estudo dos processos que deliberadamente causam ruído ou prejudicam a tomada de decisões no caso de decisões de consumo individuais e de políticas públicas envolvendo processos de produção e consumo de alimentos..

A AGNOTOLOGIA COMO FERRAMENTA

É neste encontro entre a indústria e relações sociais de poder que o estudo da ignorância e, por extensão, de consensos ilusórios, pode contribuir como importante ferramenta de análise. Esta abordagem tem a vantagem de transcender a mera observação de fatos "postos" e as limitações das abordagens behavioristas para investigar processos nos quais determinados encadeamentos foram induzidos a não ocorrerem.

Como disciplina acadêmica, a agnotologia já foi oferecida como tópico avançado, na Universidade de Stanford, e como curso, na Universidade de Copenhague. Como conceito, como disciplina de estudos e como abordagem teórico-metodológica parece-nos de fundamental importância no contexto atual, principalmente ao considerar-se que informações e pesquisas enviesadas e supostamente científicas têm se constituído como parte integrante



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

das formas de agir de determinadas indústrias e governos.

REFERÊNCIAS

Agnotology: the making and unmaking of ignorance / edited by Robert N. Proctor and Londa Schiebinger. Stanford University Press, 2008.

"E-mails revelam intimidade e influência de Coca-Cola sobre agência de saúde nos EUA." Publicação em 30 de janeiro de 2019, por Guilherme Zocchio. Disponível em <encurta-dor.com.br/pvzC4>. Consulta em 26 jul 22.

Ignorance, Agnotology, and Uncertainty: Drivers for Doctoral Research. Curso oferecido pelo professor Hin Yan Liu na Universidade de Copenhagen. Disponível em <encurtador.com.br/cyDG8>. Consulta em 26jul22.

"La santé publique au risque de l'agnotologie". Publicado em 28/10/2011. Atualizado em 28/10/2011. Disponível em <https://www.lemonde.fr/idees/article/2011/10/28/la-sante-publique-au-risque-de-l-agnotologie_1595538_3232.html>.

LEITE, J. C. Controvérsias científicas ou negação da ciência? A agnotologia e a ciência do clima. *Scientiae Studia*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 179-189, 2014. DOI: 10.1590/S1678-31662014000100009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/84493>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MAANI HESSARI, N., RUSKIN, G., McKEE, M. and STUCKLER, D. (2019), Public Meets Private: Conversations Between Coca-Cola and the CDC. *The Milbank Quarterly*, 97: 74-90. <https://doi.org/10.1111/1468-0009.12368>

Merchants of doubt. How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. Naomi Oreskes & Eric M. Conway. Bloomsbury New York, 2010, 368 págs.

"O direito humano à alimentação no mundo e no Brasil". Publicação em 12junho2021, atualizado em 21junho2021. Consulta em 18julho2022. Disponível em: <<https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-direito-humano-%C3%A0-alimenta%C3%A7%C3%A3o-no-mundo-e-no-Brasil>>.

"Quando os agrotóxicos contaminam a pesquisa, a regulamentação e a democracia: o Caso Roundup à luz dos Monsanto Papers" Edição especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas Vol. 57, p. 270-275, jun. 2021. DOI: 10.5380/dma.v56i0.80870. e-ISSN 2176-9109 Disponível em < <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80870/44507>>.

Série de podcasts France Culture: "Agnotologia: a mecânica da ignorância." Série em quatro episódios publicada em 30/04/2018. Disponível em < <https://www.radiofrance.fr/franceculture/podcasts/lsd-la-serie-documentaire/quand-les-industriels-nous-enfument-4513451>>

Tópicos avançados em Agnotologia. Curso oferecido pelo professor Robert N. Proctor na Universidade de Stanford. Disponível em < encurta-dor.com.br/eAGJ1>. Consulta em 26 jul 22.

Territorialização da fome em Ponta Grossa: análise espacial dos impactos da pandemia COVID-19 na segurança alimentar da população vulnerável.

Isabela Sens Fadel Gobbo¹; Thais Sanson Sene²; Sandra Maria Scheffer³

RESUMO: Este estudo objetiva territorializar os impactos da pandemia de Covid-19 na segurança alimentar da população vulnerável de Ponta Grossa-PR. A partir do banco de dados da pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa", comparou-se a situação alimentar antes e durante a pandemia para compreender em qual região da cidade se encontram os maiores índices de insegurança alimentar, bem como qual localidade foi a mais gravemente impactada pela pandemia. Foram utilizados os dados de localização das pessoas entrevistadas na referida pesquisa, que foram distribuídos no território conforme as regiões de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Como resultados se observou que as regiões dos CRAS Coronel Cláudio e Jardim Carvalho concentraram os maiores bolsões de insegurança alimentar durante a pandemia. Também, que tais regiões junto com o CRAS Sabará foram as mais impactadas, apresentando os maiores quantitativos de pessoas que saíram da situação de segurança alimentar e ingressaram na insegurança. Por último, revelou-se que as regiões dos CRAS Cará-Cará e 31 de Março foram as mais gravemente impactadas, com o maior aumento de população no nível de insegurança alimentar grave. Tais resultados permitem o direcionamento de recursos e políticas públicas para as populações mais afetadas.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialização da fome. Insegurança alimentar. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Com a deflagração da pandemia de Covid-19 em março do ano de 2020, as medidas de restrição impostas e a fragilidade das medidas de suporte socioeconômico expôs a população mais vulnerável, que já vinha sofrendo com o avanço de políticas neoliberais e com o desmonte de políticas sociais, a maior precarização das suas condições de vida.

Essa precarização se refletiu, principalmente, nas condições de alimentação, deteriorando a segurança alimentar da população mais vulnerável. Isso se verificou tanto em âmbito nacional como local, a partir da pesquisa feita com a população vulnerável de Ponta Grossa-PR¹.

Sendo a cidade o espaço por excelência para observação e análise das relações (e contradições) sociais de produção (HARVEY, 1982; LEFEBVRE, 2008), as condições e consequências impostas pela pandemia de Covid-19 ficam evidenciadas no espaço urbano, que é histórico e estruturalmente desigual.

Por esta razão é que o aspecto da territorialização para análise da insegurança alimentar se mostra fundamental para compreender o contexto socio-territorial que a população está inserida, bem como e, principalmente, permitir a fixação de critérios para alocação de recursos e execução de políticas públicas àquela população historicamente mais vulnerável que vem sofrendo com os impactos da pandemia e, assim, mitigar os efeitos da desigualdade social.

Nesse sentido é que o presente trabalho buscou territorializar os impactos da pandemia de Covid-19 na segurança alimentar da população de Ponta Grossa-PR para o fim de responder as seguintes questões: em qual região da cidade se encontram os maiores índices de insegurança alimentar? E "Relativamente, qual localidade foi a mais gravemente impactada pela pandemia?".

Tudo isto, enfim, para que ao se descortinar onde está a fome em Ponta Grossa? se possa exigir medidas do Poder Público municipal no sentido de alocar recursos e promover políticas públicas para superação dos quadros graves de insegurança alimentar no município de Ponta Grossa-PR, que foram intensificados pela pandemia de Covid-19.

METODOLOGIA

Para responder os questionamentos expostos acima o presente trabalho utilizou-se do banco de dados utilizado para o relatório de pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa" feito pelo Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Pobreza da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Com os dados de localização das pessoas entrevistadas os sujeitos foram distribuídos no território da cidade conforme as regiões abrangidas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com a finalidade de demonstrar os níveis de segurança/insegurança alimentar de cada região.

Por fim o processo de análise compreendeu a confrontação dos dados de segurança alimentar pré e durante a pandemia no ano de 2021 a fim de se traçar uma análise da insegurança alimentar em cada região da cidade de Ponta Grossa-PR.

1 Isabela Sens Fadel Gobbo (isabelf.gobbo@gmail.com), Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Thais Sanson Sene (thais.ssene@gmail.com), Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 Sandra Maria Scheffer (smscheffer@uepg.br), Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa para o curso de graduação em Serviço Social e para o Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

RESULTADOS E ANÁLISE

Os dados coletados foram organizados nas tabelas a seguir de maneira a classificar as famílias entrevistadas por cada CRAS e assim poder avaliar em qual região da cidade se concentram os maiores índices de insegurança alimentar, bem como se houve alguma impactação pela pandemia nesse quesito.

TABELA 1. Segurança alimentar x CRAS x quantidade de entrevistados – Antes da Pandemia de Covid-19.

CRAS	TOTAL/ CRAS	SA (%)	IL (%)	IM (%)	IG (%)
CARÁ-CARÁ	20	10 (50)	5 (25)	2 (10)	3 (15)
NOVA RÚSSIA	6	3 (50)	1 (16,7)	0 (0)	2 (33,3)
VILA XV	33	10 (30,3)	11 (33,3)	2 (6,1)	10 (30,3)
CORONEL CLAUDIO	75	18 (24)	23 (30,7)	15(20)	19 (25,3)
JARDIM CARVALHO	61	13 (21,3)	20 (32,8)	12 (19,7)	16 (26,2)
JARDIM PARAÍSO	20	5 (25)	9 (45)	1 (5)	5 (25)
SABARÁ	36	16 (44,4)	12 (33,3)	2 (5,6)	6 (16,7)
SANTA LUZIA	4	2 (50)	0 (0)	0(0)	2 (50)
VILA ISABEL	21	7 (33,3)	7 (33,3)	3 (14,3)	4 (19)
31 DE MARÇO	26	7 (26,9)	12 (46,2)	2 (7,7)	5 (19,2)
Total	302				

Fonte: RAIHER, A.; et al (2022). Org. pelas autoras (2022).

TABELA 2. Segurança alimentar x CRAS x quantidade de entrevistados –Durante a Pandemia de Covid-19.

CRAS	TOTAL / CRAS	SA (%)	IL (%)	IM (%)	IG (%)
CARÁ-CARÁ	20	1 (5)	1 (5)	7 (35)	11 (55)
NOVA RÚSSIA	6	0	4 (66,7)	0 (0)	2 (33,3)
VILA XV	33	3 (9,1)	10 (30,3)	6 (18,2)	14 (43,4)
CORONEL CLAUDIO	75	1 (1,3)	17 (22,7)	18 (24)	39 (52)
JARDIM CARVALHO	61	0	13 (21,3)	17 (27,9)	31 (50,8)
JARDIM PARAÍSO	20	1 (5)	5 (25)	4 (20)	10 (50)
SABARÁ	36	3 (8,3)	9 (25)	9 (25)	15 (41,7)
SANTA LUZIA	4	0	2 (50)	0	2 (50)
VILA ISABEL	21	0	4 (19)	7 (33,3)	10 (47,6)
31 DE MARÇO	26	0	5 (19,2)	6 (23,1)	15 (57,7)
Total	302				

Fonte: RAIHER, A.; et al (2022). Org. pelas autoras (2022).

Observando os dados da tabela, os CRAS das regiões Coronel Claudio e Jardim Carvalho foram os que tiveram o maior número de entrevistados (75 e 61 respectivamente), juntos correspondendo a 45,03% do total. Esses dois CRAS também são os que em maior quantidade expressam o número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave o durante a pandemia (ano de 2021 – Tabela 2), pois o CRAS da Coronel Claudio tem 26,17% e o do Jardim Carvalho tem 20,81% dos entrevistados que se encontravam em tal condição, somando 46,98%.

Nesse sentido, dentre o universo de entrevistados, todos cadastrados que receberam em algum momento cesta básica dos CRAS durante a pandemia, o maior bolsão de insegurança alimentar no ano de 2021 se encontrava na região desses dois

CRAS supra destacados. Ainda sobre esses dois CRAS, os dados demonstram que são das regiões atendidas por estes e pelo CRAS do Sabará que estão os maiores quantitativos de entrevistados que saíram da condição de segurança alimentar e ingressaram para algum nível de insegurança, quando comparado antes e durante a pandemia, sendo 17 no CRAS da Coronel Claudio, e 13 para o do Jardim Carvalho e Sabará.

Relativamente, a pandemia impactou cada CRAS e seu público atendido de maneira diferenciada. De antes da pandemia para o ano de 2021, os CRAS do Cará-Cará e do 31 de Março foram os que mais sentiram esse impacto, pois passaram de 15% para 55% e de 19,23% para 57,69% do total de entrevistados de seus atendidos em situação de insegurança alimentar grave, respectivamente.

Este cenário foi diverso no CRAS da Nova Rússia e Luzia, em que não se teve mudança quanto ao número de atendidos em insegurança alimentar grave, porém 50% de seus entrevistados que antes estavam em segurança alimentar, deixaram de estar.

Considerando o apresentado a partir dos destaques feitos nestes quantitativos absolutos e relativos, podem-se criar critérios de como o poder público municipal deve distribuir seus recursos humanos e materiais para atender a esta população que já se encontrava em uma situação de certa vulnerabilidade social..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise espacial das condições de segurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 na cidade de Ponta Grossa revelou, especialmente, onde estão os bolsões de insegurança alimentar presentes na cidade, bem como quais foram as regiões mais impactadas. Foram identificadas as regiões que merecem atenção prioritária por parte do poder público, permitindo assim, a criação de critérios de como o Município deve distribuir e aplicar seus recursos humanos e materiais para superação dos quadros graves de insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS

- RAIHER, A.; et al (2022). Fome e pandemia: um estudo em Ponta Grossa – Relatório de pesquisa. Ponta Grossa. UEPG.
- HARVEY, D. (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Revista Espaço e Debates. São Paulo, SP: Cortez, n.6, jun/set, pp. 6-35.
- LEFEBVRE, H. (2008). Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG.

Vulnerabilidade e segurança alimentar nas microrregiões brasileiras

M. A. Monteiro¹; L. R. Alves²; M. Piffer³; J. Ferrera de Lima⁴

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo analisar a vulnerabilidade e a segurança alimentar nas microrregiões brasileiras. Os períodos da análise será de 2022 a 2023 seguindo critério de acessibilidade ou disponibilidade dos dados de cada região ou municípios. A hipótese do trabalho afirma o seguinte: a Disponibilidade e o Acesso aos alimentos e a outros serviços não são fatores principais para a vulnerabilidade populacional nas microrregiões brasileiras. A metodologia que será aplicada é uma análise quali-quantitativa. Indicadores de análise regional também serão utilizados. Para análise da vulnerabilidade será aplicada a Análise e Mapeamento da Vulnerabilidade (VAM, sigla em inglês). Os resultados esperados da VAM nas microrregiões brasileiras, dada a situação da pandemia do COVID19, pode se enquadrar entre a fase 3 e 4, ou seja, entre a média e alta vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Segurança Alimentar. Municípios.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o mundo tem vivido desafios enormes e Brasil em especial tem enfrentado problema diversos. Estes desafios afetam de maneira larga aqueles que a estrutura gigante não conseguiu fazer chegar, de forma efetiva a renda, ou seja, aqueles de renda menor e mais vulneráveis.

Mesmo com tanto esforço no processo de desenvolvimento como indicou Graziano da Silva (1997), que não havia mais dúvida em que as transformações ocorridas nos campos político, econômico e social no final de sec. XX apontou para uma nova sociedade em gestação. Esta gestação, indicaria início da "revolução" da introdução das novas formas de produção, de nova classe média, uma "fuga" de campo para cidade, isso poderia se passar na melhoria de vida, redução da pobreza e a vulnerabilidade.

Como Graziano da Silva (1992) lamentava em outros casos, o Mascarenhas (2019) mostrou no seu trabalho de que esse percurso histórico de muitas ações efetivas na melhoria de vida da sociedade, tornou o Brasil em 2012, como país com sétimo maior Produto Interno Bruto, por outro lado, o país ocupou sétimo maior índice de desigualdade social do mundo (em que 10% mais ricos apropriada de 44,5% do total de rendimento e 10% mais pobre,

com apenas 1,1% daquele montante). De mesma forma, Moura, Ferreira e Alves (2021) apontaram como resultado da pesquisa de que com a pandemia de COVID-19 tem agravado a situação de insegurança alimentar da população brasileira, incidindo especificamente pelas parcelas das populações mais vulneráveis.

A vulnerabilidade segundo FAO (1999) é a probabilidade de declínio agudo no acesso aos alimentos, e outro serviços, ou seja, com níveis de consumo abaixo das necessidades mínimas de sobrevivência. Segundo Gubert e Perez-Escamilla (2018), o Brasil na categoria de signatário dos Objetivos de Desenvolvimento de Milênio, o primeiro objetivo previa a redução da fome, o país, reduziu a extrema pobreza de 25,5% em 1990 para 3,5%, em 2012, superando a meta estabelecida.

A hipótese do trabalho afirma o seguinte: a Disponibilidade e o Acesso aos alimentos e a outros serviços não são fatores principais para a vulnerabilidade populacional nas microrregiões brasileiras. Por outro lado, dada a queda ou a melhoria da situação da segurança alimentar nos anos anterior, leva a um questionamento: com a pandemia de COVID-19 a insegurança alimentar vem se agravado nas microrregiões interrompendo a queda anterior ou esta queda ainda permanece e quais são os mais afetados? O objetivo da pesquisa é analisar a vulnerabilidade populacional nas regiões brasileiros de 2022 e 2023. Seguido de dois outros específicos: caracterizar o problema da insegurança alimentar nas microrregiões brasileiros; analisar a situação de vulnerabilidade nas microrregiões brasileiras por meio da metodologia VAM.

Entretanto, ambiente político, econômico e social estável são condições indispensáveis para que o Estado coloque como prioridade as políticas de segurança alimentar (FAO, 1996). Na Conferência Mundial da Alimentação FAO (1996), em novembro desse ano, em Roma, os líderes dos países estabeleceram o objetivo de reduzir para a metade o número das pessoas desnutridas até 2015. Mas tantos encontros como debates internos e externos de cada país pouco levou para frente a questão da insegurança alimentar. Pelo visto, com a crise mundial da pandemia de SARS-CoV-2 (COVID-19) a situação está sendo enfrentada como um dos maiores desafios em escala global do século XXI (WERNECK; CARVALHO, 2020). E, tem conduzido o mundo à uma crise sanitária, humanitária e econômica (LIMA; BUSS; PAES-SOUSA, 2020).

1 Marcelino Armindo Monteiro (yuorna@gmail.com), Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

2 Lucir Reinaldo Alves (lucir.alves@unioeste.br), Doutor em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

3 Moacir Piffer (mopiffer@yahoo.com.br), Doutor em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

4 Jandir Ferrera de Lima (jandir.lima@unioeste.br), Doutor em Desenvolvimento Regional (PhD), Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"

PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica a ser utilizada nesse estudo é do tipo qualitativa e quantitativa e a população serão inicialmente todos os habitantes dos municípios brasileiros, 214.836.369 milhões (IBGE, 2022). E a amostra também serão de grupo de habitantes dos municípios selecionados para a pesquisa.

Os dados serão coletados nos bancos de dados público ou privada, como IBGE etc. nos documentos, páginas de órgãos oficiais dos municípios. O trabalho contará com quatro indicadores para determinação: Disponibilidade; Acesso; Consumo e a Instabilidade, como apresentado no Quadro 01.

Quadro 1 – Equação dos indicadores e da VAM

Indicadores	Equação	Equação dos pesos das Cargas fatoriais
Id	$Id = \sum Xv_{id} / n$	$Xv_{id} = \sum cf_{xid} \times \% Xv_{id}$
Ia	$Ia = \sum Xv_{ia} / n$	$Xv_{ia} = \sum cf_{xia} \times \% Xv_{ia}$
Ic	$Ic = \sum Xv_{ic} / n$	$Xv_{ic} = \sum cf_{xic} \times \% Xv_{ic}$
Ii	$Ii = \sum Xv_{ii} / n$	$Xv_{ii} = \sum cf_{xii} \times \% Xv_{ii}$
VAM	$VAM = \sum (Id + Ia + Ic + Ii)$	

Fonte: elaborado por autor adaptado de Bolívia (2008) e Peru (2012).

A ANÁLISE DOS RESULTADOS

Assim, o Quadro 02 demonstra a classificação da do IPC (2012) e do FSIN (2017) sobre níveis de vulnerabilidade. Com base nestes níveis é que serão analisados os resultados.

Quadro 2 – formas de análises dos resultados da VAM

Nível de vulnerabilidade VAM	Descrição das fases
Muito baixo (0 - 0,233)	Fase - 1: Mínimo
Baixo (0,234 - 0,483)	Fase - 2: Estres
Média (0,484 - 0,650)	Fase - 3: Crises
Alto (0,651 - 0,780)	Fase - 4: Emergência
Muito alto (0,781 - 1,00*)	Fase - 5: Fome/ Calamidade ou catástrofe

Fonte: elaborado pelo autor (2017), adaptado do Peru (2012), do IPC, (2012) e do FSIN (2017).

O Quadro 02 apresenta a visão da vulnerabilidade, que é tida de acordo com a pontuação do valor da VAM, de 0 a 0,233, a região possuirá uma baixa vulnerabilidade e com a pontuação de VAM com os valores de 0,781 a 1,00 é considerada muito alta a vulnerabilidade da região, ou seja, um caso de intervenção.

RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES ESPERADOS

Nesta proposta, espera-se como resultado a situação moderada para alta a questão da vulnerabilidade. Espera-se isso, dada a situação da fome noticiados nas mídias brasileira, só nos resta aqui, saber quais são os sub-regiões mais afetados e o grau da vulnerabilidade em que se encontram.

5 Nota: *id* = Indicador de disponibilidade; *Ia* = Indicador de acesso; *Ic* = Indicador de consumo; *Ii* = Indicador de instabilidade; $\sum Xv_{id}$ = soma das *X* variáveis do Indicador da disponibilidade; cf_{xid} = carga fatorial da variável *X* da disponibilidade; $\sum Xv_{ia}$ = soma das *X* variáveis do Indicador de acesso; cf_{xia} = a carga fatorial da variável *X* de acesso; $\sum Xv_{ic}$ = soma das *X* variáveis do Indicador de consumo; cf_{xic} = a carga fatorial da variável *X* de consumo; $\sum Xv_{ii}$ = soma das *X* variáveis do Indicador da instabilidade; cf_{xii} = a carga fatorial da variável *X* da instabilidade. $\% Xv_{id}$ = a % da variável *X* do Indicador da disponibilidade; $\% Xv_{ia}$ = a % da variável *X* do acesso; $\% Xv_{ic}$ = a % da variável *X* de consumo; $\% Xv_{ii}$ = a % da variável *X* da instabilidade.

Posto isto, a contribuição do trabalho pode servir de alerta e instrumento de informação para as autoridade e instituições de pesquisa. Instrumento de informação para ajudar na tomada de decisão no planejamento das políticas públicas para a reverter a situação.

REFERÊNCIAS

- Graziano da Silva, José. (1997). O novo rural brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n. 1, maio.
- Integrated Food Security Phase Classification (IPC). 2012. Technical manual version 2.0: Evidence and standards for better food security decisions. FAO.
- PERU. 2012. Mapa de vulnerabilidade a la inseguridad alimentaria, 2012. Lima.
- Food Security Information Network (FSIN). 2017. Global report on non food crises 2017. FAO, Mar.
- Food And Agriculture Organization Of The United Nations (FAO). 1996. World food summit. De 13 a 17 de novembro em Roma, Italia.
- Food And Agriculture Organization Of The United Nations (FAO). The state of food and agriculture. Rome, 2008.
- LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; PAES-SOUSA, R. (2020). A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, (36), n. 7, p. 1-4.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>> Acesso em: junho 2022.
- Werneck, G. L.; Carvalho, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública.
- Mascarenhas, R. M. (2019). A estratégia hegemônica de enfrentamento da pobreza no Brasil redemocratizado. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 1-13, jul./dez.
- Gubert, M. B.; Perez-Escamilla, R. (2018). Insegurança alimentar grave municipal no Brasil em 2013. Ciênc. Saúde, colet. 23 (10), Out.
- Moura, Lucas de Almeida; Ferreira, A. M. S.; Alves I. M. M. (2021). Implicações da pandemia de COVID-19 para o agravamento da insegurança alimentar no Brasil. Research, Society and Development, (10), n. 12, 1-10.
- BOLÍVIA. (2008). "Sistema de Información Gerencial de Seguridad Alimentaria" Diagnóstico, modelo y atlas municipal de seguridad alimentaria em Bolívia. Programa Municipal Alimentar, La Paz.

GT- II

Tema: Alimentação, Pobreza, Pandemia e Infância

Coordenadores: Prof^a. Dr^a. Cleide Lavoratti [UEPG]

Prof^a. Dr^a. Danuta Estrufika Cantoia Luiz [UEPG]

"Políticas alimentarias, infancia Y pandemia. El Programa abordaje comunitario Y los jardines comunitarios de Cuartel V- Moreno en la alimentación saludable de Los/As Niños/As".

H. M. Jaime¹

RESUMEN: El presente trabajo pretende problematizar la labor del Programa Abordaje Comunitario – Plan Nacional Argentina Contra el Hambre (en adelante PAC) para garantizar el acceso a una alimentación saludable para los niños/as de los Jardines Comunitarios de la localidad de Cuartel V, Partido de Moreno, durante el periodo de Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO) a causa de la pandemia COVID-19. En efecto, esta investigación tiene como objetivo general identificar las estrategias desarrolladas por el PAC para garantizar el acceso a una alimentación saludable para los niños/as de los Jardines Comunitarios de Cuartel V durante el ASPO. Asimismo, los objetivos específicos trazados son: identificar los facilitadores y obstáculos que se conjugaron con las estrategias del PAC para garantizar el acceso a una alimentación saludable para los niños/as de los Jardines Comunitarios de Cuartel V durante el ASPO; y conocer el alcance de los recursos que el PAC destinó para la alimentación de los/as niños/as de los Jardines comunitarios de Cuartel V durante el ASPO y su articulación con otros recursos disponibles en el territorio destinados a la alimentación. Para ello, se indagó sobre el aporte del PAC a los servicios alimentarios de los jardines comunitarios de Cuartel V y las estrategias desarrolladas por estos para atender las demandas alimentarias surgida durante el ASPO.

INTRODUCCIÓN

Esta investigación se planteó desde la dimensión territorial del PAC, es decir, desde la ejecución del Programa efectuada por los jardines comunitarios de Cuartel V. Se buscó recuperar, visibilizar y/o ponderar la percepción de los jardines comunitarios respecto la contribución del PAC para una alimentación saludable de los niños. Se ponderó el aporte del PAC para la seguridad alimentaria de los niños en los jardines comunitarios en Cuartel V durante el ASPO-COVID-19, considerando su alcance, suficiencia y adaptación a un nuevo contexto socio sanitario.

METODOLOGÍA

En referencia a metodología adoptada para la elaboración de datos, este trabajo implicó la realización de entrevistas cualitativas (Valles 2002) semiestructuradas a 5 referentes de los 6 jardines comunitarios con los que PAC tiene convenio vigente

en Cuartel V. Esas entrevistas compusieron la fuente primaria de información de esta investigación, las cuales fueron complementadas con datos obtenidos en comunicación con otras organizaciones comunitarias abocadas al cuidado infantil, localizadas en el Partido de Moreno o zonas aledañas. Asimismo, como fuente primaria de información referida al funcionamiento del PAC se utilizaron los datos obtenidos en contacto con agentes del Programa. Como fuentes secundarias de información se utilizaron informes oficiales publicados por los diferentes niveles de Gobiernos en referencia a las políticas alimentarias y estado nutricional de las infancias, estadísticas oficiales e informes del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) y la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). También se utilizaron informes y datos estadísticos públicos.

CONCLUSIONES

Esta investigación permitió llegar a los siguientes resultados:

Durante el ASPO, el PAC adoptó como estrategia general la expansión de su anclaje territorial para facilitar el acceso de la población más vulnerable a una mejor alimentación. Esa expansión se realizó mediante la ampliación de servicios alimentarios financiados, contemplando a nuevas organizaciones comunitarias en diferentes localidades del país, aunque ninguna de ellas fue un jardín comunitario localizado en Cuartel V.

A lo largo del ASPO, el PAC sostuvo el financiamiento de los servicios alimentarios de los jardines comunitarios de Cuartel V que tenían convenio vigente. El PAC, por su diseño, cuenta con la capacidad de reconocer y financiar los servicios alimentarios de organizaciones sociales y comunitarias de diversa naturaleza, con distintas finalidades y dinámicas de funcionamiento, destinadas a diferentes tipos de población. Esa flexibilidad le permitió su adaptación y funcionamiento en tiempos de pandemia y aislamiento, permitiendo, a su vez, que los servicios alimentarios se ajusten a la realidad de cada organización y comunidad.

La estrategia del PAC para garantizar el acceso a una alimentación saludable para los niños de los Jardines Comunitarios de Cuartel V durante el ASPO se basó en el trabajo voluntario de las mujeres que llevan adelante el servicio alimentario. Esto le permitió que los recursos destinados sean gestionados en el territorio por personas comprometidas con la comunidad, conocedoras de la realidad de cada barrio y con capacidad de gestión y

1 Hernán Maximiliano Jaime

2 https://tecnicasdeinvestigacion.com/entrevistasemiestructurada/#Referencias_de_entrevista_semiestructurada

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

articulación de recursos. No obstante ello, el PAC no destinó los recursos suficientes y necesarios para garantizar per se una alimentación sana, nutritiva y suficiente de manera constante a les niños de los Jardines comunitarios de Cuartel V. Sin embargo, los recursos del programa fueron fundamentales para el funcionamiento de los servicios alimentarios de estos espacios de cuidado. Si consideramos que el financiamiento del PAC representó entre el 45 y el 53% del costo de cada plato de comida, la ausencia del financiamiento hubiera ocasionado un deterioro considerable de la calidad nutricional del servicio, cuando no su intermitencia o cierre definitivo. En este sentido, se podría decir que el aporte del PAC para una alimentación saludable y contante de les niños de los Jardines comunitarios de Cuartel V durante el ASPO fue significativa, pero no fue universal ni suficiente.

REFERÊNCIAS

Valles, Miguel (2002). Entrevistas Cualitativas. Colección "Cuadernos Metodológicos". N° 32. Centro de Investigaciones Sociológicas.



A insegurança alimentar e a pobreza como produtos do desemprego no município de Ponta Grossa durante a pandemia COVID-19

B. Itaoui¹; L. Mainardes²; S. Oliveira³; T. Silveira⁴

RESUMO: O presente paper tem como objetivo refletir acerca da condição de pobreza e o aumento do desemprego durante a pandemia da COVID-19, no município de Ponta Grossa, Paraná, junto às famílias cadastradas no programa de auxílio alimentação da cidade de Ponta Grossa. Tem como base metodológica o relatório de estudo "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa", produzido pelo Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza. Com os dados, se percebeu que a extrema pobreza e o desemprego aumentaram durante a pandemia, afetando principalmente a segurança alimentar das famílias pesquisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia, pobreza, desemprego.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 encontrou a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade social. Como aponta MASCARO (2020), a crise já existia antes mesmo da pandemia chegar ao país. De maneira geral e constituindo agora a normalidade de reprodução capitalista a nível global, podemos caracterizar a atual quadra histórica desse modo de produção como seu momento de crise estrutural (MESZAROS, 2002), onde a expansão e a acumulação dos capitais impele seus agentes e estruturas de dominação a reduzir os ganhos dos trabalhadores nesse modelo social. Isso ocorre em diferentes frentes, aplicando contrarreformas sociais pela via estatal visando a maximização dos lucros; ampliando os vínculos empregatícios informais e instáveis; intensificando por meio da extração de mais-valia a exploração do trabalho em geral e produzindo um número crescente e fundamental de trabalhadores no exército de reserva, o que ajuda a baratear ainda mais a mão de obra. Desta forma, a pobreza, a vulnerabilidade social e a marginalidade decorrentes do desemprego não são somente consequências do neoliberalismo – configuração socioeconômica da crise estrutural do capitalismo – mas também parte da própria natureza do tipo de capitalismo, sobretudo da sua concretude na forma social brasileira, caracterizada pelo subdesenvolvimento e dependência com os países centrais do sistema mundo. Os impactos da pandemia, em conjunto com o desemprego estrutural e o avanço neoliberal impactaram todo o país.

Nesse cenário de crise, a classe trabalhadora vive um de seus momentos mais violentos. Antes, o desemprego já estava em níveis elevados, obrigando pessoas desempregadas ou a se adaptarem a exploração brutal, ou a permanecerem no desemprego. A partir desse panorama, busca-se, por meio dos dados do relatório (2021), traçar um debate acerca da pobreza, do aumento do desemprego e da pandemia, bem como contribuir para o debate sobre as implicações da crise no pós-pandemia.

Em Ponta Grossa, município do Paraná, não foi diferente. Este estudo visa avaliar a relação entre a pandemia, o aumento do desemprego e da pobreza e contribuir para o debate sobre as implicações da crise no pós-pandemia. Foi utilizada, para tanto, a pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa", realizada no ano de 2021 e 2022. A pesquisa baseou-se em uma amostra probabilística de 302 famílias que representam a população total atendida com o benefício eventual de auxílio alimentação através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). As informações da pesquisa foram coletadas por meio de questionários aplicados através de ligações telefônicas.

O nível de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 5 pontos percentuais para mais ou para menos. Por meio dela, foram obtidos dados a respeito da questão do desemprego em Ponta Grossa antes da pandemia e depois. A partir desses dados, tem-se que o percentual de domicílios com algum membro desempregado era de 54%, subindo para 65% após a pandemia.

SEGURANÇA ALIMENTAR, ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

Em Ponta Grossa, cerca de 8.569 pessoas fizeram o requerimento de seguro-desemprego até novembro de 2020. Segundo os dados da Agência do Trabalhador, o número de requerimentos é menor do que o mesmo período em 2019. No ano anterior, cerca de 11.312 pessoas fizeram o pedido de seguro-desemprego até o mesmo mês citado.

Porém, de acordo com a mesma fonte, em junho houve uma estimativa de que a cidade tinha cerca de 15 mil desempregados, somando com os informais que possuíam registro em carteira.

Relativamente à condição alimentar, foi apontado pela pesquisa que antes da pandemia, de todos os domicílios em segurança alimentar, só 8% permaneceram nesta condição; 45% destes

1 Bruna Fernanda Itaoui (brunaitaoui@gmail.com), assistente social e mestranda em ciências sociais aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Lenir Aparecida Mainardes da Silva (lenirmainardes@gmail.com), professora no departamento de Serviço Social da UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 Silvana Weinhardt de Oliveira (silvanaw@utfpr.edu.br), doutoranda em ciências sociais aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

4 Terezinha Pelinski da Silveira (silveira.terezinha@gmail.com), doutoranda em ciências sociais aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

passaram a ser classificadas de insegurança alimentar grave, assim permaneceram. Estes dados fortalecem a interpretação de que a segurança alimentar é fortemente afetada pela pandemia, tanto como resultado do desemprego quanto pela fragilidade das políticas públicas em responder à crise gerada por ela.

DESEMPREGO E PANDEMIA

O percentual de domicílios com algum membro desempregado era de 54% antes da pandemia, subindo para 65% após a pandemia. Esses dados refletem como a organicidade existente entre o capital e o Estado como sua estrutura política corretiva assumiu em nosso país a forma de uma defesa quase que irrestrita da reprodução capitalista em detrimento das condições de vida dos trabalhadores. As políticas reparadoras postas em prática pelo Estado brasileiro foram ineficazes para apaziguar o agravamento dos antagonismos sociais e em certos momentos sendo diretamente responsável por esse agravamento.

Como aponta YAZBEK (2012), a questão da pobreza na contemporaneidade é uma face do descarte de mão de obra barata que faz parte da expansão capitalista. Essa expansão faz com que o trabalho sofra sobre os efeitos das mudanças que ocorrem no processo de acumulação, deixando pessoas à margem do trabalho ou em um trabalho precário ou, ainda, pessoas reféns do desemprego por períodos de longa duração, gerando pobreza e vulnerabilidades. Com a pandemia, tem-se um cenário histórico onde esse descarte pôde assumir novas dimensões sem que houvesse qualquer alternativa concreta para os descartados, enquanto os lucros da classe dominante eram preservados a partir da intervenção estatal em seu benefício. Nesse sentido, as classes dominantes (que estão nesse status há séculos) reacendem seu poder de dominação e opressão de classe sobre os trabalhadores. Os indicadores listados acima referentes ao aumento do desemprego e à insegurança alimentar crescer ilustram esse quadro de intensificação da ofensiva do capital sobre o trabalho a partir de uma realidade aparentemente muito sensível a nós por dizerem respeito a nossa cidade.

Conforme ANTUNES (2013), o aumento da exploração da força de trabalho humana, o desregulamento das relações trabalhistas com o desemprego estrutural, as ampliações do trabalho informal já existiam anteriormente à pandemia e, durante ela, como visto com os dados do relatório, a conjuntura se tornou ainda mais violenta no trato da ofensiva do mundo do trabalho no município de Ponta Grossa.

CONCLUSÃO

Como aponta MASCARO (2020), a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social que temos. Esta é baseada nos meios de produção centralizados na mão de apenas alguns, enquanto a grande maioria das pessoas não tem condições de sequer sustentar materialmente sua existência.

Conforme ANTUNES (2013), o aumento da exploração da força de trabalho humana, a desregulamentação das relações trabalhistas com o desemprego estrutural, as ampliações do trabalho informal já existiam anteriormente à pandemia e, durante ela, como visto com os dados do relatório, a conjuntura se tornou ainda mais violenta no trato da ofensiva do mundo do trabalho no município de Ponta Grossa.

É interessante observar que a amostra não esgota as possibilidades de avaliação da situação do emprego, estando outros grupos de mulheres igualmente afetados pela redução de postos de trabalho no período da pandemia, sendo que em grande parte não foram recuperados até o momento.

Outro fator relevante a ser analisado são as situações de insegurança alimentar, situação que está intimamente ligada à ausência de renda, não diretamente ao trabalho, por isto recortada deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2003). Adeus ao trabalho?. 9ªed. São Paulo. Cortez.
- BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília
- Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n.24-A, p. 1-1.
- MASCARO, A. (2020). Crise e pandemia. 1ªed. São Paulo. Boitempo.
- MESZAROS, I. (2002). Para Além do Capital. 1ªed. São Paulo: Boitempo.

Moradia e insegurança alimentar: impactos da pandemia de covid-19 em Ponta Grossa – PR face às famílias em vulnerabilidade social

L. M. Ferreira¹; S. M. Scheffer²

RESUMO: Este trabalho buscou apresentar intersecções entre a insegurança alimentar de pessoas em vulnerabilidade social inscritas nos CRAS do município de Ponta Grossa – PR, que tenham recebido auxílio-alimentação municipal, vinculando-as à sua tipologia de moradia, com objetivo de verificar variações percentuais ocorridas por ocasião da pandemia de Covid-19, cujos dados primários foram extraídos do Relatório de Pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa", elaborado pelo Núcleo de Pesquisa: Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Desta forma, por meio de correlação estatística, percebeu-se que os reflexos da Covid-19 irradiaram-se na qualidade alimentar das famílias entrevistadas, com variações a depender da tipologia de moradia. Assim sendo, constatou-se que as famílias que passaram à insegurança alimentar leve, moderada e grave concentraram-se em imóveis financiados ou próprios quitados, à exceção das famílias em situação de aluguel ou residentes em imóveis cedidos, os quais mantiveram o grau de segurança alimentar. Por fim, notou-se que a insegurança alimentar grave deteve aumento relevante em famílias com imóveis em alienação fiduciária ou locados, de modo a se inferir que a crise econômico-sanitária forçou famílias a reduzir sua qualidade alimentar, em detrimento da manutenção de outras despesas domésticas.

PALAVRAS-CHAVE: moradia; insegurança alimentar; vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

A moradia é um direito social garantido constitucionalmente no art. 6º da Carta Magna Federal de 1988, materializando-se como direito fundamental de todo cidadão, haja vista sua centralidade enquanto política pública que visa o bem-estar social de determinada população (Rolnik, 2009).

De acordo com Bezerra et al. (2020, p. 3.834), a insegurança alimentar "compreende-se como a falta de acesso a uma alimentação adequada, condicionada, predominantemente, às questões de renda".

Desta forma, é latente a intersecção existente entre precariedade habitacional e insegurança alimentar, dado que a desigual distribuição de renda existente no Brasil, aliada à crise econômica agravada por um

desastre sanitário – a pandemia de Covid-19 – materializou-se pelo exponencial aumento da fome e da precariedade de moradia dos cidadãos brasileiros.

Assim sendo, "o bem-estar das famílias depende da posse de alguns ativos: renda, moradia adequada, abastecimento de água, saneamento básico, acesso a serviços de saúde, escolas [...]" (Bezerra, et al., 2020, p. 3.834).

Posto isto, o presente trabalho tem como pergunta de pesquisa: quais as tipologias de moradia detiveram maior variação percentual, antes e durante a Pandemia de Covid-19, com relação aos sujeitos apontados no Relatório de Pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa"?

E por objetivo geral: demonstrar os impactos na insegurança alimentar em relação à tipologia de moradia antes e durante a pandemia de Covid-19 no município de Ponta Grossa – PR.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este paper concentra sua análise quali-quantitativa nos dados obtidos no Relatório de Pesquisa desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa, Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, intitulado: Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa, de autoria de Pelinski et al. (2022).

Para que se procedesse à elaboração do relatório de pesquisa, os entrevistadores realizaram contato telefônico, nos meses de novembro e dezembro de 2021, com 302 (trezentas e duas) pessoas, amostra significativa e estatisticamente relevante, de 5.305 (cinco mil, trezentos e cinco) representantes de núcleos familiares cadastrados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com o benefício eventual de auxílio-alimentação municipal, cujos questionários direcionaram-se à amostra representativa da população atendida em cada unidade do CRAS.

Durante a aplicação do questionário os entrevistados foram interpelados quanto às condições socioeconômicas de sua família, alimentação cotidiana, tipologia de moradia, escolaridade, entre outros itens relevantes para construção do relatório.

Ademais, para que a vulnerabilidade alimentar dessas famílias fosse exposta, o Relatório de Pesquisa em epígrafe se utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. De acordo com tal métrica, os respondentes foram enquadrados em quatro categorias: 1) segurança alimentar (SA); 2) insegurança alimentar leve (IL); 3) insegurança alimentar moderada (IM) e 4) insegurança alimentar

1 Lincon Mioduski Ferreira (linconmiodus-ki@hotmail.com), Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

2 Sandra Maria Scheffer (smscheffer@uepg.br), Doutora em Gestão Urbana, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

grave (IG).

Além disso, os respondentes alegaram diversas situações de moradia, quais sejam: aluguel; cessão; ocupação; imóvel financiado ou próprio quitado. A partir desses dados – situação de insegurança alimentar e moradia – os dados foram cruzados, analisando-os neste estudo exploratório por meio da ferramenta de correlação estatística.

Desta forma, este paper se perfaz por um estudo exploratório aplicado, conforme afirma Mendes (2020), a qual salienta tal método envolve a materialidade do que se pretende estudar, entrelaçando-a aos marcos teóricos necessários para se estabelecer uma lógica de pesquisa.

Com vistas ao atingimento do objetivo de pesquisa, realizaram-se correlações entre variáveis, de posse do banco de dados obtidos na pesquisa supramencionada, de modo a se elaborar estatísticas descritivas inerentes às tipologias de segurança/insegurança alimentar, cotejando-as de acordo com a categoria de moradia que o entrevistado manifestou enquadramento em dois momentos: antes e durante a pandemia de Covid-19.

RESULTADOS DE PESQUISA

Preliminarmente, faz-se importante tabular os dados oriundos do Relatório de Pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa" no que concerne às tipologias de moradia apuradas:

Tabela 1. Tipologia de Moradia dos entrevistados.

Moradia	%	Total
Alugada	16,2	49
Cedida	27,2	82
Ocupação	5,0	15
Financiada	14,2	43
Própria (quitada)	37,4	113
Total Tipologia	100	302

Por conseguinte, passou-se a tratar dos resultados de pesquisa, com inferências iniciais a respeito da situação de moradia dos entrevistados antes da Pandemia de Covid-19:

Tabela 2. Situação Alimentar antes da Covid-19.

Moradia	Situação antes da Pandemia			
	SA	IL	IM	IG
Alugada	15,4%	16,0%	23,1%	13,9%
Cedida	24,2%	28,0%	28,2%	29,2%
Ocupação	8,8%	1,0%	2,6%	6,9%
Financiada	16,5%	14,0%	18,0%	9,7%
Própria (quitada)	35,2%	41,0%	28,2%	40,3%
Total Tipologia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quanto à segurança alimentar, nota-se que, antes da pandemia, perfaz-se estatisticamente relevante afirmar que as pessoas que residem em imóveis próprios, que estão quitados, ou que residem em imóveis cedidos, pertencentes a terceiros, são aquelas que estão em maior segurança alimentar, com 35,2% e 24,2%, respectivamente.

No que se refere aos graus de insegurança alimentar, percebe-se a insegurança alimentar leve, moderada e grave são igualmente predominantes nas famílias que residem em imóveis quitados e cedidos, com proximidade percentual entre as pessoas que moram de aluguel, ou em imóveis com financiamento ativo.

Por conseguinte, a situação alimentar durante a pandemia de Covid-19 teve oscilações relevantes, expostas na tabela 3 abaixo:

Tabela 3. Situação Alimentar durante a Covid-19.

Moradia	Situação durante a Pandemia			
	SA	IL	IM	IG
Alugada	33,3%	18,6%	9,5%	17,5%
Cedida	22,2%	17,1%	33,8%	28,9%
Ocupação	11,1%	5,7%	5,4%	4,0%
Financiada	11,1%	17,1%	13,5%	13,4%
Própria (quitada)	22,2%	41,4%	37,8%	36,2%
Total Tipologia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota-se, de pronto, a redução na segurança alimentar das pessoas que residem em imóveis próprios quitados ou financiados. Ademais, a precariedade alimentar teve elevação significativa em relação às pessoas residentes em imóveis cedidos, alugados ou em áreas de ocupação.

No que concerne à insegurança alimentar, infere-se que os entrevistados com moradia própria ou financiada migraram da segurança alimentar, direto para a insegurança alimentar moderada ou grave, o que denota queda no poderio aquisitivo das famílias – reflexo direto da crise financeira e sanitária pós-pandemia de Covid-19 no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos elementos apresentados, percebe-se que a pandemia de Covid-19, na amostra analisada, teve impacto estatisticamente relevante na maioria das tipologias de moradia, notadamente pelo aumento dos graus de insegurança alimentar.

Outra inferência observada nesta pesquisa diz respeito à elevação dos percentuais de insegurança alimentar leve e moderada, com ênfase às oscilações crescentes dessas famílias que residem em áreas de ocupação, com valores aproximadamente três vezes maiores do que antes da crise sanitária.

Vislumbrou-se, também, elevação percentual da insegurança alimentar grave com relação às pessoas que residem em imóveis financiados e alugados, fato que conduz à interpretação de que as famílias estão deixando de se alimentar adequadamente para custear outras despesas domésticas, tais como alugueis e financiamentos habitacionais.

REFERÊNCIAS

Bezerra, M. S. et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVY4KR3Gtc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 07. Jun. 2022.

Mendes, D. C. B. Compilado de Ciências Sociais: aspectos epistemológicos e metodológicos [livro eletrônico]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

Raiher, A. P. et al. Fome e pandemia: um estudo em Ponta Grossa – relatório de pesquisa. Ponta Grossa: UEPG/PPGCSA/Núcleo de Pesquisa, Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, 2022.

Rolnick, R. Direito à Moradia. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1034:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 07. Jun. 2022.

Reflexos da pobreza e da extrema pobreza no município de Ponta Grossa-PR: insegurança alimentar e habitacional no contexto de COVID-19

C. M. A. Leite¹; S. M. Scheffer²

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo evidenciar o percentual de pobreza e extrema pobreza frente às tipologias habitacionais dos entrevistados, do desemprego e da diminuição de renda. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram retirados do banco de dados da pesquisa realizada pelo Núcleo "Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza" e do Relatório de Estudo "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa". Como resultados, obteve-se que as famílias que residem em moradia cedida e própria quitada, são os que possuem maior porcentagem de desemprego, diminuição da renda, condição de pobreza e extrema pobreza. **PALAVRAS-CHAVE:** Moradia; Covid-19; Extrema Pobreza.

INTRODUÇÃO

No mundo todo, até a data de 22 de junho de 2022 foram confirmados 539.119.771 casos da Covid-19 e 6.332.311 óbitos. O Brasil somou um total de 31.818.827 casos confirmados e 669.390 óbitos (OMS, 2022).

O estado do Paraná, neste mesmo período, conta com 2.585.193 casos confirmados e 43.334 óbitos em razão da Covid-19 (PARANÁ, 2022). O município de Ponta Grossa, registrou 83.718 casos e 1.551 óbitos (PONTA GROSSA, 2022).

Uma das principais estratégias para o controle da disseminação do vírus, foi o isolamento social. Deste modo, atividades econômicas foram reduzidas e até mesmo paralisadas durante determinado período, que resultou no aumento de pessoas desempregadas, pobreza e fome (NEVES, et al; 2021).

Como objetivo geral, apresenta-se: evidenciar o percentual de pobreza e extrema pobreza frente às tipologias habitacionais dos entrevistados, do desemprego e da diminuição de renda.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para elaboração deste trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Severino (2007) foi feita por meio de pesquisas já realizadas anteriormente, podendo ser encontradas em livros, artigos, reportagens, entre outros materiais. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.

Na pesquisa documental, utilizou-se do banco de dados da pesquisa realizada pelo Núcleo "Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza", bem como do Relatório de Estudo Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa, de onde os dados referentes a porcentagem de pobreza, extrema

pobreza, desemprego e diminuição da renda da população pesquisada foram retiradas.

A pesquisa foi realizada com 302 (trezentas e duas) pessoas, amostra significativa e estatisticamente relevante, de 5.305 (cinco mil, trezentos e cinco) representantes de núcleos familiares cadastrados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com o intuito de coletar informações sobre a Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Ponta Grossa, situa-se na região dos Campos Gerais, no segundo planalto paranaense, e está a 118 quilômetros da capital do estado, Curitiba. Tem uma dimensão territorial de 2.054.732 km² e uma população estimada de 358.838. Seu IDHM é de 0,763 (IBGE, 2021).

De acordo com o Relatório de Estudo Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa, 94% da população pesquisada encontrava-se na condição de pobreza enquanto 76% estavam na situação de extrema pobreza (RAHIER, et al. 2022).

Considera-se que o indivíduo encontra-se em situação de pobreza quando recebe até meio salário mínimo per capita e extrema pobreza quando recebe até um quarto do salário mínimo per capita (RAHIER, et al. 2022).

Conforme os dados coletados pela pesquisa, inferiu-se que houve um aumento expressivo da Insegurança Alimentar Moderada para a população que reside em moradia cedida (anterior a pandemia 28,2% e durante 33,8%), em ocupação (anteriormente 2,6% e posteriormente 5,4%) e em casa própria quitada (anteriormente 28,2% e posteriormente 37,8%).

Nos quadros abaixo, é possível observar a porcentagem de desemprego, diminuição da renda, condição de pobreza e extrema pobreza durante a pandemia:

Quadro 1 - Desemprego e Moradia na Pandemia

TIPO DE MORADIA	DESEMPREGO		TOTAL
	NÃO	SIM	
Alugada	14,4%	17,5%	16,2%
Cedida	29,6%	25,4%	27,2%
Ocupação	4,0%	5,6%	5,0%
Própria (financiada)	16,8%	12,4%	14,2%
Própria (quitada)	35,2%	38,9%	37,4%

Assim demonstra-se que 25,42% que residiam em casas cedidas encontravam-se desempregados, seguidos por indivíduos que residiam em casas

1 Charon Mahrara de Araújo Leite (charonmahrara35126@gmail.com), Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

2 Sandra Maria Scheffer (smscheffer@uepg.br), Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR.

alugadas (17,51%) e em ocupações (5,65%).

Quadro 2 - Diminuição da Renda Familiar na Pandemia

TIPO DE MORADIA	DIMINUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR NA		TOTAL
	NÃO	SIM	
Alugada	14,9%	16,9%	16,2%
Cedida	20,8%	30,4%	27,2%
Ocupação	6,9%	4,0%	5,0%
Própria (financiada)	16,8%	12,9%	14,2%
Própria (quitada)	40,6%	35,8%	37,4%

Das famílias que residiam em moradia alugada, 16,9% tiveram redução da renda familiar durante a pandemia, as que habitavam em casas cedidas a porcentagem foi de 30,4% e para ocupações, 4% tiveram a renda reduzida.

Quadro 3 - Condição de Pobreza e Moradia na Pandemia

TIPO DE MORADIA	CONDIÇÃO DE POBREZA		TOTAL
	NÃO	SIM	
Alugada	27,8%	15,5%	16,2%
Cedida	5,6%	28,5%	27,2%
Ocupação	11,1%	4,6%	5,0%
Própria (financiada)	11,1%	14,4%	14,2%
Própria (quitada)	44,4%	37,0%	37,4%

Analisando a condição de pobreza, inferiu-se que 28,5% correspondiam aqueles que habitavam em moradia cedida, seguido de 15,5% que residiam em moradia alugada e 4,6% em ocupação.

Quadro 4 - Condição de Extrema Pobreza e Moradia na Pandemia

TIPO DE MORADIA	EXTREMA POBREZA		TOTAL
	NÃO	SIM	
Alugada	17,6%	15,8%	16,2%
Cedida	14,9%	31,1%	27,2%
Ocupação	4,1%	5,3%	5,0%
Própria (financiada)	13,5%	14,5%	14,2%
Própria (quitada)	50,0%	33,3%	37,4%

Quanto à extrema pobreza durante a pandemia, 31,1% habitavam em moradia cedida, 15,8% em casa alugada e 5,3% em ocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto neste trabalho, compreendeu-se que houve um aumento na Insegurança Alimentar da população pesquisada, principalmente para aqueles que residem em moradias cedidas e ocupações.

Inferiu-se também, que os indivíduos que residem em moradias cedidas foram dos grupos que mais apresentaram déficits no período de pandemia, atrás somente daqueles que moram em casa própria quitada.

Quanto a situação de desemprego, aqueles que residem em casa própria quitada correspondem à 38,9% do total de desempregados e os que moram

em casa cedida 25,4%. No quesito diminuição da renda, o primeiro grupo representa 35,8% e o segundo 30,4%. Abordando a condição de pobreza, os que residem em casa própria totalizam 37% e os que moram em moradia cedida 28,5%. O primeiro grupo representa 33,3% dos que estão em extrema pobreza e o segundo 31,1%.

REFERÊNCIAS

IBGE. Cidades e Estados. 2021 Neves, J. A; et al. 2021. Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. Revista de Nutrição, v.34, p.1-7.

OMS. Situação Epidemiológica. Painel do Coronavírus da OMS (Covid-19). 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 22 de jun. 2022.

Paraná. Secretaria de Saúde. Informe Epidemiológico COVID-19. 2022. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-06/informe_epidemiologico_22_06_2022.pdf Acesso em: 22 de jun. de 2022.

Ponta Grossa. Fundação Municipal de Saúde. Boletim Covid Oficial. 2022. Disponível em: <https://fms.pontagrossa.pr.gov.br/boletim-covid/> Acesso em: 22 de jun. de 2022.

Raiher, A. P. et al. 2022. Fome e pandemia: um estudo em Ponta Grossa – relatório de pesquisa. Ponta Grossa: UEPG/PPGCSA/Núcleo de Pesquisa, Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza.

Severino, A. J. 2007. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

GT- III

Tema: Alimentação & Saúde

Coordenadores: Prof^a. Dr^a. Lislei Terezinha Preuss [UEPG]
Prof. Dr. Carlos Eduardo Coradassi [UEPG]

A sustentabilidade alimentar na perspectiva da ODS 02 da agenda 2030 - fome zero e agricultura sustentável

C. Lopatiuk¹; C. E. Lopatiuk²; A. C. D. Czerevaty³; S. C. da Silva⁴; S. C. da Silva⁵

RESUMO: A sustentabilidade alimentar é uma questão de sobrevivência que envolve o direito inalienável à alimentação adequada, envolve a sobrevivência no planeta Terra. O objetivo geral do trabalho é verificar as condições atuais da SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DO ODS 02 (Fome zero e agricultura sustentável) da Agenda 2030, tem como objetivos específicos abordar o panorama atual da alimentação, correlacionando os temas com o ODS 02, além de investigar sua correlação com a crise econômica e a importância da segurança alimentar. A metodologia aborda a pesquisa bibliográfica. Como resultados verificam-se que para se alcançar uma forma de produção sustentável dos alimentos é necessário um gerenciamento ecológico de todos os recursos naturais visando a alimentação de qualidade e não a produção de alimentos para a exportação em grandes quantidades. A pandemia de Covid-19 desestabilizou o mundo todo, todos os países foram afetados alterando a pobreza (população vulnerável) necessita de uma alimentação saudável para combater o vírus. Conclui-se que as condições atuais da sustentabilidade alimentar na perspectiva do futuro passam necessariamente pelas mãos e análise do ODS 02 e o panorama atual da alimentação relaciona-se a alimentação sustentável e de qualidade caracterizando a sustentabilidade alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação; ODS 02; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a sustentabilidade alimentar é uma questão de sobrevivência. O direito à alimentação adequada é inalienável, ou seja, insubstituível, à medida que todos os seres humanos precisam se alimentar, porém o sistema de produção capitalista exploratório faz com que monoculturas sejam plantadas visando à exportação enquanto seus países de origem ficam sem alimentos.

A questão de pesquisa envolve a sobrevivência no planeta Terra. É possível a agricultura fornecer alimentação a todos os habitantes da Terra? Por conta desse modo de produção atual, está cada vez mais difícil levar alimentação à casa de todas as

pessoas, ainda existem outras questões que interpelam o problema original como a pobreza, o sistema capitalista e o desperdício de alimentos. Em 2050, segundo a ONU, a população da Terra deverá chegar a nove bilhões de pessoas, contudo já enfrentamos grandes dificuldades em garantir alimentação e alimentação sustentável para 7 bilhões. O objetivo geral do trabalho é verificar as condições atuais da SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NA PERSPECTIVA DA ODS 02 (Fome zero e agricultura sustentável) da Agenda 2030.

Ao pesquisar e abordar a relação da sustentabilidade com a alimentação e o ODS 02, e como objetivos específicos abordar o panorama atual da alimentação, correlacionando os temas com o ODS 02 da Agenda 2030, além de investigar sua correlação com a crise econômica, a importância da segurança alimentar, e conceituar e classificar a alimentação sustentável.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos gerais e específicos tratados acima e de conceituar os temas elencados anteriormente que, por sua vez, auxiliarem na elaboração das conclusões oportunamente apresentadas, a metodologia utilizada como base para a investigação, é a pesquisa bibliográfica.

Ainda utiliza a pesquisa documental enquanto método de investigação o que torna possível compreender as várias facetas diferentes do objeto de pesquisa. Ela pode ser utilizada para compreensão do objeto ou para a crítica.

Também se trata de uma pesquisa bibliográfica, pois é possível construir uma investigação acerca do tema conceituado e contextualizado, além de contar com os principais conceitos dos autores da área.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A alimentação não provê somente energia, mas nos integra com outros seres humanos que estão realizando a refeição, porta to é também um ato cultural e humano. Na hora do almoço, no jantar, as interações acontecem formando laços familiares. Uma comida típica de uma família de imigrantes expressa um ato de lembrar. Se alimentar é um ato de se dar valor, para além apenas do ato biológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.22).

A sustentabilidade é um conceito relativamente novo. Até meados dos anos 80, o sistema de exploração de

1 Carlos Lopatiuk, (carloslopatiuk@yahoo.com.br) Advogado, Administrador, Contador, Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO (PPGDC)

2 Carla Emanuele Lopatiuk, (clopatiuk@gmail.com) Acadêmica do Curso de Medicina da Faculdade Municipal "Professor Franco Montoro" (FMPFM)

3 Andrea Cordeiro (andreamanu2003@yahoo.com.br) Administradora, Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Unifaj - Centro Universitário De Jaguariúna

4 Deborah Czerevaty (deborahczerevaty452@gmail.com) Acadêmica do Curso de direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

5 Samira Corrêa da Silva (samira.correa@outlook.com.br) Acadêmica do Curso de direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

trabalho se firmava na exploração dos recursos naturais, pensando sempre que estes eram infinitos e recuperáveis. Os debates envolvendo um crescimento sustentável se iniciaram e possibilitaram a mudança de sistema, visando uma técnica que não agredisse o meio ambiente. Tal preocupação ambiental, já vinha sendo discutida antes na década de 60.

Quando os agrotóxicos surgiram, pensou-se que eles eram a solução para a fome que o mundo pós guerra passava, mas o uso indiscriminado destes produtos fez muito mal à saúde e os pesquisadores começaram a alertar a população.

O uso de agrotóxicos ainda é forte, mas nos últimos anos vem sendo abolido, principalmente pela população que procura opções orgânicas mais saudáveis e países que proíbem a exportação de alimentos com determinados agrotóxicos.

Hoje, o mundo ainda não está em um patamar totalmente sustentável. O modelo de exploração que ainda é utilizado visa sempre à máxima produtividade que acaba explorando os recursos de uma forma que gera desperdício e impactos negativos no meio ambiente. A monocultura utilizada na agricultura é uma das principais formas de degradação do solo e é utilizada em larga escala. Atualmente, vários ecossistemas estão fragilizados devido a este modo de exploração.

As consequências deste modo de exploração são visíveis. Para utilizar uma grande extensão de terra, os agricultores utilizam de ferramentas como queimadas, destruição de matas nativas, fertilizantes e agrotóxicos que agredem a terra. A segurança alimentar desta forma é prejudicado à medida que os agrotóxicos utilizados prejudicam a saúde.

Outro fator também é pertinente, a maioria dos produtos gerados da monocultura é exportada fazendo com que a população fique sem aqueles alimentos.

Ademais, com a crise da Covid-19 foi necessário a implementação de isolamento social e em decorrência da pandemia a crise econômica, desta maneira a alimentação sofreu drásticas mudanças, como o aumento de consumo de fastfood, por outro lado houve muitos casos de pessoas que entraram na chamada Insegurança Alimentar (IA). A IA é a desestabilidade e insuficiência de alimentação para garantir a segurança do indivíduo.

Segundo a VIGISAN (2021, p. 35) de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insuficiência alimentar, sendo leve, moderada ou grave. Destes, 43,4 milhões não contavam com alimentos suficientes para atender suas necessidades. Sendo assim, 19 milhões de brasileiros conviveram com a fome.

Sendo assim, a importância do ODS 2, que por meio de seus objetivos busca o desenvolvimento sustentável e visa acabar com a fome.

RESULTADOS

Quando se trata de lançar políticas públicas direcionadas, há sempre dificuldades que o Estado terá que enfrentar. Para se alcançar uma forma de produção sustentável dos alimentos é necessário um

gerenciamento ecológico de todos os recursos naturais visando sempre a alimentação de qualidade e não a produção de alimentos para a exportação em grandes quantidades.

Há necessidade de uma estratégia mais incisiva do poder público. Em nível nacional, local e regional ainda não há uma sistematização de políticas públicas direcionadas a alimentação e muito menos a sustentabilidade alimentar, e, para que essas estratégias possam ocorrer efetivamente, é necessário contar com a ajuda de um instrumento eficiente de identificação de áreas que carecem da implementação de políticas públicas, sendo o referido instrumento os indicadores sociais.

A pandemia de Covid-19 desestabilizou o mundo todo, todos os países foram afetados e dessa forma, alguns grupos entraram para a marca da pobreza. Essa população vulnerável necessita de uma alimentação saudável para combater o vírus. Para combater a fome no mundo será necessário um investimento na agricultura familiar, que é de mais fácil acesso em nível regional, assim se garante uma variedade nutricional e ainda incentiva a sustentabilidade na alimentação.

Um alimento sustentável deve sempre ser produzido em um meio que seja sustentável, ou seja, que não agrida tanto o meio ambiente e que se preocupe com a erosão do solo, poluição e o gasto excessivo dos recursos naturais como, por exemplo, a água. Dessa forma, a alimentação sustentável auxilia no meio ambiente e auxilia na saúde do corpo humano já que contém menos agrotóxicos.

Atingiu-se o objetivo geral do trabalho identificando-se que as condições atuais da SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR NA PERSPECTIVA p=no futuro passam necessariamente pelas mãos e pela análise da ODS 02 (Fome zero e agricultura sustentável) da Agenda 2030. pois o panorama atual da alimentação esta intimamente correlacionando os temas com o ODS 02 da Agenda 2030ao tratar das questões de alimentação sustentável.

CONCLUSÃO

A sustentabilidade garante uma alimentação mais variada à mesa da população. Os objetivos deste trabalho foram atingidos à medida que o objetivo geral era pesquisar e abordar a relação da sustentabilidade com a alimentação e o ODS 02.

O sistema atual agrícola não favorece os pequenos produtores, e sim a monocultura que é uma forma de exploração que agride o solo. Dessa forma, se o governo propiciar alternativas de incentivo para a agricultura, favorecerá uma boa alimentação à toda sociedade.

O artigo também abordou o panorama atual devido à pandemia e a crise econômica. A recessão afetou todos os países do globo, dessa forma há um novo contingente de pessoas que estão se sentindo inseguras no quesito de alimentação. E nos resultados, declarou a importância da segurança alimentar. Como já dito anteriormente neste trabalho, a segurança alimentar é importante à medida que garante uma boa qualidade de vida e uma boa resposta imunológica ao vírus causador da



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

Covid-19. Ainda hoje, o sistema de monoculturas é o principal usado em todo o mundo, esse sistema agride terrivelmente o solo em que é cultivado e não favorece uma plantação focada nos valores nutricionais, pois possuem níveis alarmantes de agrotóxicos.

Os produtores utilizam as monoculturas porque visam o benefício econômico da exportação daqueles alimentos, mas esse modo de produção acarreta em muitas consequências, sendo um modelo inapropriado para as futuras gerações que apresentam um cuidado maior com o planeta.

Conclui-se que as condições atuais da sustentabilidade alimentar na perspectiva do futuro passam necessariamente pelas mãos e análise do ODS 02 e o panorama atual da alimentação relaciona-se a alimentação sustentável e de qualidade caracterizando a sustentabilidade alimentar.

Conclui-se também que a sustentabilidade alimentar tem na perspectiva do ods 02 da agenda 2030 que trata da fome zero e agricultura sustentável uma solução para a fome.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm> Acesso em: 14 jul 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1a ed. Distrito Federal: Brasília. 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, T, C; ABRANCHES, M, V; LANA, R, M. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. Caderno Saúde Pública. v.36, n.4. 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e0055220/pt/>> Acesso em: 29 jul 2022.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 29 jul 2022.

OPAS-Organização Pan-Americana da Saúde. "Folha informativa -COVID-19".Portal Eletrônico da OPAS[2020]. Disponível em<www.paho.org>. Acesso em: 14 jul 2022.

PIZZANI, L; SILVA, R, C; BELLO, S, F; HAYASHI, M, C, P, I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28> Acesso em: 29 jul 2022.

VISIGAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em: 20 jul 2022.

Condiciones sociodemográficas y alimentación en universitarios

M. L. Wallinger¹; F. Magalí Pisarra²; A. V. Moreno³; F. M. Díaz⁴; L. Pelatelli⁵

RESUMEN: La alimentación se encuentra condicionada por varias dimensiones entre ellas las sociodemográficas. **Objetivo:** Describir estilo, perfil y actitudes alimentarias en la comunidad de la Universidad Nacional de Lanús, y su relación con condiciones sociodemográficas. **Material y métodos:** Se realizó un estudio descriptivo-transversal sobre una muestra por conveniencia de 236 integrantes de la comunidad universitaria durante 2021, mediante un cuestionario autoadministrado, sobre sus consumos alimentarios y su relación con condiciones sociodemográficas (sexo, edad y nivel socioeconómico -NSE-). Se realizó un análisis descriptivo de los resultados. **Resultados:** El 46% de la población en estudio presentó un perfil innovador, con predominio en mujeres, >25 años, y NSE alto. En cuanto a la actitud hacia la alimentación el 45% fueron hedonistas, predominando en mayores de 40 años y NSE bajo, los restrictivos (30%) predominaron en las mujeres y >40 años, y los conscientes en el NSE alto. **Conclusiones:** Se observa relación entre características sociodemográficas y perfil, actitud y estilo alimentario.

Palabras clave: consumo-alimentario; edad; sexo; nivel-socioeconómico.

INTRODUCCIÓN

En Argentina los problemas epidemiológicos con componente alimentario y nutricional de mayor prevalencia son el exceso de peso, el sobrepeso, la obesidad y las enfermedades crónicas no transmisibles (Ministerio de Salud, 2019). Sin embargo, los mismos conviven con otras situaciones relacionadas con el déficit de micronutrientes o la baja talla. Esta situación compleja y multidimensional se denomina "Carga Sanitaria Dual del Siglo XXI", y representa el comportamiento de las sociedades industrializadas, con diferentes matices a nivel poblacional, familiar e incluso individual. Si bien es transversal a toda la población, aquellas personas pertenecientes a los sectores de menor nivel socioeconómico (NSE) y educacional resultan ser las más afectadas. Asimismo, esta situación epidemiológica se encuentra atravesada por determinantes sociales, por lo que deben ser interpretados dentro de la complejidad que presentan los problemas sociales (Pasca, 2011).

La crisis en el sistema de normas que regulan las prácticas alimentarias en la modernidad, la modificación de las relaciones sociales, las condiciones de trabajo, la teoría del gen ahorrador y

el incremento en la disponibilidad de alimentos y bebidas ricos en energía y azúcares (pero de pobre calidad nutricional), entre otras, se presentan como las situaciones que se relacionan con la complejidad del acto alimentario (Fischler, 2010). En este sentido las actitudes, las prácticas y perfiles sobre alimentación y cuidado de la salud, se presentan como variables de interés en la búsqueda de comprender dicho acto alimentario.

En este contexto se planteó como objetivo, describir el estilo, perfil y actitudes relativas a la alimentación en los integrantes de la comunidad universitaria de la Universidad Nacional de Lanús (UNLa), y analizarlas en relación a sus condiciones sociodemográficas.

METODOLOGÍA

Se realizó un estudio observacional descriptivo y transversal sobre una muestra incidental por conveniencia de la comunidad UNLa (estudiantes, docentes-investigadores y trabajadores no docentes), durante el año 2021, a quienes se aplicó un cuestionario autoadministrado online. Por un lado se indagaron diferentes variables sociodemográficas de la población en estudio, como sexo, grupo etario y NSE. En cuanto a las variables relacionadas con la alimentación se estudió por un lado el estilo de alimentación, considerándose "omnívoro" a todo aquel que indicara que consume alimentos tanto de origen animal como vegetal, siendo "vegetarianos-veganos" aquellos que manifestaron algún tipo de exclusión de alimentos de origen animal. Por otro lado se indagó sobre la disposición (perfil) hacia la incorporación de nuevos alimentos, de modo de categorizar a la población como "innovador" y "no innovador", según la identificación de cada participante con categorías relativas a la neofobia y neofilia. En lo referente a la actitud ante la alimentación se presentó a los entrevistados una escala de Likert (10 puntos) con frases relativas a actitudes de cuidados de la salud, consumos alimentarios y barreras identificadas en la elección de los mismos, indagando acerca de su grado de acuerdo con cada una de ellas. Además, se identificaron categorías emergentes en base a las respuestas de los participantes. Se utilizó el software Survey Monkey para la recolección, procesamiento y análisis de los datos. Las variables se presentaron como frecuencias porcentuales.

CONCLUSIONES

Se estudiaron 236 personas (84% mujeres) pertenecientes a la UNLa. El 30% de las mismas tenían una edad de entre 18-24 años, 35% entre 25-40 años, y el resto eran mayores de 40 años. El NSE

1 Marina Laura Wallinger, mlwallinger@gmail.com, Doctora de la UBA (Área Nutrición), UNLa

2 Florencia Magalí Pisarra, florpisarra@gmail.com, Licenciada en Nutrición, UNLa

3 Ana Verónica Moreno, anvemoreno@gmail.com, Licenciada en Trabajo Social, UNLa

4 Francisco Manuel Díaz, franciscomodiaz@gmail.com, Especialista en Metodología de la Investigación, UNLa

5 Lucía Pelatelli, luciapelatelli@gmail.com, Magíster en Epidemiología, Gestión y Políticas de Salud, UNLa

más representado fue el NSE medio, con un 67%, seguido por el NSE alto (27%) y el NSE bajo con el porcentaje restante. El 69% de la población en estudio presentó un estilo de alimentación omnívoro y el 46% de la misma se identificó con un perfil innovador en relación a su alimentación. En lo referente a la actitud alimentaria, quedaron configurados tres grupos que fueron ponderados por su peso relativo (análisis de correspondencia del set de atributos) y caracterizados por sus actitudes destacadas: "Hedonistas" (45%) resumidos alrededor de la idea de que "deberían cuidarse más"; "Restrictivos" (30%), resumidos alrededor de la idea del cuidado general y particularmente de "no engordar", y "Conscientes" (25%), situados en su autopercepción de consumidores informados, y selectivos en cuanto a las formas de producción de los alimentos. Las diferencias halladas en relación condiciones socioeconómicas de cada una de estas variables se presenta la tabla 1:

Tabla 1: Estilo, perfil y actitud con relación a la alimentación según variables socioeconómicas, en población UNLa, 2021.

		V-v	I	No I	R	H	C
Varón	85	15	44	56	24	48	28
Mujer	67	33	47	53	32	44	25
<25 años	67	33	41	59	12	64	24
25-40 años	72	28	47	53	24	52	24
>40 años	72	28	49	51	51	21	27
NSE alto	74	26	53	47	33	37	39
NSE medio	67	33	45	55	31	44	25
NSE bajo	74	26	37	63	26	54	20

Fuente: Elaboración propia en base a los datos relevados. n: 236. O: Omnívoros / V-V: vegetarianos-veganos / I: innovadores / No I: no innovadores / R: restrictivos / H: hedonistas / C: conscientes.

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

El acto alimentario se presenta complejo, siendo las dimensiones socioemográficas y las relaciones que se dan entre ellas las que condicionan el consumo de alimentos según nivel socioeconómico, sexo o grupo etario (Aguirre, 2004). En este trabajo se ha encontrado que los encuestados con NSE alto presentan un perfil innovador en comparación al NSE bajo, que tienden a la no-innovación y al hedonismo. En concordancia con otros autores (Aguirre, 2004), estos resultados resaltan que las posibilidades de elección variada de alimentos están vinculadas con el acceso a los mismos, condicionado por el poder adquisitivo y la educación, entre otros factores. Sin embargo la actitud restrictiva en la alimentación no muestra diferencias según el NSE, pero presenta mayor representación en mujeres y a medida que se incrementa la edad. En este sentido, como se señala en la bibliografía, la medicalización del acto

alimentario y el significado de la "alimentación correcta o saludable" (Suárez-Solana, 2016; Friedin, 2016), incide en las decisiones alimentarias hacia los consumos restrictivos, considerados más "saludables". Se pone el énfasis en la prevención de las enfermedades, la reducción del peso corporal y otros consejos sobre lo considerado "saludable" para consumir, resaltando los aspectos restrictivos de la alimentación (Gracia-Arnaiz, 2007), en detrimento de los aspectos sociales de la misma. Las redes sociales y los medios masivos de comunicación reproducen discursos médico-hegemónicos y generan tendencias sobre lo que "debe ser adecuado" influyendo en los consumidores, sobre todo en mujeres y adultos mayores. Freidin (2016) muestra que en adultos residentes en el Área Metropolitana de Buenos Aires, el discurso sobre lo que es una alimentación saludable se centra en la información construida desde los expertos y difundida por los medios de comunicación, relativos al contenido nutricional de los alimentos.

En base a los resultados obtenidos se puede concluir que las actitudes y prácticas relacionadas con la alimentación están influenciadas por las características sociodemográficas de la población en estudio, donde el NSE, el grupo etario y sexo constituyen factores relevantes en las mismas.

REFERENCIAS

- Aguirre, P. (2004). Ricos flacos, gordos pobres. La alimentación en crisis. Colección Claves Para Todos. Capital Intelectual. Buenos Aires. (41), 4.
- Fischler, C. (2010). Gastro-nomy and gastro-anomy. The wisdom of the body and the biocultural crisis of modern eating. *Gazeta de Antropología*, 26 (1). DOI: 10.30827/Digibug.6789
- Freidin, B. (2016). Alimentación y riesgos para la salud: visiones sobre la alimentación saludable y prácticas alimentarias de mujeres y varones de clase media en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Salud Colectiva*, 12 (4), 519-536. DOI: 10.18294/sc.2016.913
- Ministerio de Salud (2019). 2º Encuesta Nacional de Nutrición y Salud. Ministerio de Salud y Desarrollo Social de la Nación. Argentina. <https://fagran.org.ar/wp-content/uploads/2020/01/Encuesta-nacional-de-nutricion-y-salud.pdf>
- Pasca, A. J., & Pasca, L. (2011). Transición nutricional, demográfica y epidemiológica: Determinantes subyacentes de las enfermedades cardiovasculares. *Insuficiencia cardíaca*, 6(1), 27-29. <https://www.redalyc.org/pdf/3219/321927793005>
- Suarez Solana, M.C. (2016) Significado externo de "alimentación correcta" en México. *Salud Colectiva*, 12 (4), 575-588. DOI: 10.18294/sc.2016.1103.

Feira Verde: uma estratégia sustentável de enfrentamento da insegurança alimentar

M. L. Bittencourt¹; L. T. Preuss²

RESUMO: O presente trabalho visa analisar o programa Feira Verde, do município de Ponta Grossa/ Paraná. Para isso, se faz um apanhado histórico e legislativo do referido programa, que se iniciou no ano de 2007 e regulamentou-se pelo decreto municipal nº 19.432 de 2021. Busca-se ainda informar, a partir de dados dos anos de 2016, 2018, 2019 e 2021 as toneladas de recicláveis retirados do meio ambiente, bem como sua relação com a quantidade de alimentos distribuídos à população através do programa Feira Verde.

Palavras-chave: Programa Feira Verde; agricultura familiar; sustentabilidade; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

O Programa Feira Verde iniciou suas atividades no ano de 2007, na cidade de Ponta Grossa/ Paraná. O Programa vem sendo desenvolvido pela prefeitura municipal a fim de garantir o direito à alimentação de pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Esta ação consiste na troca de materiais reutilizáveis por gêneros alimentícios dos mais diversos, entre eles: ovos, leite, hortifruti e mel. No ano de 2014, o programa recebeu caráter de lei e posteriormente, em 2021, foi regulamentado através do decreto municipal nº 19.432 de 2021. Este paper tem como objetivo analisar a Feira Verde e sua trajetória no município de Ponta Grossa. Além disso, demonstra dados referentes aos anos de 2016, 2018, 2019 e 2021 os quais dizem respeito a quantidade de recicláveis arrecadados, estabelecendo a relação com os alimentos destinados pelo respectivo programa, que são provenientes da agricultura familiar.

Para a coleta de dados utiliza-se da pesquisa documental por intermédio do decreto municipal e de notícias relacionadas, assim como as que se encontram disponibilizadas em site oficial da prefeitura. Salienta-se que os anos contemplados se referem ao acesso e disponibilidade de informações acerca do programa.

FEIRA VERDE: O QUE É?

O "Feira Verde Mais", popularmente conhecido como "Feira Verde", é um programa lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA) e realizado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Esta ação pública visa o fomento, distribuição e comercialização de produtos hortifrutigranjeiros advindos da agricultura familiar.

Dentre seus objetivos, conforme mencionado, fomenta a produção e venda de alimentos através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O programa PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar sem necessidade de licitação e os distribui para pessoas que se encontram na insegurança alimentar, bem como para aqueles que dependem da política de assistência social, utilizando de ferramentas públicas para se atingir a segurança alimentar e nutricional da população (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2022).

Uma das ferramentas públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional, no município de Ponta Grossa, é o programa Feira Verde. Seu público-alvo são pessoas em situação de vulnerabilidade social, que se encontram na incerteza de possuírem alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Por sua vez esta ação municipal promove a segurança alimentar, ao passo que as famílias atendidas, a cada três quilos de material reciclável tem direito de trocá-lo por um quilo de alimento, ou ainda, para a troca por crédito de bilhetagem do transporte público, fazendo-se necessário a entrega de um pneu inaproveitável (PONTA GROSSA, 2022).

O referido programa consta no decreto municipal nº 19.432, de 14 de setembro de 2021, onde no seu artigo 2º caracteriza as ações, que são destinadas a promoção de campanhas de reciclagem de resíduos; na troca de créditos para o cartão de transporte urbano - denominado "Passe Verde" para a devolução de 13 KG GLP de gás de cozinha; e para produtos de hortifrutigranjeiro ou outros produtos advindos da agricultura familiar. Tais formas de troca de recicláveis por alimentos, transporte e gás de cozinha, são especificados no artigo 5º, o qual foi alterado pelo Decreto nº 20.295, de 11 de maio de 2022.

Evidencia-se que o Feira Verde beneficia não somente a população, mas também consiste em ser uma forma sustentável de preservação do meio ambiente, atuando na conscientização ambiental. Favorece igualmente o fomento à agricultura familiar, pois o poder público local adquire através do Programa de Aquisição de Alimentos - instituído pela Lei Municipal nº 10.379 - os produtos oriundos da agricultura familiar, o que contribui em seu desenvolvimento e geração de renda.

Sendo assim, ao longo dos últimos anos, o Programa Feira Verde vem constituindo-se como uma forma de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional. De acordo com a tabela a seguir, mostra-se o quantitativo de materiais recicláveis recebidos e alimentos fornecidos durante os anos de 2016, 2018, 2019 e 2021 conforme disponibilizado em fontes de websites e de órgão da prefeitura:

1 Matheus Leite Bittencourt (matheus.l.bittencourt@hotmail.com), graduando em Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Lislei Teresinha Preuss (ltpreuss@uepg.br), Doutora em Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

Tabela 1. Tonelada de recicláveis arrecadados e de alimentos distribuídos pelo Programa Feira Verde

Ano	Recicláveis (t)	Alimentos (t)
2016	6.300	2.100
2018	2.913	914
2019	3.260	803
2021	2.700	750

Fonte: Organizado pelos autores.

Percebe-se que, dentre os anos analisados, o ano de 2016 foi o mais significativo. Em termos de arrecadação e distribuição, naquele ano houve um expressivo quantitativo de materiais reutilizáveis recolhidos, bem como de alimentos hortifrutigranjeiros concedidos – 6.300 e 2.100 t, respectivamente. No entanto, dois anos após, em 2018, ocorreu grande redução evidenciada pela tabela acima.

No ano subsequente, verificou-se aumento dos recicláveis arrecadados, porém diminuição da quantidade de alimentos fornecidos se comparado ao ano anterior. Já no ano de 2021, registra-se o menor índice de obtenção de recicláveis e gêneros alimentícios – 2.700 e 750 toneladas. Vale-se ressaltar que neste último ano o Brasil já se encontrava diante de uma pandemia global, a qual se instaurou no país no início de 2020. Dados do primeiro inquérito da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021), referentes ao primeiro ano de pandemia, já sinalizavam um agravamento na condição de insegurança alimentar das famílias (mais da metade da população se encontrava na insegurança alimentar, precisamente, 55% dos brasileiros).

CONCLUSÃO

Dado o exposto, fica evidente que o programa contribuiu no combate à insegurança alimentar no município de Ponta Grossa, bem como promove a sustentabilidade do meio ambiente, a geração de renda para a agricultura familiar e o estímulo para permanência dessas famílias no meio rural.

Enfrentou-se dificuldade de acesso aos dados relativos ao programa e, neste sentido, não se contemplou todos os dados dos anos desde seu início, em 2007. Percebe-se a relevância do Feira Verde na medida em que esta, enquanto ação pública, consiste em uma forma de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional da população pontagrossense, principalmente em tempos de retrocesso em que o Brasil retorna ao mapa da fome.

REFERÊNCIAS

CAMPOS GERAIS RURAL (2020). Em 2019, programa "Feira Verde" trocou 3.260 toneladas de recicláveis por frutas, verduras e legumes. Disponível em: <<https://camposgeraisrural.com.br/noticia/266/em-2019-programa-feira-verde-trocou-3-260-toneladas-de-reciclaeis-por-frutas-verduras-e-legumes>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Brasília. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MUNICIÊNCIA (2016). Experiências Inovadoras em Gestão Municipal. Disponível em: <http://www.municiecia.cnm.org.br/download/inicityas/1Etapa_PONTA_GROSSA_PR_Formulario_Feira_Verde.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PENSSAN (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranc_a_alimentar.pdf> Acesso em: 01 jul. 2022.

PONTA GROSSA. Decreto nº 19.432, de 14 de setembro de 2021. Câmara Municipal, Ponta Grossa, 2021.

PONTA GROSSA. Decreto nº 20.295, de 11 de maio de 2022. Câmara Municipal, Ponta Grossa, 2022.

PONTA GROSSA (2022). Feira Verde fornece 750 toneladas de alimentos para 5 mil famílias. Disponível em: <<https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/49428>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PONTA GROSSA (2018). "Feira Verde" realiza mais de 79 mil atendimentos em 2018. Disponível em: <<https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/42162>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PONTA GROSSA. Lei Municipal nº 10.379, de 16 de setembro de 2010. Câmara Municipal, Ponta Grossa, 2010.

Perfil del consumidor de stevia y valoración de la misma

M. L. Wallinger¹; G. A. Guerrero²; M. G. Yedvab³; M. E. Colombo⁴; E. L. Cabello⁵

RESUMEN: El consumo de azúcares se ha incrementado en los últimos años, y se le ha atribuido al mismo, dentro de otros múltiples factores, un rol importante en el desarrollo de las enfermedades por exceso. La Stevia se presenta como un endulzante natural no calórico con posibilidades de ser utilizado en reemplazo del azúcar. En el marco del Proyecto de Huerta Agroecológica y Demostrativa de la Universidad Nacional de Lanús, se propuso indagar el perfil del consumidor de Stevia para direccionar las estrategias de fomento del consumo del mismo. **Metodología:** Se realizó un estudio descriptivo transversal sobre una muestra no probabilística de la comunidad universitaria en base a una encuesta autoadministrada. Se indagó el consumo ocasional y habitual de Stevia, las formas de presentación consumidas, la utilización y valoración del mismo. Se realizó un análisis descriptivo. **Resultados:** De las 236 personas encuestadas, el 68% fueron consumidores ocasionales y el 24% consumidores habituales. La forma de presentación más consumida fue en polvo y se prefirió el consumo en bebidas más que en preparaciones y comidas. La valoración del edulcorante fue representada por las categorías negativa (36%) y regular (23%). **Conclusión:** El consumo de Stevia es bajo, así como es pobre su valoración. **Palabras clave:** grupo etario, nivel socioeconómico, sexo, formas de consumo, salud.

individual, familiar y comunitario. Si bien existen diferentes endulzantes, la Stevia Rebaudiana (Bertoni) –Stevia- se propone como un cultivo ancestral con propiedad edulcorante no-nutritivo natural, alternativo al azúcar. La Stevia es un arbusto originario del sudeste de Brasil y Paraguay, utilizado desde tiempos ancestrales debido a sus propiedades edulcorantes. Desde el punto de vista nutricional presenta diferentes beneficios debido a que no aporta energía, es estable a altas temperaturas, no crea placa dental, es anti caries y estudios toxicológicos han demostrado no tiene efectos mutagénicos, teratogénicos o carcinogénicos cuando se utiliza como edulcorante. Se agrega a estas características el hecho de no presentar efectos adversos sobre la salud a diferencia de otros edulcorantes no nutritivos artificiales (Carrera Lanestosa, 2015).

Desde el año 2014, en la Universidad Nacional de Lanús (UNLa) se desarrollan diferentes actividades académicas, de investigación y de extensión universitaria, en el espacio de Huerta Demostrativa Agroecológica, con la comunidad universitaria. Dentro de la misma se ha indagado y evaluado la posibilidad de cultivo, procesamiento y elaboración de productos alimenticios en base a Stevia (variedad criolla nativa, sin modificaciones genéticas), así como los facilitadores y obstáculos para el consumo de la misma (Wallinger et al, 2019; Pisarra et al, 2021).

En este sentido, resulta de interés indagar y caracterizar el perfil del consumidor de Stevia, con la finalidad de direccionar las estrategias de fomento y promoción del consumo de la misma en la población.

INTRODUCCIÓN

La preferencia por el sabor dulce se presenta como rasgo innato en los seres humanos, seleccionado en ambientes donde los azúcares simples eran escasos. Sin embargo, en los últimos siglos, el azúcar se ha convertido en sobreabundante, constituyéndose junto a otros factores, en condicionante de diferentes enfermedades crónicas, como el exceso de peso, la diabetes, entre otras (Fischler, 1995). En esta línea, analizando cuáles son los alimentos más baratos, aquellos que consumen los pobres, vemos que son hidratos de carbono, grasas y azúcares, ¿Cómo extrañarnos que la obesidad esté creciendo más en los sectores bajo la línea de pobreza? Asimismo, desplazar la lógica que hoy impera en la alimentación sería cambiar la lógica estructurante de la sociedad.

En este contexto, la posibilidad de contar con endulzantes que permitan reemplazar al azúcar, tanto de bebidas como de preparaciones, se constituye en una estrategia válida desde el punto de

METODOLOGÍA

Se realizó un estudio descriptivo y transversal sobre una muestra no probabilística de estudiantes, docentes-investigadores y trabajadores no docentes de la UNLa, durante el año 2021, a quienes se aplicó un cuestionario autoadministrado online para indagar sobre sus hábitos alimentarios.

Sobre el total de la muestra se indagaron las siguientes variables, para identificar como están representados en las mismas los consumidores de Stevia: grupo etario (<de 25 años; de 25-40 años; >de 40 años), sexo (varones – mujeres), nivel socioeconómico –NSE- (alto, medio, bajo). Por otro lado, se indagó sobre la utilización de Stevia (forma de presentación, tipo de preparaciones o bebidas en las que se lo consume) y sobre la valoración que los consumidores realizaban sobre la Stevia, en cuanto a su nivel de agrado, con una escala de Likert de 10 puntos (desde "me agrada mucho" a "no me agrada nada"). Se consideró que la Stevia presentaba una

1 Marina Laura Wallinger, mlwallinger@gmail.com, Doctora de la UBA (Área Nutrición), UNLa

2 Guillermina Ailén Guerrero, guillerminague@gmail.com, Doctoranda en Ciencias de la Salud, UNLa

3 Mónica Graciela Yedvab, licyedvab@gmail.com.ar, Licenciada en Nutrición, UNLa

4 María Elena Colombo, colombonutricion@gmail.com, Licenciada en Nutrición, UNLa

5 Emilio Luis Cabello, Emilio.cabello@gmail.com, Especialista en Estadística Aplicada en Ciencias Sociales, UNLa

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"

PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

valoración positiva cuando las respuestas estuvieran entre los puntos 8-10; regular cuando estuvieran entre los puntos 6-7, y negativo cuando obtuvieran un puntaje menor.

Se utilizó el software Survey Monkey para la recolección, procesamiento y análisis de los datos. Las variables se presentaron como frecuencias porcentuales.

CONCLUSIONES

Se estudiaron 236 personas (84% mujeres) pertenecientes a la UNLa. El 30% de las mismas tuvieron una edad de entre 18-24 años, 35% entre 25-40 años, y el resto fueron mayores de 40 años. El NSE más representado fue el NSE medio, con un 55%, seguido por el NSE alto (27%) y el NSE bajo con el porcentaje restante.

Del total de los encuestados, el 68% refirió haber consumido alguna vez Stevia, y el 24% (n=57) consumirla habitualmente.

En la tabla 1 se observa cómo se distribuyen las características sociodemográficas (%) diferenciadas según sean consumidores ocasionales o habituales de Stevia.

Tabla 1: Consumidores de Stevia de la comunidad universitaria UNLa, y sus características sociodemográficas. 2021

		V	M	< 25	25 - 40	> 40	A	M	B
C	Si	74	69	67	69	72	74	73	53
	No	26	31	33	31	28	26	27	47
H	Si	26	24	16	23	33	29	26	13
	No	74	76	84	77	67	71	74	87

Fuente: elaboración propia en base a los datos recolectados, n=217

CO: consumo ocasional/ CH: consumo habitual/ V: varones/ M: mujeres/ <25: menor a 25 años/ 25-40: de 25 a 40 años/ >40: mayor a 40 años/ A: NSE alto/ M: NSE medio/ B: NSE bajo

Las formas de presentación más utilizadas en consumidores habituales del endulzante fueron: 61% en polvo, 43% en su versión líquida y 23% en forma de hojas. El 95% de los mismos la utiliza en bebidas e infusiones como té, mate, café y jugos naturales, mientras que solo el 36% la consume en preparaciones y comidas.

En cuanto a la valoración que realizan del endulzante, las personas que al menos han probado el mismo alguna vez, el 36% fue negativa, 23% regular, y 31% positiva.

DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

Resulta relevante destacar que si bien la Stevia posee atributos positivos, su consumo en la población estudiada es bajo, e incluso entre aquellos que son consumidores ocasionales de la misma la valoración positiva no es plena, ya que casi las dos terceras partes de los encuestados la valora de modo

"negativo" o "regular". En estudios previos (Pisarra et al, 2021; Wallinger et al, 2020) hemos observado ciertas ideas preconcebidas o prejuiciosas de las características sensoriales de la Stevia, que podrían estar operando también en las respuestas obtenidas en el presente estudio, poniendo de manifiesto la complejidad y multidimensionalidad de la construcción del gusto por los alimentos.

Por otro lado, la medicalización del acto alimentario (Gracia-Arnaiz, 2007) condiciona muchas de las decisiones alimentarias, orientándolas hacia los consumos restrictivos, considerados más "saludables". Las redes sociales y los medios masivos de comunicación generan tendencias sobre lo que "debe ser adecuado" e influyen en los consumidores, sobre todo en mujeres y adultos mayores. Esta actitud, puede relacionarse con el mayor consumo de Stevia (edulcorante no-nutritivo) dado en mujeres (Dourado Arrais, 2019; Zanini, Araujo y Martínez-Mesa, 2011) y a medida que se incrementa la edad..

REFERENCIAS

AAguirre, P. (2011) Reflexiones sobre las nuevas formas del hambre en el siglo XXI: la obesidad de la escasez. En: Boletín Científico Sapiens Re-search, Vol. 1 (2), pp. 60-64.

Carrera-Lanestosa A., Moguel-Ordoñez Y., Segura-Campos M. (2015) Stevia rebaudiana Bertoni: A Natural Alternative for Treating Diseases Associated with Metabolic Syndrome. J Med Food, 20 (10), 933- 943

Dourado Arrais, P. S, Perdigo de Negreiros Vianna, M., Vargas Zaccolo, A. Mesquita Moreira, L.I, Pontes Thé, P. M, Pinto Quidute, A.R, Turmina Fontanella, A., da Silva Dal Pizzol, T., Leão Tava-res, N. U., Oliveira, M. A., Luiza, V. L., Ramos, L. R., Rocha Farias, M., Dâmaso Bertoldi, A. y Ser-rate Mengue, S. (2019). Utilização de adoçantes no Brasil: uma abordagem a partir de um in-quérito domiciliar. Cad. Saúde Pública, 35(11). DOI: 10.1590/0102-311X00010719

Fischler, C. (1995). El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo. Traducción Mario Merlino Edición Original (1990). Colección Argumentos. Anagrama. Barcelona.

Gracia-Arnaiz, M. (2007). Comer bien, comer mal: la medicalización del comportamiento alimentario. Salud Pública Mex, 49, 236-242. <http://www.scielo.org.mx/pdf/spm/v49n3/09.pdf>

Wallinger, M. L., Díaz, F. M., Yedvab, M., Pelatelli, L., Moreno, A. V. y Guerrero, G. A. (2020). Transferencia socio educativa sobre el cultivo y consumo de Stevia Rebaudiana Bertoni (variedad criolla), de producción agroecológica con personas mayores del centro del adulto mayor de la Universidad Nacional de Lanús. 1er Congreso Argentino de Agroecología: libro de resúmenes / María Flavia Filippini; Silvina Greco (comps).- 1a Edición Adaptada 2020. - Secretaría de Ciencia, Técnica y Posgrado. Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza. 1310-1313. https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/14315/libroresumen-congresoargentinoagroecologia.pdf

Zanini R, Araújo C, Martínez-Mesa J. Utilização de adobantes dietéticos entre adultos em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: um estudo de base populacional. Cad Saúde Pública 2011;27:924-34. <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2011.v27n5/924-934/pt>

GT- IV

Tema: Economia Solidária, Modelos Alternativos de Produção Agropecuária e o D.H.A.A.

Coordenadores: Prof^a. Dr^a. Reidy Rolim de Moura [UEPG]

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha [UEPG]

A catástrofe alimentar que se avizinha – um estudo das causas e sugestões para a crise alimentar mundial

C. Lopatiuk¹

RESUMO: A atual crise alimentar poderá transformar-se em uma CATÁSTROFE ALIMENTAR, devido às pessoas e países vulneráveis, seja pelas condições de pobreza, guerras e ou condições humanas de fome. A Guerra da Ucrânia agravou um cenário demonstrado pela pandemia de COVID 19, aliado a situação econômica em muitos países. O objetivo geral do trabalho é pesquisar e analisar as causas e sugestões para a crise alimentar mundial. A metodologia utiliza pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados evidenciam-se que a CRISE ALIMENTAR MUNDIAL é muito seria e conforme a ONU os seus efeitos podem ser combatidos os quatro melhores sem deixar ninguém para trás: 1) Melhor produção; 2) Melhor nutrição; 3) Melhor ambiente; 4) Melhor qualidade de vida. Para se alcançar uma forma de produção sustentável dos alimentos é necessário um gerenciamento ecológico de todos os recursos naturais. A guerra da Ucrânia agravou a atual crise alimentar e poderá gerar uma catástrofe sem precedentes geradas e sentidas principalmente pelas pessoas e países vulneráveis seja pela pobreza, pelas guerras e ou condições humanas. O caminho é buscar uma alimentação sustentável de qualidade e de baixo custo. Sustentabilidade alimentar é uma questão de sobrevivência que envolve o direito inalienável à alimentação adequada. **PALAVRAS-CHAVE:** Crise Alimentar; quatro melhores; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A atual crise alimentar poderá ser uma catastrophe, pois as pessoas e países vulneráveis sejam pela pobreza, pelas guerras e ou condições humanas podem gerar UMA CATÁSTROFE ALIMENTAR. A Guerra da Ucrânia agravou um cenário demonstrado pela pandemia de COVID 19, os efeitos da pandemia e à situação econômica em muitos países. É sabido que a sustentabilidade alimentar é uma questão de sobrevivência que envolve o direito à alimentação adequada é inalienável, assunto já tratado pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) em especial os relacionados à Fome zero e agricultura sustentável) da Agenda 2030.

Necessário pensar na sobrevivência no planeta Terra e na forma de fornecer alimentação a todos os habitantes da Terra.

O objetivo geral do trabalho é pesquisar e analisar as causas e sugestões para a crise alimentar mundial. Tendo por objetivos específicos analisar a crise alimentar, a crise econômica, a importância da segurança alimentar, e a possível catástrofe alimentar que se avizinha.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos gerais e específicos tratados a metodologia utilizada como base para a investigação, é a pesquisa bibliográfica e documental. Uma pesquisa bibliográfica, toda a pesquisa que utiliza de livros e materiais jornalísticos que servem para embasar a construção de uma investigação acerca do tema. Ela conta com os principais conceitos dos autores da área. A pesquisa documental resgata dados históricos pertinentes para auxiliar na fundamentação teórica deste artigo. A pesquisa documental é composta de documentos para a coleta de dados (FONSECA, 2009).

A coleta de dados foi realizada através dos autores pertinentes sobre o assunto a fim de trazer uma base teórica robusta que possibilitasse a análise descritiva que é baseada em fatos acadêmicos pertinentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É notório que quando a sociedade tem a oportunidade de avaliar as Políticas Públicas, ela exerce sua cidadania. Porém, a cidadania se relaciona com a avaliação das políticas sociais somente quando não nega os aspectos técnicos metodológicos envolvidos na questão e os compreende relacionados à política (GOMES, 2001). Ou seja, o ato de avaliar a política pública também é um ato político.

As Políticas Públicas se articulam e interagem com a globalização, e em um mundo que enfrenta constantes desafios, é preciso urgente transformar nosso sistema agro alimentares e preparar nosso planeta para o futuro.

Para resolver as questões surge a ONU que se apresenta como uma entidade inclusiva e ágil, transparente, aberta, inovadora, responsável e eficaz, com impacto significativo para garantir a mudança transformacional necessária.

Para tratar de questões de alimentação foi criado um organismo específico, sendo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que é a agência especializada do Sistema ONU que trabalha no combate à fome e à pobreza por meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola. Criada em 1945 atua como fórum de negociação para debater políticas e impulsionar iniciativas ligadas à erradicação da fome e da insegurança alimentar. A FAO ajuda os países a desenvolver políticas, estratégias e programas baseados em evidências para alcançar o ODS 1, promovendo transformação estrutural inclusiva, acesso à terra e recursos, diversificação de renda, empregos decentes e igualdade de gênero. A Organização trabalha para fortalecer as instituições rurais e o acesso à proteção social para os pobres rurais.

¹ Carlos Lopatiuk, (carloslopatiuk@yahoo.com.br) Advogado, Administrador, Contador, Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO (PPGDC)

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"

PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

Importante mecanismo o Marco Estratégico da FAO 2022-2031 articula a visão da Organização de um mundo sustentável no qual todas as pessoas tenham segurança alimentar, no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Visando promover a transformação dos sistemas agroalimentares foi aprovado pela Conferência da FAO, em sua 42ª sessão, em 18 de junho de 2021, órgão supremo decisório, no qual se reúnem todos os membros da FAO, ou seja, 194 países mais a União Européia, os quatro melhores da alimentação:

Conforme a ONU os quatro melhores CAMINHOS sem deixar ninguém para trás: 1) Melhor produção; 2) Melhor nutrição; 3) Melhor ambiente; 4) Melhor qualidade de vida

Ao tratar da MELHOR PRODUÇÃO, o ONU sugere que é necessário garantir padrões sustentáveis de consumo e produção, por meio de cadeias de abastecimento alimentar e agrícola eficientes e inclusivas nos níveis local, regional e global, garantindo a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, para alcançar uma melhor produção, melhor nutrição, um ambiente melhor e uma vida melhor, sem deixar ninguém para trás. Isso tudo sob condições climáticas e ambientais em mudança. Áreas Prioritárias do Programa: Inovação para produção agrícola sustentável, transformação azul, One Health e acesso equitativo de pequenos produtores a recursos, agricultura digital.

Já quanto a MELHOR NUTRIÇÃO busca acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição em todas as suas formas, em particular promovendo alimentos nutritivos e aumentando o acesso a dietas saudáveis. Áreas Prioritárias do Programa: Dietas saudáveis para todos, nutrição para os mais vulneráveis, alimentos seguros para todos, perda de alimentos e redução do desperdício e mercados e comércio transparentes.

Outro importante título relacionado é o MELHOR AMBIENTE Que objetiva proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e marinhos e lutar contra as alterações climáticas (redução, reutilização, reciclagem, gestão de resíduos) através de sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis. Áreas Prioritárias do Programa: Sistemas agroalimentares que mitigam os efeitos das mudanças climáticas e se adaptam a elas, bioeconomia para alimentação e agricultura sustentáveis e serviços ecossistêmicos e biodiversidade para alimentação e agricultura, alcançam sistemas alimentares urbanos sustentáveis.

Por fim UMA VIDA MELHOR busca promover o crescimento econômico inclusivo, reduzindo as desigualdades (áreas urbanas e rurais, países ricos e pobres, homens e mulheres). Áreas Prioritárias do Programa: Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres rurais, transformação rural inclusiva, emergências agrícolas e alimentares, sistemas agroalimentares resilientes, Iniciativa Hand in Hand (IMM), expansão dos investimentos.

A alimentação é um ato de se dar valor, para além apenas do ato biológico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.22), pois a sustentabilidade é um conceito relativamente novo.

Lembre-se que a economia baseada na sustentabilidade trás muitos benefícios, mas deve ser feita com cuidado, pois deve ser respeitada e ter limites físicos para os recursos naturais. Para se crescer forma sustentável é necessário alguns cuidados como evitar ser dependentes de importações de energia ou de outros recursos naturais. Desta forma, as políticas públicas direcionadas ao crescimento sustentável devem visar mudanças na forma como são explorados os recursos naturais, que como já foi dito, são finitos. Os avanços tecnológicos auxiliam neste processo à medida que podem reaproveitar recursos.

RESULTADOS

O planeta enfrenta ameaças cada vez maiores exige ações urgentes para salvar vidas, transformar nossos sistemas agroalimentares para preparar nosso planeta para o futuro e garantir resultados sustentáveis.

A Agenda 2030 é um plano de ação global voltado para o desenvolvimento sustentável e a ONU, por meio dos ODS busca constantemente as causas e sugestões para a crise alimentar mundial e apresentou um relatório elaborado pela organização sobre o panorama do impacto da invasão russa da Ucrânia.

Como resultados evidenciam-se que a CRISE ALIMENTAR MUNDIAL é muito seria e conforme a ONU os seus efeitos podem ser combatidos os quatro melhores sem deixar ninguém para trás: 1) Melhor produção; 2) Melhor nutrição; 3) Melhor ambiente; 4) Melhor qualidade de vida.

Para se alcançar uma forma de produção sustentável dos alimentos é necessário um gerenciamento ecológico de todos os recursos naturais. A população vulnerável necessita de uma alimentação saudável para combater o vírus e para sobreviver. A guerra da Ucrânia agravou a atual crise alimentar e poderá gerar uma catástrofe sem precedentes geradas e sentidas principalmente pelas pessoas e países vulneráveis seja pela pobreza, pelas guerras e ou condições humanas. O caminho é buscar uma alimentação sustentável de qualidade e de baixo custo.

O ODS 02 (Fome zero e agricultura sustentável) da Agenda 2030, ao tratar das questões de alimentação sustentável busca contribuir com o tema.

CONCLUSÃO

A ONU criou um organismo específico para tratar das questões de alimentação conhecido como FAO que estuda e busca soluções, mas por si não é suficientes. As quatro melhorias apresentadas pela FAO se constituem um princípio organizador que pretende contribuir diretamente para Agenda 2030 e além de estar integrado a visão geral dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável esta intimamente relacionado ao (ODS) 1 (sem pobreza), ao ODS 2



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

(fome zero) e ao ODS 10 (redução das desigualdades). O crescimento sustentável é pensado para as futuras gerações, assim como as políticas públicas. O papel do Estado nesta formação de políticas públicas é relevante, já que é ele que faz o planejamento e as ações que envolvem o projeto, mas como observado anteriormente no artigo, há outros atores que podem auxiliar no processo de formação de políticas públicas como instituições e a sociedade.

A sustentabilidade garante uma alimentação mais variada à mesa da população, mas não afasta a crise alimentar, ou garante boas condições as futuras gerações que apresentam um cuidado maior com o planeta. Os quatro melhores são importantes, mas sozinho não são capazes de resolver o problema é preciso articulação com as Políticas Públicas.

Para evitar uma catástrofe alimentar é preciso medidas urgentes visando acabar com a Guerra da Ucrânia que agravou um cenário demonstrado pela pandemia de COVID 19, os efeitos da pandemia e à situação econômica em muitos países

Busca-se um mundo sustentável com segurança alimentar para todos, mas as causas e sugestões para a crise alimentar mundial se não tratadas irão gerar a mais terrível catástrofe alimentar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 14 jul 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1a ed. Distrito Federal: Brasília. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VISIGAN. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 20 jul 2022.

ONU. <<https://www.fao.org/strategic-framework/es>>. Acesso em: 20 jul 2022

UOL ECONOMIA <<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2022/06/08/onu-adverte-que-atual-crise-alimentar-podera-ser-uma-catastrofe-em-2023.htm>> Acesso em: 30 jul 2022

Agroecologia e segurança alimentar: saúde e qualidade para os consumidores e agricultores do acampamento maria rosa do contestado

C. A. da S. Albach¹; J. M. M. Santiago²; A. da Valadão³

RESUMO: O presente trabalho visa discutir sobre a importância da produção agroecológica para a segurança alimentar, considerando a produção coletiva que fornece saúde e qualidade para os consumidores e agricultores do empreendimento econômico solidário Acampamento Maria Rosa do Contestado, que se iniciou em 2015 e que é atualmente incubado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG). O Acampamento segue os princípios da Economia Solidária enquanto uma alternativa de geração de trabalho e renda, mas também visando a sustentabilidade e a cooperação de todos.
Palavras-chave: Produção Agroecológica. Economia Solidária. Segurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

O Acampamento Maria Rosa do Contestado iniciou a ocupação no dia 24 de agosto de 2015 e localiza-se no município de Castro, no Paraná, em uma distância de cerca de 10 kms da área urbana, em uma ocupação organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A comunidade conta atualmente com cerca de 60 famílias que produzem de forma agroecológica. Todas as decisões são tomadas seguindo a lógica da coletividade. Da mesma forma a partir de uma orientação política dos movimentos sociais e a demanda da sociedade para com o consumo de alimentos saudáveis. A produção agroecológica promove a saúde dos consumidores e agricultores, além de preservar a biodiversidade, o solo e os recursos hídricos.

O Acampamento Maria Rosa do Contestado, ainda se constitui como um Empreendimento Econômico Solidário (EES), desta forma seguindo os princípios da economia solidária (ECOSOL), sendo eles, a cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade. Segundo Paul Singer: "a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar." (SINGER: 2002, p. 114).

Este EES é incubado pela IESol - Incubadora de Empreendimentos Solidários, programa de extensão permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Este programa foi criado em 2005 e atua com base nos princípios da Economia Solidária, na perspectiva de geração de trabalho e renda, mas também como um caminho para a transformação social.

O presente trabalho tem por objetivo destacar a importância da produção agroecológica para a segurança alimentar, considerando os produtos agroecológicos produzidos pelo EES acampamento Maria Rosa do Contestado, proporcionando uma qualidade de consumo para os seus consumidores e também para seus produtores. Para construção deste texto, no que se remete a metodologia, os autores utilizaram os instrumentos de pesquisa bibliográfica e análise de documentos dos arquivos da IESol/UEPG, como relatórios e dossiês e a observação participante.

AGROECOLOGIA/ECONOMIA SOLIDÁRIA/SOBERANIA ALIMENTAR

A alimentação implica na saúde e no desenvolvimento do ser humano, mas não se limita somente ao homem; da mesma forma, o modo de produção dos alimentos e sua forma de cultivo, ocasiona impactos ao meio ambiente, que faz parte dessa dinâmica. De acordo com Korting et al "Vê-se a promoção da saúde do meio ambiente na ideia de preservação da biodiversidade, respeito aos ciclos e a rotação de culturas, o não empobrecimento das terras e as atividades biológicas do solo, onde o uso de defensivos agrícolas utilizado pela agricultura convencional degrada e modifica o solo." (2011, p.4). É com base nessa reflexão que pontuamos a importância do EES Maria Rosa para a oferta de produtos sustentáveis e que preservem o meio ambiente.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a segurança alimentar simboliza uma situação na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. (BE- LIK, 2003). Sendo assim, se considerarmos que a agroecologia é um dos caminhos para a segurança alimentar, então o EES Maria Rosa do Contestado está seguindo princípios de manejo dos recursos naturais e pensando no bem estar de seus consumidores, além de que, por estar inserido na dinâmica da ECOSOL fornece alimentos saudáveis e com um preço justo, para que assim mais pessoas possam ter acesso a uma alimentação de qualidade. Segundo Altieri (2004): A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e

1 Camila Aparecida da Silva Albach (camialbach18@gmail.com), Graduanda em Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Júlia Maria Müller Santiago (julia.maria.santiago@hotmail.com), Assistente Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 Adriano da Costa Valadão (avaladao@uepg.br), Administração, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Doutor em Sociologia, Universidade Estadual de Ponta Grossa.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. [...]. (ALTIERI, 2004, p. 23).

Então, diante das experiências proporcionadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IE-Sol) é que se pode entender melhor a realidade da agricultura da região e analisar os impactos da agricultura familiar, assim beneficiando inúmeras famílias, como forma da geração de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade e segurança alimentar através da agroecologia. Portanto, devemos reconhecer a importância desse modo de alimentação, que se inserindo no contexto da economia solidária, pode contribuir combatendo a fome e a desigualdade social.

REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS

Em 2019, através do Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol (UEPG) juntamente com o Acampamento Maria Rosa do Contestado, foi instituída a Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos para a comercialização de produtos agroecológicos, além de promover saúde para os agricultores e consumidores dos produtos agroecológicos, assim como a conservação da biodiversidade, recursos hídricos e conservação do solo. (IESOL, 2018).

Figura 1. Produtos Agroecológicos fornecidos pelo EES Acampamento Maria Rosa do Contestado.



A Rede de Comercialização é realizada através da proximidade de produtor e consumidor e as vendas são realizadas por meio de um grupo em aplicativo online; as entregas ocorrem quinzenalmente na região dos Campos Gerais. Através de alimentos agroecológicos de qualidade ofertados pela Rede, cerca de trinta pedidos são realizados em cada entrega, impactando positivamente na vida dos consumidores e dos agricultores. Destaca-se que a qualidade dos alimentos está muito ligada à sua origem, diferente de produtos oferecidos no mercado tradicional onde o principal atributo está em seu aspecto visual, os produtos agroecológicos tem apelo pela qualidade ambiental, de saúde e social. Assim dizendo, são produtos onde não foram utilizados agroquímicos em seu processo produtivo, principalmente agrotóxicos. Onde aponta-se que estes produtos são causadores ou potencializadores de uma série de problemas graves e crônicos de saúde além de afetar o meio ambiente. Ponto onde a

agroecologia também promove a não poluição por agroquímicos e a produção em sistemas mais sustentáveis e menos agressivos ao meio ambiente. E do ponto de vista social valorizam a cultura e o saber camponês e oferecem alternativas de renda e desenvolvimento de mercados locais, principalmente através de circuitos curtos de comercialização. Esta Rede ainda gerou recursos que possibilitaram a organização dos agricultores para poderem confeccionar documentos que os possibilitaram se habilitar para compras públicas como o fornecimento para o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios da Região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Rede Maria Rosa do Contestado tem se expressado como uma relevante fonte de geração de renda aos agricultores e um relevante papel no papel de segurança alimentar dos agricultores e na vida dos consumidores da Rede. O consumidor passa a ter mais autonomia e maior bem estar ao adquirir alimentos agroecológicos de onde se sabe a origem, conhece o produtor e possui a garantia de comida sem agroquímicos e a um preço justo.

A cooperação e solidariedade são elementos essenciais para que a agroecologia possa poder passar e alcançar maior número de pessoas conscientes. Através da Rede de Produtores, fortalece-se a comercialização solidária, a importância da agricultura familiar, o consumo consciente, a preservação ambiental e a melhor relação de recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

BELIK, Walter. Segurança Alimentar: a contribuição das universidades. São Paulo, Instituto Ethos, 2003.

IESOL. Incubadora de Empreendimentos Solidários. 2018. Disponível em: <<https://www2.uepg.br/iesol/empreendimentos/>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

KORTING, M.S. NASCIMENTO, M. NOBRE, L. CARVALHO, A.M. COSTA, E. D. P. Segurança alimentar e agroecologia dentro de projeto de Extensão: Troca de saberes e de experiências para além da Universidade. In: III Congresso Rede ITCPs, 2011.

Fomentando a agroecologia: a experiência de redes de comercialização na região dos Campos Gerais.

A. A. B. Pereira¹; C. Wynnek²; R. R. de Moura³

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar a criação da Rede de Produtores e Consumidores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, apresentando as conquistas e desafios enfrentados pela rede. O grupo é acompanhado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (PROEX). A Rede das Encomendas foi criada pela comunidade juntamente com a incubadora, com a finalidade de escoar a produção dos produtos agroecológicos do acampamento, o que possibilitou uma fonte de renda para agricultores da comunidade. A metodologia de trabalho da IESOL junto ao grupo se dá a partir da perspectiva do plano de incubação, que é composto por planejamento em reuniões, cursos, oficinas, assim como acompanhamento das ações de execução e avaliação constante das atividades. Os resultados têm mostrado um organizado trabalho que tem aumentado o escoamento da produção através da consolidação da rede de comercialização.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Agroecologia. Redes de Comercialização.

INTRODUÇÃO

A Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol foi institucionalizada em 2005 como um Programa de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. A IESol fortalece o tripé ensino, pesquisa e extensão, em uma universidade que pensa em seu papel na resolução de problemas sociais e de grupos que buscam alternativas de geração de trabalho e renda em uma perspectiva transformadora do sistema vigente, através da proposta da Economia Solidária, a qual segundo Singer (2004, p. 11) "[...] O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual".

Um dos grupos no processo de incubação pela IESol desde 2017 é o empreendimento de economia solidária formado pelo Acampamento Maria Rosa do Contestado, situado no município de Castro - PR, a aproximadamente 10 km da área urbana. Em 2015, cerca de 130 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST ocuparam a Fazenda Capão do Cipó em 2015, e deram início a produção agrícola com base na agroecologia.

O Grupo Maria Rosa do Contestado está na fase de incubação e seu plano de incubação é composto por atividades de acompanhamento da rede de comercialização, reuniões de formação, reuniões de

planejamento e avaliação das atividades, encaminhamentos de demandas específicas do grupo e dos integrantes.

O grupo apresentava grande dificuldade no escoamento de sua produção de orgânicos levando a incubadora a trabalhar juntamente com o grupo em possibilidades para a comercialização de sua produção, assim foi criada em maio de 2019 a Rede de Encomendas de produtos agroecológicos da Comunidade Maria Rosa do Contestado, que desde então vem apresentando significativos resultados para o grupo e para a comunidade..

METODOLOGIA

A metodologia da incubadora para com o grupo se dá através de três fases a pré-incubação, incubação e pós incubação, na pré-incubação é onde a incubadora conhece o grupo, apresenta as diretrizes e valores da ECOSOL e se trabalha em conjunto com o eles a construção de um diagnóstico que consiste no levantamento de dados sobre a realidade do grupo e de seus integrantes para que se construa um plano de incubação, onde se determina o que será trabalhado com o grupo para que ele conquiste sua própria autonomia. Na incubação o empreendimento é acompanhado sistematicamente pela incubadora, onde são feitas formações sobre economia solidária e a temas associados que abrangem questões políticas, ambientais, sociais, econômicas e jurídicas, também ocorrem reuniões entre grupo e incubadora tratando das demandas e dos projetos do empreendimento. A última etapa é a desincubação, ela ocorre quando o grupo conquista sua plena autonomia se apresentando como um empreendimento sustentável e democrático.

RESULTADOS

As famílias do Acampamento Maria Rosa estão organizadas em núcleos de base para sua organização política e social, na qual constituíram uma cooperativa para atuar principalmente nos processos de comercialização da produção baseada na agroecologia, a agroecologia está ligada à produção de produtos sem insumos químicos, levando em conta não apenas fatores econômicos, mas dando igual atenção a fatores ambientais e sociais na produção agropecuária. (ALTIERI, 2000).

Em um âmbito social, de valores em uma sociedade, a agroecologia possui uma ética, que se vincula nas formas de relação entre os seres humanos quanto destes com o meio ambiente (ARAÚJO, 2017). Isso se mostra na perspectiva de que "como nossa ação ou omissão pode afetar positiva e/ou negativamente a outras pessoas, aos animais ou à natureza" (CAPORAL et al, 2009 p.70). Isso demonstra a existência de um respeito mútuo a todas as formas de vida.

1 Audrey Aline Bankes Pereira (audreybankes@gmail.com), Serviço Social, UEPG.

2 Caroline Wynnek (carolinewynnek97@gmail.com), Serviço Social, UEPG.

3 Dra. Reidy Rolim de Moura (rrmoura@uepg.br), Serviço Social, Professora UEPG.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

Já em um âmbito econômico, Araujo (2017) afirma que a agroecologia se baseia na Economia Ecológica e na Economia Solidária. Essas economias têm diretrizes diferentes da economia capitalista, onde só se visa o lucro, sem se importar com a escassez dos recursos naturais. Na economia Ecológica, por exemplo, "minimizam as externalidades negativas e, por serem mais parcimoniosos com respeito ao uso dos recursos naturais e menos dependentes de recursos externos, acabam reduzindo sensivelmente os impactos ambientais" (CAPORAL et al 2009 p. 86).

Há ainda a dimensão pedagógica construtivista e de comunicação horizontal na agroecologia, realizadas a partir de metodologias participativas. Nessa dimensão as mudanças no sistema produtivo e social somente ocorrerão na medida em que os sujeitos compreenderem, de maneira profunda, as necessidades de realizarem tais mudanças. Esta compreensão só ocorrerá através da identificação e análise dos impactos positivos e negativos do modelo dominante sobre as comunidades e o entorno e na busca de ações individuais e coletivas que mitiguem os impactos negativos e realizem as mudanças necessárias. (CAPORAL et al, 2009 apud ARAÚJO, 2017).

A agroecologia e a economia solidária acabam por se articular em movimentos sociais, os quais pertencem a um mesmo campo de luta e de construção de alternativas sociais e possuindo ainda diversos pontos de convergência e elos de ligação e desafios comuns, embora mantendo suas especificidades (SCHIMITT e TYGEL, 2009).

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (FBES, 2018).

Sendo assim, conforme a dinâmica proposta pela Economia Solidária, a IESol/UEPG, busca alinhar em sua prática estratégias que sejam pertinentes tanto para a geração de trabalho e renda, como um caminho para a transformação social, através de princípios como: solidariedade, cooperação e igualdade e sustentabilidade. Sendo assim, cumpre com o objetivo não só de acompanhar, por meio de seu processo de incubação, o EES Acampamento Maria Rosa do Contestado, mas de contribuir para com ações que perpassam as formações, sendo a rede de comercialização um trabalho coletivo que partiu de uma demanda do grupo e teve apoio da equipe técnica do programa de extensão.

O principal objetivo da Rede de Encomendas foi auxiliar no escoamento da produção de orgânicos da Comunidade Maria Rosa do Contestado, levando a incubadora a trabalhar com o grupo formas de garantir essa comercialização. A geração de renda é um quesito de extrema importância para o empreendimento, que via sua produção se perder por não ter formas de escoá-la, assim é trabalhado de forma conjunta entre incubadora e empreendimento, formas de se alcançar renda e a própria autonomia do grupo.

Em um mercado dominado pelos grandes centros de distribuição, os agricultores se veem obrigados a aceitar os baixos preços oferecidos pelos atravessadores para conseguirem vender sua produção, desvalorizando seu trabalho e o excluindo de qualquer negociação real. A não participação do produtor na negociação final o impede de ganhar uma renda considerável por suas vendas, o colocando em uma posição de desvantagem frente à sua própria produção e ao seu próprio trabalho, afetando assim, todo o desenvolvimento do meio em que vive (MOREIRA, 2010).

Com isso, iniciou-se em maio de 2019 a rede de encomendas em um grupo via WhatsApp onde é disponibilizado produtos cultivados pelos agricultores e agricultoras da Comunidade Maria Rosa, uma lista com os produtos disponíveis era enviado ao grupo de consumidores no aplicativo, o consumidor escolhe item por item e faz o pagamento via transferência ou depósito bancário.

No início cada consumidor enviava uma lista com suas encomendas no grupo, mas esse método foi substituído para os formulários online, o que trouxe uma otimização no tempo de trabalho do grupo. As entregas ocorrem quinzenalmente, podendo ser retirado na UEPG, ou optando pela entrega em domicílio.

Desde seu início o grupo da Rede no WhatsApp foi alimentado com conteúdos sobre a conscientização de seus consumidores, sobre como são feitos os plantios, o tempo de plantação de cada produto, época de seu consumo e sobre os custos com o deslocamento dos produtos até os consumidores, sendo a Comunidade localizada em Castro.

Essa proximidade entre os atores, cria um ambiente de diálogo e compreensão, onde os produtores podem informar como são os processos de sua produção e a sazonalidade de seus produtos, tornando assim seus consumidores conscientes sobre os produtos que consomem, tendo eles acesso a produtos frescos garantindo assim sua qualidade alimentar.

Também são feitas reuniões com os consumidores, equipe da IESOL e produtores, para que os laços entre esses atores sejam fortalecidos. Essa relação de proximidade permite que os consumidores tirem suas dúvidas sobre a rede e os produtos, entendendo a realidade na qual vivem os produtores.

A Incubadora no início fazia a mediação entre os consumidores e o grupo, mas com o tempo notou-se que os trabalhadores já tinham a autonomia



necessária para fazer toda a logística e processos administrativos da Rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da Rede de Encomendas na Comunidade Maria Rosa do Contestado foi e está sendo de extrema importância para o escoamento da produção de seus trabalhadores, bem como na geração de renda para o grupo. O trabalho executado pelos seus membros vem consolidando cada vez mais a rede de comercialização, atualmente o grupo do WhatsApp da Rede já conta com 136 consumidores, a autonomia apresentada com o grupo fez com que a IESol/UEPG deixasse de intermediar as encomendas, ficando o grupo responsável pela logística das encomendas e das entregas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI SOTO, Miguel Angel et al. Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable. 2000.

ARAÚJO, Helene Macedo de. O perfil do consumidor e a percepção das estratégias de marketing em três mercados de proximidades agroecológicos no estado de Minas Gerais. 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; Paulus. G. Agroecología: ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2018. Disponível em <http://fbes.org.br/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização e desenvolvimento rural no contexto de crise. Revista ALASRU Nueva epoca, p. 45-73, 2010.

SCHMITT, Cláudia; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados, v. 18, p. 7-22, 2004.

Produção de commodities não alimentícias e a contraditória relação entre agronegócio e segurança alimentar

R. Tawfeiq¹

RESUMO: O presente artigo compreende o direito à alimentação como direito social essencial para a concretização da ideia de desenvolvimento consagrada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por outro lado, e contraditoriamente, o agronegócio vem buscando se legitimar nas últimas décadas por meio de amplo discurso no qual se coloca como setor imprescindível à promoção do direito à alimentação no Brasil e no mundo. Pouco se tem discutido, no entanto, a produção de commodities não alimentícias e seu impacto na segurança alimentar, sobretudo após os devastadores efeitos da pandemia da Covid-19. Em razão disto, e com foco nesta abordagem, o presente artigo tem por objetivo colocar em questão este discurso e evidenciar o modo pelo qual o agronegócio brasileiro se mostra incompatível com a efetivação do direito à alimentação e a promoção da segurança alimentar. A presente pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, partindo-se do problema mencionado para verificar a hipótese oferecida e cumprir o objetivo apresentado, sem perder de vistas a perspectiva crítica acerca dos fenômenos estudados. Quanto às técnicas de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Ao final, e entre outras conclusões, a contribuição oferece reflexões sobre políticas públicas que podem possibilitar a superação desta problemática.

PALAVRAS-CHAVE: commodities não alimentícias, agronegócio, direito à alimentação, segurança alimentar, Constituição Federal de 1988.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 aprofundou a condição de milhões de brasileiros em relação ao acesso ao direito fundamental à alimentação e agravou drasticamente a insegurança alimentar.

O presente artigo, por sua vez, tem por objetivo evidenciar o modo pelo qual o agronegócio brasileiro se mostra incompatível com a efetivação do direito à alimentação e a promoção da segurança alimentar. Inúmeras publicações já apontaram os riscos à saúde decorrentes do modo de produção capitalista no campo, desenvolvido nas bases da revolução verde e consagrado no modelo denominado agronegócio.

Sem ignorar estas importantes questões relativas aos riscos à saúde, mas buscando adensar a discussão, propõe-se uma análise a partir da arbitrária decisão que o setor possui de transformar

ou não as commodities produzidas em alimentos, com marcantes impactos na segurança alimentar.

A hipótese central, portanto, é a de que a decisão arbitrária do agronegócio de transformar ou não as commodities produzidas em alimentos – decorrente especialmente da ausência de regulamentação do Estado –, impedem o melhor enfrentamento da insegurança alimentar e a garantia do direito à alimentação no Brasil.

MÉTODOS UTILIZADOS

A presente pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, partindo do problema mencionado para verificar a hipótese oferecida e cumprir o objetivo apresentado, sem perder de vistas a perspectiva crítica acerca dos fenômenos estudados.

Quanto às técnicas de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

RESULTADOS

No Brasil, o setor agroindustrial busca se afirmar e legitimar no postulado de que o conjunto de suas atividades geram empregos, renda, e, em especial, produzem os alimentos que acabam com a fome no Brasil e no mundo.

Esta é a síntese do discurso que encontra raízes nas proposições de Davis e Goldberg (1957), para quem o agronegócio seria imprescindível para a melhoria da qualidade, variedade e nutrição da comida destinada à população urbana, tendo por finalidade a garantia da segurança alimentar mundial.

No entanto, além da produção insustentável de alimentos, o que por óbvio prejudica a segurança alimentar em seus sentidos mais básicos, a literatura vem chamando a atenção para outro aspecto importante relacionado a esta temática e que diz respeito à larga produção de commodities não alimentícias, com marcantes repercussões no enfrentamento da insegurança alimentar e a garantia do direito à alimentação.

É que, em tese, por consistir precipuamente num modelo de produção de alimentos, espera-se do agronegócio justamente um protagonismo neste cenário, ou seja, que o setor fosse no mínimo capaz de produzir alimentos para gerar e efetivar o propagado postulado da segurança alimentar. Contudo, não é isto que se tem verificado.

A grande expansão e apropriação do campo brasileiro pelo agronegócio – além de impedir e/ou dificultar a prática de outros modelos de agricultura – tem sido, contraditoriamente, responsável pela diminuição na produção de alimentos, especialmente porque o grande foco do agribusiness tem sido a produção de commodities de soja, cana-de-açúcar e

¹ Reshad Tawfeiq (rtawfeiq@uepg.br), Bacharel em Direito, Mestre e Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

milho, destinados sobretudo à exportação e à produção de ração animal (em especial a soja) e biocombustíveis, também aqui com grandes incentivos do Estado?

A questão é que, como os preços das commodities são fixados pelo mercado global, a situação deste mercado e os preços por ele praticados acabam determinando se essas commodities serão vendidas como alimentos, agrocombustíveis³ ou como ração animal (SANTOS; GLASS, 2018).

Utilizando dados do IBGE, Matos e Pessôa (2014) apontaram um decréscimo na produção de arroz no Brasil, de 1.331.971 toneladas em 1970 para 1.051.268 em 2010; a produção de feijão, que era de 130.037 em 1970, cresceu para 503.573 em 2010.

No entanto, a produção de feijão foi ínfima se comparada às commodities utilizadas na fabricação de ração animal e biocombustíveis: a produção de milho saltou de 807.405 em 1970 para 16.900.451 em 2010; a cana-de-açúcar passou de cerca de 70 milhões de toneladas em 1970 para aproximadamente de 600 milhões de toneladas em 2010; já a soja teve a maior multiplicação: passou de apenas 24.778 em 1970 para 31.558.236 toneladas em 2010; já na safra de 2018/2019 se registrou uma produção total de 114 milhões de toneladas (segundo maior produtor mundial do grão, apenas atrás dos Estados Unidos).

Por fim, em termos de área plantada, a pesquisa de Kohlhepp (2010) apontou que entre 1990 e 2006/2007, em âmbito nacional, as áreas de plantação de gêneros alimentícios importantes diminuíram: arroz (-4%), feijão (-25%), mandioca (-2%) e batata (-7%). Como consequência direta da diminuição na produção de alimentos está a alta de seus preços, pela simples lei da oferta e da procura, o que acaba por afetar sobretudo a população empobrecida.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A partir dos dados mencionados, pode-se observar que o foco da produção do agronegócio brasileiro não são os produtos alimentícios, mas sim commodities destinadas à produção de biocombustíveis e ração animal, o que quebra, ainda que em parte, o mito de que o agronegócio seria o grande responsável pela produção de alimentos no Brasil (posição que no discurso foi usurpada da pequena agricultura familiar) e coloca em xeque a segurança alimentar nacional.

Assim, o foco do desenvolvimento agrário nacional tem sido a manutenção do posicionamento agroexportador primário do Brasil e não a promoção da segurança alimentar pela garantia da produção de alimentos de qualidade e economicamente acessíveis (LEONEL JÚNIOR; HELMOLD, 2018).

Aliás, deve-se ressaltar a participação fundamental da agricultura familiar no processo de produção sustentável dos alimentos consumidos em geral pela população brasileira.

A agricultura familiar e a aplicação de técnicas agroecológicas mostram-se perfeitamente capazes de enfrentar a insegurança alimentar no Brasil, razão pela qual devem ser promovidas amplamente. Seu potencial passa, notadamente, por políticas públicas que ofereçam melhores e mais juntas condições de acesso à terra e incentivos do Estado, o que não se verifica.

Deste modo, afere-se que além do agronegócio não ser o maior produtor de alimentos e não produzir de forma sustentável, o setor também coloca em risco a segurança alimentar por meio da produção de commodities não alimentícias.

Duas respostas podem ser vistas como mais apropriadas ao enfrentamento da problemática ora apresentada: a primeira delas, de longo prazo, impõe a luta constante pela necessidade de superação do atual modelo agrário brasileiro, que pode e deve ser substituído pelo modelo agroecológico; a segunda, de médio prazo, vai no sentido de demandar – no plano político e jurídico – que a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) exerça suas funções essenciais, no sentido de efetivação da estocagem e garantia do abastecimento de modo que as decisões do agronegócio não influenciem os preços dos alimentos.

REFERÊNCIAS

Davis, J., Goldberg, R. (1957). *A concept of agribusiness*. Boston. Harvard University, Graduate School of Business Administration.

Kohlhepp, G. (2010) Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, 24(68): 223-253.

Leonel Júnior, G., Helmold, P. (2018). Os trinta anos da Constituição Federal diante de uma política agrária "agrotóxico-dependente". *Revista de Direito Agrário*, 21(22): 193-214.

Matos, P. F., Pessôa, V. L. S. (2014). A apropriação do cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 9(17): 6-26.

Penido, M. O. (2016). Desvelando discursos: insustentabilidade e poder nos agrocombustíveis. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*, 38: 617-638.

Santos, M., Glass, V. (2018). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll.

2 Com destaque para o ProAlcool e para o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

3 A produção de agrocombustíveis (ou biocombustíveis) tem como objetivo a redução nas emissões de dióxido de carbono (CO₂). Contudo, importantes estudos vem desvelando a própria sustentabilidade ambiental da produção dos biocombustíveis, evidenciando que se emite mais CO₂ neste processo produtivo do que no consumo de combustíveis fósseis. Sobre este tema, ver: Penido, M. O. (2016). Desvelando discursos: insustentabilidade e poder nos agrocombustíveis. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*, 38: 617-638.

GT- V

Tema: Vulnerabilidade Social, Educação e Insegurança Alimentar.

Coordenadores: Prof^a. Dr^a. Natália de Lima Bueno Birk [UTFPR]
Prof^a. Dr^a. Jezili Dias [UTFPR]

A feminização da pobreza no município de Ponta Grossa/PR

C. Sanches¹; E. Schimanski²; L. M. O. Billerbeck³; S. Dainelli⁴

RESUMO: O objetivo do presente texto é trazer uma reflexão sobre a ocorrência ou não do fenômeno da feminização da pobreza no Município de Ponta Grossa - PR, a partir dos dados coletados no Relatório intitulado de "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa", desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG. Neste sentido, o trabalho apresenta um relato dos resultados de pesquisas de âmbito nacional traçando um paralelo com o conceito de feminização da pobreza. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: feminização da pobreza, políticas públicas, mulheres pobres.

INTRODUÇÃO

Não obstante a existência de poucos estudos, tanto no âmbito nacional como internacional, sobre o fenômeno da feminização da pobreza, desde a década de 1970 fala-se sobre o processo de empobrecimento das mulheres que sustentam seus lares sem a ajuda de uma figura masculina.

Diane Pearce, precursora do conceito de feminização da pobreza, associa o fenômeno de empobrecimento das mulheres em decorrência do aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, isto é, ocorre a partir do "momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família (PEARCE, 1978, apud NOVELLINO, 2004, p. 2). Assim, a feminização da pobreza decorre da responsabilidade exclusiva da mulher pelo sustento e pela subsistência de sua família.

Contrariamente, para Mary Garcia Castro (1999, p. 1), o conceito de feminização da pobreza é ambíguo e passível de críticas uma vez que o seu uso acaba por justificar normas compensatórias que são restringidas à um grupo seletivo de beneficiários, ou seja, mulheres pobres, excluindo uma grande parte da população que encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica e social que não fazem parte de uma conjuntura familiar monoparental e chefiada por mulheres.

Ressalta-se aqui que os estudos sobre o tema nos últimos anos são imprescindíveis para justificar a adoção de políticas públicas voltadas para mulheres pobres, uma vez que a projeção e aplicação das

políticas são baseadas em um antecedente empírico. Entretanto, apesar das críticas ao conceito apresentadas anteriormente, datadas do início dos anos 2000, cumpre-se ressaltar que na última década houve uma mudança nos arranjos familiares, saindo do modelo tradicional de família – constituído por um casal e seus filhos – para famílias monoparentais. Desta forma, para asseverar sobre o fenômeno da feminização faz-se necessário a análise de dados de um determinado local e em um determinado tempo. Sendo este o objetivo do estudo – demonstrar a ocorrência ou não da feminização da pobreza no município de Ponta Grossa.

A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

Para demonstrar a feminização da pobreza no município de Ponta Grossa/PR, o que se constitui como objetivo deste trabalho, em primeiro lugar deve-se indicar em relação a que o fenômeno se caracteriza, uma vez que "seja qual for o sentido dado à "feminização", é evidente que se trata de um processo e, portanto, o termo possui uma dimensão temporal, sendo necessária a comparação entre períodos" (COSTA, PINHEIRO e MEDEIROS, 2005, p. 13).

Nesse sentido, a insegurança alimentar e a fome são caminhos para analisar os retratos da pobreza, uma vez que a falta de dinheiro para alimentação se constitui como um problema social que atinge majoritariamente a população empobrecida (FGV, 2022).

E a fim de debater o contexto acerca da pobreza no Brasil utiliza-se a pesquisa do Instituto Getúlio Vargas - FGV, denominada Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, tendências e comparações internacionais publicada em maio de 2022.

A escolha da referida pesquisa se justifica, porque se se busca o alinhamento das fontes e dados nacionais com os realizados na pesquisa sobre insegurança alimentar no município de Ponta Grossa. Na pesquisa realizada pela FGV, ficou evidenciado como a insegurança alimentar no ano de 2021 apresentou o maior índice registrado, superando inclusive a média mundial: "entre os 20% mais pobres brasileiros, 75% têm insegurança alimentar, contra 48% da média mundial" (FGV, 2022, p.12). Além disso, os dados apontam que neste período analisado, há indícios para a caracterização da feminização da fome (em alternativa à feminização da pobreza), pois "entre 2014 e 2019 os aumentos

1 Camila Calisto Sanches (camicalistosanches@gmail.com), bacharela em Direito, Mestranda Programa Estudo sobre as Mulheres - Universidade Aberta de Portugal (UAb).

2 Édina Schimanski (edinaschi@hotmail.com), Professora Departamento Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

3 Luana M. de O. Billerbeck (lmobillerbeck@uepg.br), Professora do Departamento de Direito, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

4 Sandy Isabella Dainelli, bacharela em Serviço Social, Mestranda no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

coincidiram em 13 pontos percentuais para ambos os sexos, de 2019 a 2021 houve queda de 1 ponto para os homens e aumento 14 pontos percentuais para as mulheres (aumenta de 33% para 47%) (FGV, 2022, p.6).

Todavia, não se pode afirmar que a feminização da pobreza e/ou da fome sempre foi um fenômeno constituído no Brasil, em pesquisa realizada pelo IPEA acerca da pobreza no Brasil entre os anos de 1983 e 2003, porque não é possível afirmar a ocorrência do fenômeno da feminização da pobreza, indicando a sobre-representação feminina nos dados acerca da pobreza no país, com exceção dos domicílios chefiados por mulheres com filhos. (COSTA, PINHEIRO e MEDEIROS, 2005, p.7).

Ao considerar os índices de pobreza e insegurança alimentar no estado do Paraná, dados do Atlas das Situações Alimentares no Brasil demonstram que houve redução da fome no estado durante os anos de 2004 a 2018.

Em relação à pobreza, dados da FGV indicam que a proporção de pessoas em situação de pobreza no Paraná no ano de 2021 era de 17,6%, representando o quarto estado com menor índice. Acerca dos índices de gênero não foram encontrados dados recentes para proceder à análise da feminização da pobreza no Paraná, motivo pelo qual utiliza-se os dados nacionais a fim de estabelecer comparativos.

DADOS SOBRE A FOME E A POBREZA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Para discutir a feminização da pobreza no município de Ponta Grossa/PR utiliza-se os dados do relatório intitulado Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa. Na referida pesquisa, buscou-se observar a situação de insegurança alimentar de famílias referenciadas nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS da cidade durante o período pandêmico no ano de 2021.

A partir dos domicílios pesquisados, os quais se encontravam em situação de vulnerabilidade social, constatou-se que 87% deles eram chefiados por mulheres. Em relação à condição de pobreza e extrema pobreza, nota-se uma incidência maior de mulheres chefes de família, sendo que 78% dos domicílios chefiados por mulheres estavam na condição de extrema pobreza e 95% estavam na condição de pobreza.

As autoras Souza, Penteado e Raiher (2020, p. 59) afirmam que em regra, a "feminização da pobreza é relacionada com dois elementos: o aumento da chefia feminina como indicador de pobreza e a inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma subalternizada". Na pesquisa realizada em Ponta Grossa, constatou que o índice de domicílios com chefia feminina em situação de desemprego foi de 60%, contra 51% dos homens no mesmo cenário.

Dado importante neste cenário refere-se a um grupo de famílias que fazem as refeições na rua/doação/pedidos em casa, situação mais vulnerável que os demais locais (casa, vizinho ou familiar, restaurante

restaurante popular, trabalho). Neste grupo, todos eram chefiados por mulheres, com renda per capita 28% menor que o restante das famílias participantes da pesquisa.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que acerca da feminização da pobreza "todas as definições direcionam para a ideia de que há um aumento na diferença dos níveis de pobreza entre as mulheres e os homens ou às desigualdades entre homens e mulheres ao longo do tempo" (SOUZA, PENTEADO e RAIHER, 2020, p. 58), a partir de tal análise, constata-se que a pobreza e a insegurança alimentar no município de Ponta Grossa passam pelo processo de feminização, uma vez que as mulheres e acompanhadas de seus filhos integram a faixa mais vulnerável da sociedade.

Por fim, observou-se a ausência de dados sobre a constituição racial da população em situação de pobreza e insegurança alimentar em âmbito das pesquisas do estado do Paraná e do município de Ponta Grossa. Tal discussão é de fundamental importância uma vez que não é possível pensar gênero de forma isolada, pois aliado ao racismo, potencializam-se na ordem do capital (HOOKS, 2018; SAFFIOTTI, 1987), sendo que cada sujeito vivencia gênero, classe e raça de uma maneira e intensidade, bem como a pobreza e a fome, mas são elementos interconectados e impactam na vida social.

Diante de tal cenário, é importante que as políticas públicas de enfrentamento à pobreza e à insegurança alimentar considerem as intersecções de gênero e raça durante todo o processo de planejamento, execução e avaliação. .

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary Garcia. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. In: I Conferência Estadual da Mulher, Rio Grande do Sul, 1999.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; Cristina Queiroz. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. IPEA, Texto para discussão nº 113. Brasília, 2005.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

NERI, Marcelo. Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, tendências e comparações internacionais. FGV Social, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia>.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, Brasil, 2004.

SAFFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. 120p.

SOUZA, Virginia; PENTEADO, Camila; NASCIMENTO, Rafaelly; RAIHER, Augusta Pelinski. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. Informe Gepec, v. 24, n. 1, p. 53-72, 2020..

Insegurança alimentar e feminização da pobreza enquanto violência social no contexto da COVID-19

C. C. Sanches¹; É. Schimanski²; L. M. de O. Billerbeck³; M. L. Bittencourt⁴; S. I. Dainelli⁵

RESUMO: O objetivo do presente estudo é trazer uma reflexão crítica sobre a intrínseca relação entre a insegurança alimentar e a feminização da pobreza enquanto violência social durante o período de COVID-19. Outro ponto de destaque no texto, é a histórica falta de políticas públicas voltadas a este público, o que corrobora fortemente para a permanência da violência social perpetuada pelo Estado. Neste sentido, conceitos como direitos humanos e justiça social emergem como componentes elementares para uma vida digna. O texto apresenta dados recentes sobre a questão da insegurança alimentar em Ponta Grossa, Paraná e a feminização da pobreza. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Insegurança Alimentar; Feminização da pobreza; Violência Social.

INTRODUÇÃO

Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), constatou que 33,1 milhões de pessoas estão em situação de pobreza ou extrema pobreza. Particularmente em Ponta Grossa - Paraná, a realidade constatada na pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG foi de que a insegurança alimentar em 2021, aumentou em decorrência do Coronavírus em 97% dos domicílios investigados, sendo que 49% destes estavam em insegurança alimentar. Se alimentar com alimentos nutritivos na quantidade e qualidade necessários são desafios para uma vida digna e saudável.

Todas as pessoas têm direito de viver com acesso à liberdade, igualdade, ao trabalho, saúde, moradia, água e alimentos adequados, visto que integram os direitos fundamentais e garantem a dignidade ao ser humano e na efetivação da justiça social. Assim, se por um lado, o fenômeno da fome traz evidências de desigualdade social e pobreza, de outro lado exige do Estado a obrigação de cumprimento à cláusula de não retrocesso social, como também de proibição de

inércia estatal, quando se trata de direitos sociais (PIOVENSAN, 2012). Quando isto não ocorre percebe-se existência de violência social, sobretudo aos mais vulneráveis - no caso, mulheres vítimas da sua condição de gênero e pobreza. O objetivo principal deste texto, é, portanto, refletir a relação entre a insegurança alimentar e a feminização da pobreza enquanto violência social durante o período de COVID-19. A metodologia para o estudo pauta-se em pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema em questão. Uma das fontes principais está no relatório de pesquisa intitulado Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza - PPGCSA-UEPG (2022).

SEGURANÇA ALIMENTAR, JUSTIÇA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) incide sobre uma série de fatores políticos, econômicos, culturais e sociais, os quais implicam diretamente na sua caracterização em dada sociedade ou contexto cultural. Dessa forma, a segurança alimentar e nutricional envolve o direito ao acesso, a quantidade e a qualidade adequadas dos alimentos. Dentre as dimensões da segurança alimentar e nutricional citadas por Siliprandi (2013), contempla-se as condições de saúde e saneamento básico e a sustentabilidade do ambiente onde se vive. Esse conceito incorpora ainda, de acordo com a referida autora, um caráter eminentemente político.

No Brasil, a alimentação foi reconhecida enquanto direito social tão somente no ano de 2010, por intermédio da emenda constitucional 64. Este acontecimento representou por um lado determinado avanço, afinal impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, reconhecendo seus princípios de cidadania e de justiça social. No entanto, percebe-se que o cenário da fome ainda é bastante presente. De acordo com o 2º Inquérito da Rede PENSSAN, no ano de 2022, 33,1 milhões de pessoas convivem com a insegurança alimentar grave. Trata-se, portanto, de uma série de determinantes os quais incidem na situação da insegurança alimentar. Nesse sentido, um deles é a condição de pobreza, que vai além da ausência de recursos materiais.

A ausência de condições mínimas de atendimento ao

1 Camila Calisto Sanches (camicalistosanches@gmail.com), bacharela em Direito, Mestranda no Programa Estudo sobre as Mulheres – Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, Universidade Aberta de Portugal (UAb).

2 Édina Schimanski (edinaschi@hotmail.com). Professora Departamento Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do Núcleo Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza.

3 Luana M. de O. Billerbeck (lmobillerbeck@uepg.br), Professora do Departamento de Direito, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

4 Matheus Leite Bittencourt (matheus.l.bittencourt@hotmail.com), graduando em Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

5 Sandy Isabella Dainelli, bacharela em Serviço Social, Mestranda no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

básico, reforça a importância da dignidade da pessoa e remete a questão dos direitos humanos e justiça social. A justiça social é um componente fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equitativa e requer estratégias por parte do Estado de garantias sociais, sobretudo para os grupos mais vulneráveis. Quando isto não ocorre há, portanto, a existência da violência social. A falta de uma alimentação minimamente digna representa uma violência social que pode ser compreendida como a falta de acesso aos bens sociais causando danos mediatos e imediatos à vida da pessoa.

A mulher é, dentro deste contexto, elemento que mais sofre as ausências das políticas públicas, pois é ela que muitas vezes mantém a casa e a família sozinha ficando responsável por seu domicílio sem as condições mínimas no que se refere a renda, trabalho e, por consequência, alimentação dela e dos seus familiares. A situação de insegurança alimentar, entre outras, leva à constante feminização da pobreza na sociedade contemporânea.

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA, FOME E VIOLÊNCIA SOCIAL

Conforme relatório intitulado Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa (2022), verificou-se que 87% dos domicílios da cidade eram chefiados por mulheres e que quando analisado pelo critério de condição de pobreza e extrema pobreza, nota-se uma incidência maior de mulheres chefes de família em vulnerabilidade social, uma vez que 78% dos domicílios chefiados por mulheres estavam na condição de extrema pobreza e 95% estavam em extrema pobreza. A chefia feminina dos lares decorre de um processo social e de crescente ascensão em que a mulher torna-se responsável pelo seu sustento e de seus filhos, sem a ajuda de um marido ou companheiro.

Diane Pearce foi a precursora do conceito de feminização da pobreza, associando-o ao processo de empobrecimento das mulheres em decorrência do aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. O gênero, portanto, é um marcador de pobreza através do qual a chefia feminina pode se tornar um indicador de pobreza grave (Novellino, 2004).

Para uma melhor análise da dinâmica deste fenômeno é necessário investigar alguns aspectos, tais como: dupla jornada de trabalho da mulher, precarização do trabalho e sua informalidade, desemprego/não acesso ao emprego, composição monoparental das famílias atuais. Estes dados são corroborados pela pesquisa Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa (2022). Assim, acerca da empregabilidade, a pesquisa aponta que o índice de desemprego é maior entre as mulheres chefes de família, atingindo 61% dos domicílios daquelas que estavam em situação de pobreza. Neste cenário, verificou-se que as mulheres foram as que mais perderam o emprego durante a pandemia, representando 67% contra 33% dos homens. Tais dados referentes ao território pontagrossense alinham-se aos nacionais, pois segundo o IPEA "mesmo antes da pandemia, as mulheres já

possuíam uma maior chance de mudar da situação de ocupada para inativa e uma menor chance de entrar na condição de ocupada; no entanto, a crise intensificou ainda mais essas probabilidades" (2021).

CONCLUSÃO

O aprofundamento das desigualdades já existentes no Brasil e impactadas ainda mais com o advento da pandemia, evidenciam um cenário de Insegurança Alimentar grave para as famílias em situação de vulnerabilidade social, e de modo mais contundente a subsistência nos lares em que são chefiados por mulheres com crianças até 10 anos de idade. A falta de acesso às mulheres ao poder, educação, capacitação, mercado de trabalho e distribuição de renda, mostra que a fome tem gênero e classe. A garantia do direito humano à alimentação é responsabilidade do indivíduo, da sociedade e do Estado na medida em que há pessoas em condições de vulnerabilidade e não detém acesso à alimentação ou aos meios de obtenção para a segurança alimentar própria e de sua família. A fome confronta com o direito à vida e a saúde o que gera uma forma de violência social, devendo o Estado por meio de políticas públicas adequadas e eficazes, implementar ações que visem a redução da insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

IPEA (2021). Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37963#:~:text=Mesmo%20antes%20da%20pandemia%2C%20as,dos%20diferenciais%20por%20cor%20e%20C3%A7a>. Acesso em: 01 jul. 2022.

RAIHER, Augusta.; et al (2022). Fome e pandemia: um estudo em Ponta Grossa – relatório de pesquisa. Ponta Grossa. UEPG.

PENSSAN (2022). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>> Acesso em: 01 jul. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILIPRANDI, Emma. A Alimentação como um Tema Político das Mulheres. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (org.). Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Cap. 8, p. 187-198.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, Brasil.

NutriNidos: intervención con una progressive web app para la promoción de hábitos saludables en preescolares

O. Calvo¹; C. Cárcamo²

RESUMEN: En el Perú, la adopción de estilos de vida poco saludables ha aumentado el exceso de peso en la población, incluyendo a los preescolares. Por ese motivo, es importante implementar estrategias nove-dosas para la promoción de salud. Se enrolaron 114 participantes, 57 cuidadores asignados a cada grupo, con quienes se realizó un ensayo aleatorizado contro-lado durante 60 días: los cuidadores del grupo de inter-vencción tuvieron acceso a una progressive web app (PWA), mientras que el grupo control tuvo acceso a consejerías nutricionales cada 30 días. La PWA mostraba contenido acerca alimentación saludable, elaboración de loncheras y actividad física. A pesar que se encontró un mayor incremento del puntaje del Índice de Alimentación Saludable en el grupo intervención, no se encontró una diferencia significativa con el grupo control. Sin embargo, la reducción en el puntaje Z de IMC para la edad sólo en los preescolares con exceso de peso en el grupo de intervención fue significativamente mayor que la observada en el grupo control.

PALABRAS CLAVE: Salud móvil, hábitos saludables, preescolar, exceso de peso, nutrición.

INTRODUCCIÓN

La etapa preescolar es un momento importan-te para el estudio de factores asociados a la obesidad. Ante la preocupante situación nacional de incremento de exceso de peso en niños de 3 a 5 años de edad (Instituto Nacional de Salud, 2021) y el consumo de alimentos ultraprocesados a nivel nacional (Revilla et al., 2012), resulta necesario proponer intervenciones innovadoras en promoción de hábitos saludables basadas, por ejemplo, en TICs.

De este modo, existen experiencias previas del uso de salud móvil en la promoción de estilos de vida saludables. Un ejemplo es la aplicación MINISTOP, que fue dirigida a los padres con el objetivo de incrementar el consumo de frutas y verduras, así como reducir el sedentarismo y el consumo de golosinas en preescolares suecos (Nyström et al., 2017). Otra experiencia usó una app con un personaje popular entre los preescolares, que usa como recompensa alimentos saludables y aquellos no saludables constituyen una penalidad (Putnam et al., 2018). En el Perú, existen aplicaciones móviles dirigidas a mejorar la alimentación de infantes, pero no de preescolares. Por ese motivo, la presente investigación busca evaluar el efecto en la calidad dietética de una progressive web app (PWA) para la promoción de hábitos saludables en preescolares.

MÉTODOS

Se realizó un ensayo aleatorizado controlado, considerando niños menores de 6 años de edad que asistan a una institución educativa inicial de Lima (Perú) y las personas que toman decisiones sobre la dieta del niño (cuidadores). El tamaño de muestra requerido fue de 114 participantes (57 en el grupo de intervención y 57 en el grupo control).

Primero, se definió el perfil de los usuarios y, bajo el modelo en cascada, se elaboró una propuesta de la PWA (NutriNidos) con contenido esquematizados (Fig. 1). Para ello se consultaron diversos recetarios, guías alimentarias y de educación nutricional, y la guía del programa de actividad física para preescolares "iDame 10!" (Galzacorta et al., 2014).

Figura 1. Esquemización del contenido didáctico de la PWA NutriNidos. Video disponible en: https://youtu.be/yrxdt2t0_S_g



Luego, se enroló a los cuidadores a la entrada y salida de los niños, en donde se realizó la firma del consentimiento informado. También se realizó una evaluación basal en donde se recogió información sociodemográfica y de las siguientes variables:

- Consumo de alimentos del preescolar, a través de un cuestionario de frecuencia de consumo de alimentos (CFCA) y con lo cual se calculó el puntaje del Índice de Alimentación Saludable (IAS)
- Conducta alimentaria, mediante el Cuestionario de Conducta Alimentaria Infantil (CEBQ)
- Actividad física, usando el Cuestionario para la medición de actividad física y comportamiento sedentario en niños de preescolares a 4º grado
- Antropometría, determinando el peso y talla para la construcción del indicador Índice de Masa Corporal (IMC) para la edad.
- Calidad de la lonchera, respecto a su composición y a la que se le asignó un puntaje.

Después, se aleatorizaron a los participantes en los dos grupos y se dispuso que el grupo intervención tenga acceso libre a la app y reciba capacitación para

1 Oscar Junior Calvo Torres (oscar.torres@upn.edu.pe), nutricionista, Universidad Privada del Norte.

2 César Paul Eugenio Cárcamo Cavagnaro (cesar.carcamo@upch.pe), médico, Universidad Peruana Cayetano Heredia.

su uso durante un periodo de 60 días. Por otro lado, el grupo control tuvo acceso a sesiones de consejería nutricional mensualmente. Luego de este período, se realizó la evaluación de resultados a través de la aplicación de cuestionarios para las variables, antropometría, revisión de loncheras y una encuesta de satisfacción de uso de la PWA. Para determinar el efecto de la intervención, se comparó las diferencias de las mediciones (post-pre) de los grupos control e intervención. Con el fin de analizar las diferencias, se usó la prueba t de Student para muestras independientes.

RESULTADOS

Las características sociodemográficas de preescolares y cuidadores fueron balanceadas según los grupos de asignación. Aunque en ambos grupos se mantuvo el diagnóstico de "normalidad" en el indicador IMC para la edad, se encontró una reducción significativa de 0,26 puntos para los niños con exceso de peso del grupo intervención, lo que significa que el cambio se orienta hacia un diagnóstico normal (Tabla 1).

Tabla 1. Cambio en el puntaje Z para IMC/Edad en preescolares con exceso de peso.

Grupo de asignación	n	Variación en puntaje Z para el IMC/Edad		
		Media	I.C. 95%	p
Intervención	14	-0,26	(-0,51 - -0,02)	0,020
Control	12	0,15	(-0,11 - 0,41)	

La variable principal, Variación del puntaje total del IAS (post-pre intervención), tuvo una media muy superior en el grupo de intervención; sin embargo, no hubo diferencia estadísticamente significativa entre sus medias. En la Variación del puntaje Z para el indicador de IMC para la edad, se observó una reducción en ambos grupos pero sin una diferencia significativa entre sus medias. A pesar que el puntaje total de conducta alimentaria se redujo en el grupo control e incrementó en el de intervención, no se encontró diferencia significativa entre ellos. Una situación similar se observó en la variación del puntaje de la composición de la lonchera. Finalmente, al evaluar la variación de los minutos diarios de la actividad física, se halló un cambio significativamente más alto en el grupo control que en el de intervención (Tabla 2).

DISCUSIÓN

El presente estudio no logró demostrar un efecto positivo de la aplicación NutriNidos en el puntaje del Índice de alimentación saludable (IAS) en el grupo intervención respecto al grupo control, y se encontró una diferencia a favor del grupo control en los minutos de actividad física referidos por los padres. Por otro lado, al restringir el análisis a niños con exceso de peso, se encontró una mejora significativamente mayor en el puntaje Z del IMC para la edad en niños del grupo de intervención en relación con el grupo control.

Esta experiencia toma relevancia ante el actual desarrollo de tecnologías de la información y comunicación. Bajo la premisa de que "la nutrición vaya hacia los padres y no los padres vayan a la

nutrición", esta propuesta pretendió poner la información sobre nutrición al alcance de los responsables del cuidado de los niños. De este modo, NutriNidos se presenta como una herramienta que se ajusta a la disponibilidad de tiempo de padres y cuidadores de preescolares, revelando que es una alternativa factible para la promoción de salud en este grupo etario.

Tabla 2. Evaluación de efecto según grupo de asignación.

Componente de evaluación de efecto	Grupo de asignación		Diferencia (Media)	p
	Control	Intervención		
	Media (D.E.)	Media (D.E.)		
Variación del puntaje total del IAS (post - pre)	2,632 (10,236)	4,211 (13,840)	1,579	0,490
Variación del puntaje Z para indicador de IMC para la edad (post - pre)	-0,125 (0,448)	-0,189 (0,368)	-0,065	0,339
Variación del puntaje total de Conducta alimentaria (post - pre)	-0,010 (0,041)	0,019 (0,143)	0,029	0,149
Variación del puntaje de la composición lonchera (post - pre)	-0,005 (0,778)	0,106 (0,805)	0,111	0,456
Variación de los minutos diarios de actividad física (post - pre)	129,298 (102,174)	53,54 (157,665)	-75,752	0,003

REFERÊNCIAS

- Galzacorta, B.A., López, D.C., López, M.C. (2014). ¡Dame 10! Descansos Activos Mediante Ejercicio físico. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad.
- Instituto Nacional de Salud (2021). Tendencia del sobrepeso y obesidad en niñas y niños menores de cinco años. Observatorio de Nutrición y el Estudio del Sobrepeso y Obesidad [Internet]. <https://observateperu.ins.gob.pe>
- Nyström, C., Sandin, S., Henriksson, P., Henriksson, H., Trolle-Lagerros, Y., Larsson, C., et al. (2017). Mobile-based intervention intended to stop obesity in preschool-aged children: the MIN-ISTOP randomized controlled trial. *Am J Clin Nutr*, 105(6), 1327-35.
- Putnam, M.M., Richmond, E.M., Brunick, K.L., Wright, C.A., Calvert, S.L. (2018). Influence of a Character-Based App on Children's Learning of Nutritional Information: Should Apps Be Served with a Side of Media Characters? *Games Health J*, 7(2),121-6.
- Revilla, L., Alvarado, C., Álvarez, D., Tarqui, C., Gómez, G., Jacoby, E., et al. (2012). Un gordo problema: Sobrepeso y Obesidad en el Perú. MINSU.

Os sujeitos da fome em Tarso de Melo

D. J. Gonçalves¹; I. de B. F. Dias²

RESUMO: O presente trabalho discute o tema da fome em por nada, de Tarso de Melo. Ao contrário das abordagens mais comuns do tema pela poesia brasileira, que se centram na conjuntura social e na paisagem para caracterizar o sujeito, o poema de Tarso se centra nas formas do sujeito como parte da composição das paisagens da cidade, revelando as contradições da cidade, antagonismos de classe e acumulação de tempo nas paisagens.
PALAVRAS-CHAVE: Fome; Cidade; Poesia Contemporânea.

INTRODUÇÃO

Josué de Castro (1984, p. 29) afirma que a fome é um um "dos tabus de nossa civilização". Em Geopolítica da fome, o autor declara seu espanto sobre a "[...] exiguidade da bibliografia mundial sobre o assunto" (1959, p. 47). Esse diagnóstico se aplica também à poesia. Não por acaso, por exemplo, o poema Tem gente com fome, de Solano Trindade, foi censurado pelo governo Vargas à época de sua publicação. Além disso, a abordagem mais comum do tema quase oculta um olhar sobre a existência de um sujeito, concentrado-se na fome como efeito da paisagem e da conjuntura, como em Geografia da dor, de Sérgio Vaz, e Não há vagas, de Ferreira Gullar, por exemplo.

Na poesia contemporânea, Tarso de Melo é um dos autores que enfrenta o assunto. No entanto, diferentemente de outros autores, como o próprio Solano Trindade (2007, p. 58), que o aborda fundindo o sujeito que tem fome aos bairros da cidade, configurando, com isso, um "rosto comum" dado pela paisagem, Tarso, em por nada, trata do tema buscando dar formas aos sujeitos da fome. Tais formas, entretanto, não se fundem às paisagens da cidade, pelo contrário, as compõem, revelando as contradições da cidade, antagonismos de classe e acumulação de tempo nas paisagens.

NAS ENTRANHAS DA CIDADE E DO POBRE

por nada, poema composto de 10 partes, estrutura-se de forma decrescente. Assim, o poema 10 (MELO, 2019, p. 161) inicia a obra:

toda tarde, depois do almoço
dos outros,
essas aves (com suas fomes
e camisetas de eleições passadas,
cobertores encharcados
e distintos cães pessoais)
podem ser vistas aqui
pousadas à porta de saída
dos restaurantes: aguardam
o quanto sobre
dos pratos variados

que não puderam (e outros
não quiseram) comprar
a quilo

No poema, a falta de dinheiro para comprar comida metamorfoseia o sujeito num urubu. Tal falta situa o sujeito fora do ciclo do capital monetário e das trocas de valor, conforme descreve Karl Marx (2014, p. 108; 2017, p. 114). Sem mercadoria para transformar em dinheiro, sem dinheiro para transformar em mercadoria e sem a condição do próprio sujeito ser mercadoria, metamorfoseia-se o corpo humano num animal carnicheiro. A metáfora é forte, porque denota desumanização e alguma ferocidade que, de certa forma, encurrula aqueles que têm dinheiro para comprar comida.

Outro aspecto do poema é a abordagem do contraste entre o desenvolvimento econômico e o primitivo compondo a mesma paisagem da cidade. Corroborando a afirmação de Milton Santos (2012, p. 54), que afirma que "a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos". A concomitância do animalesco e do, digamos assim, civilizado evidencia os antagonismos de classe e a cidade como espaço próprio da luta de classes, como defende Lefebvre (1999) em A revolução urbana.

Observe-se, ainda, que a fome é um dos elementos que caracterizam "essas aves", em conjunto com algumas posses: "(com suas fomes / e camisetas de eleições passadas, / cobertores encharcados / e distintos cães pessoais)". Neste contexto, apesar de se descrever uma paisagem da cidade, não é a geografia que caracteriza as "aves", mas o olhar do outro sobre aquilo que as aves possuem e não possuem, em parênteses que indicam uma ambivalência entre o particular e o coletivo. Aparentemente, o indivíduo perde o rosto, mas ganha uma forma, animalizando-se, ironicamente, devido àquilo que possui e não possui e, ao mesmo tempo, porque é o perfil de muitos que se aglomeram sob aquelas circunstâncias.

Tais elementos aparecem também no poema 8 (MELO, 2019, p. 162-163), que contrasta o ecoar de um "grito" silencioso provindo de uma mão estendida, que corta a paisagem, com as ruas da Lapa, em São Paulo, ambiente pensado e mantido para acolhida daqueles que passam e têm dinheiro. Os versos "não iludem quem passa" e "uma mão / estendida que leva / nada ou quase", dão conta, ao mesmo tempo, de uma desilusão e da materialização do invisível – o sujeito que tem fome –, afinal, a mão estendida deixa dentro dos olhos daqueles que passam "antes encantados, os seus / famintos".

A mão estendida, nesse sentido, representa um coletivo invisível que queda sem rosto, sem sexo e sem cor. Os "famintos", assim, são os únicos imóveis, os únicos que não sairão do lugar – ainda

1 Daniel José Gonçalves (daniel.goncalves@ifpr.edu.br), Mestre em Letras, IFPR.

2 Igor de Barros Ferreira Dias (igor.dias@ifpr.edu.br), Mestre em Geografia, IFPR.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

que ocupem um não-lugar ou mesmo por essa razão. Tanto o sujeito que passa quanto a paisagem estão em movimento, uma vez que o texto destaca a concomitância do passado e do presente. Por outro lado, a mão que corta é um retrato vivo das contradições da cidade, revelando a imobilidade social e a indiferença. Mauro Luis Iasi (2013, p. 41-42) chama a atenção para o fato de que as pessoas vivem as explosões cotidianas das contradições urbanas presas em casulos individuais, fazendo prevalecer a indiferença mútua. Isso explica a metáfora daquele que passa, cujo olhar passeia pelas fachadas, e o coletivo sem rosto, invisível, dos famintos: esse coletivo apenas corta a visão, perturba a paisagem e os passantes.

De acordo com Alfredo Bosi (2000, p. 227), "projetando na consciência do leitor imagens do mundo e do homem muito mais vivas e reais do que as forjadas pelas ideologias, o poema acende o desejo de uma outra existência, mais livre e mais bela." Sob esse aspecto, a paisagem em movimento, o passante, a mão que corta, metaforicamente, constroem um discurso que desnuda a ideologia hegemônica de naturalização da miséria e provoca seu questionamento, em consonância ao defendido por Mikhail Bakhtin (2004, p. 46) acerca das tensões da luta social intrínsecas ao signo linguístico vivo.

O poema 1 (MELO, 2019, p. 167), que fecha por nada, não trata da fome de maneira direta. Todavia, paisagem, corpo, mercadoria, exclusão, desumanização e antagonismos de classe se avultam numa imagem que inescapavelmente conduzirá à fome. Nele, o eixo da cena são as pernas, uma "pela metade" e a outra "(disforme, / verde, grossa)". Aqui, expõe-se um ser mutilado e ao mesmo tempo em estado de decomposição. Um apodrecimento que ocorre em plena luz do dia, nas entranhas do pobre e da cidade, em frente a uma vitrine como se fosse também uma mercadoria disponível. A fome se manifesta no corpo do pobre, surda e silenciosa, decompondo cada célula, deformando a pessoa que se transmuta numa massa que respira, mas não tem vida. O único sinal de vida, de que há uma pessoa ali, é dado pela "latinha" que espera "algumas moedas" que podem ser usadas para enganar a fome.

Entretanto, como afirma Josué de Castro (2015, p. 22), "[...] infelizmente a fome não se deixa enganar, apenas ilude-se sua sensação consciente, mas na intimidade profunda de cada célula perduram, indefinidamente, os seus efeitos." Os efeitos de uma decomposição em vida.

Os antagonismo de classe revelam-se na imagem da menina que, enquanto disputa a mão da mãe com sacolas de compras, assiste à cena perguntando-se por que ninguém recolhe, da frente a vitrine, aquela "mercadoria" estranha que ninguém quer. Mais uma vez, não é a paisagem que faz o sujeito, mas o sujeito que perturba a paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vista num plano amplo, a cidade pode esconder várias de suas contradições e problemas. Em plano curto, em close-up, por assim dizer, as formas da fome se manifestam e roubam a cena, e pelas entranhas, modelam o corpo do pobre e as paisagens da cidade, revelando as violências, físicas e simbólicas, mais severas de nossa organização social.

O poema de Tarso de Melo demonstra que, seja metamorfoseado, invisível ou em decomposição, há um ser humano que passa fome. As imagens servem para chamar atenção a esse fato e dar visibilidade ao tema.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- BOSI, A. *O ser e o tempo da poesia*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTRO, J. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- _____. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- _____. *As condições de vida da classe operária no Recife: estudos econômicos de sua alimentação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2015.
- IASI, M. L. *A rebelião, a cidade e a consciência*. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LEFEBVRE, H. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MELO, T. *Rastros: antologia poética [1999-2018]*. Goiânia: martelo, 2019.
- SANTOS, M. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- TRINDADE, S. *Poemas antológicos de Solano Trindade*. Editora Nova Alexandria: São Paulo, 2007..

GT- VI

Tema: Alimentação, Cultura e Turismo

Coordenadores: Prof^a. Dr^a. Rúbia Gisele Tramontin Mascarenhas [UTFPR]
Prof^a. Dr^a. Graziela Scalise Horodyski [UTFPR]

A dieta carnívora como hábito alimentar socialmente insustentável

G. S. Cramer¹

RESUMO: Apesar do grande arcabouço teórico acerca das iniquidades sociais adstritas ao ato de alimentar-se, pouco se discute sobre o papel da indústria pecuária e do consumo de carne na perpetuação destas desigualdades. Deste modo, um trabalho bibliográfico foi elaborado com a finalidade pincelar a problemática envolta na produção pecuária e nos padrões de consumo por ela criadas.

PALAVRAS-CHAVE: alimentação, valor social, carne, padrões de consumo.

INTRODUÇÃO

O sistema alimentar brasileiro foi estudado por Michelle Cristine Medeiros Jacobs e Viviany Moura Chaves (2019), as quais constataram que o mau uso da terra, a comoditização da comida e a oferta indiscriminada de alimentos industrializados são elencadas como as principais falhas dos processos relacionados à alimentação no país. As autoras também afirmaram que trabalhos interdisciplinares com a abordagem das ciências humanas e sociais poderiam contribuir nos estudos relacionados à temática, pois acrescentariam a ela uma visão sociocultural para além da nutricional.

A discussão acerca dos hábitos alimentares sob um viés interseccional se faz necessária, portanto, pois todas as questões culturais, sociais, econômicas e políticas que os rodeiam acabam por criar um padrão de consumo para muitos insustentável, o que faz com que alimentar-se – ato básico e necessário na vida dos seres humanos – se torne um complexo mecanismo atrelado a diversos fatores, que variam de acordo com os valores subjetivos existentes em uma sociedade.

Este foi, inclusive, o tema do trabalho de Canuto, Fanton e Lira (2019), que identificaram a precariedade dos grandes inquéritos nacionais com relação à identificação de desigualdades sociais. Os autores perceberam que o padrão de consumo alimentar brasileiro tem relação direta com a classe social do consumidor visto que aqueles com maior poder aquisitivo detêm o poder da escolha, ao passo que as classes mais vulneráveis permanecem restritas ao consumo de uma dieta básica e acessível.

A hierarquização dos hábitos alimentares também foi empiricamente comprovada por Bertoncelo (2019), o qual concluiu que o padrão de consumo alimentar e o pertencimento social estão intimamente conectados ao investigar a relação entre as práticas alimentares e as posições relativas dos agentes sociais.

No que concerne à realidade pandêmica da Covid-19, Verthein e Gaspar (2021) analisaram os guias alimentares elaborados na pandemia e perceberam que, em sua totalidade, os guias ignoraram as dimensões

políticas, econômicas ou socioculturais atreladas e intrínsecas ao consumo alimentar. A conclusão dos autores foi que tais guias foram escritos para um público restrito e privilegiado que não precisaria preocupar-se com determinados processos de precarização da vida. As recomendações acerca de quais hábitos alimentares foram considerados saudáveis pareceu incluir tão somente os indivíduos pertencentes a classes sociais mais abastadas, sugerindo opções com relação à origem de produtos, compra, preparo e higienização de alimentos que ignoravam os aspectos sociais, políticos, econômicos, emocionais e culturais que dialogam com a complexidade do ato de alimentar-se.

No entanto, muito embora a discussão acerca da interseccionalidade entre classe social e alimentação se mostre profundamente necessária, o presente trabalho não possui como intuito apenas ratificar a produção científica já existente sobre o tema, mas deseja-se aqui propor uma visão não tão explorada sobre o assunto: a hierarquização dos padrões alimentares causada, especificamente, pelo consumo da carne, a qual está intimamente ligada à diferenciação de classes e à evidencição de privilégios.

Sugere-se, deste modo, uma perspectiva sociocultural para além da nutricional no que concene às dietas carnívoras e, com isto, explora-se a valoração social intrínseca ao ato de alimentar-se de proteínas animalizadas e os aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos que o circundam.

METODOLOGIA

Foi realizado um trabalho de cunho bibliográfico, no qual foram entrecruzados estudos de diversas áreas do conhecimento, os quais versavam sobre o valor social dos alimentos, as práticas alimentares, os padrões culturais de consumo, e, por fim, a diferenciação de gênero, raça e classe intrínsecas ao ato de alimentar-se. A escrita constituiu-se a partir de aspectos investigados na pesquisa em grau de mestrado da autora, intitulada "Os crimes da carne", pela qual são estudados a hierarquização dos hábitos alimentares e o valor social conferido às dietas carnívoras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A crescente tendência dos sistemas agrícolas à produção de carne e derivados de animais está intimamente relacionada a impactos ecológicos gerados pelo extenso cultivo de grãos para a alimentação do gado e pelos espaços adicionais de terra que essa produção monocultora reclama juntamente com a expansão da fronteira do pasto (LÊDA; 2018; p. 21).

Contudo, a inserção da região Centro-Oeste do país ao capitalismo brasileiro, por exemplo, se deu em razão de uma ação coordenada entre o

¹ Gabriela Saciloto Cramer (gabrielascramer@gmail.com), bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

Estado, grandes grandes latifundiários e investimentos agroindustriais. Isto acabou por gerar novos ritmos de expansão e moldes de desenvolvimento que culminaram em um pacto regional de classes, explicando assim a redistribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas sociais e físicas, o que culminou no fomento à desigualdade e ao privilégio de indivíduos cuja ascensão social se deu em razão da agropecuária (SOARES; 2018).

Conclui-se que o consumo de carne é responsável, em grande parte, pela hierarquização dos hábitos alimentares, pois, uma vez que sua produção e consumo estão restritos a determinados seguimentos populacionais, o produto acaba por criar um padrão de consumo insustentável que está atrelado a um valor social. Isto faz com que os alimentos de origem animal, especialmente a bovina, tornem-se um fator de diferenciação de classes, o qual se concretiza ante o poder aquisitivo e com o poder de escolha alimentar.

A indústria da produção da carne, deste modo, traça um padrão de consumo caracterizado pelas iniquidades sociais. Tanto é que a criação das preferências alimentares se constitui nas estratégias de diferenciação presentes nas relações entre classes. São aqueles com maior poder aquisitivo que decidem e incorporam as normas que serão consideradas legítimas quando da ocorrência, criação e perpetuação dos hábitos alimentares (PULICI; 2014)

Neste sentido é a obra de Carol Adams (1990), a qual traçou uma política sexual e racial da carne e afirmou que a indústria pecuária é traçada por um sistema sexista que expressa a dominação de atitudes patriarcais, que incluem a concepção da força e da violência, além de ser um motor de perpetuação de diferenças pautadas em raça e classe. O efeito de tais políticas é que as mulheres e os demais grupos sociais não dominantes e considerados como "grupos de segunda classe", são associados às comidas também consideradas "de segunda classe" pelas sociedades patriarcais, como, por exemplo, os vegetais, as frutas e os grãos..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comida e o ato de comer possuem implicações sociais na medida em que compreendemos que não apenas ingerimos alimentos, mas atribuímos a eles um valor simbólico (PERROTA; 2017).

Mostra-se necessária, portanto, a discussão acerca do valor social intrínseco ao ato de alimentar-se de proteínas animalizadas, eis que a indústria pecuária e o consumo de carne ocupam um posto de extrema importância nas sociedades contemporâneas, parecendo ser um dos pilares das práticas sociais e alimentares existentes no Brasil, ainda que isto signifique a destruição da biodiversidade, desmatamentos, desperdício e contaminação da água, poluição do ar, esgotamento dos solos e perpetuação de diversas iniquidades sociais.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. A política sexual da carne: Uma teoria feminista-vegetariana. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

BERTONCELO, Edison. CLASSE SOCIAL E ALIMENTAÇÃO Padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2019, v.3, nº100.

CANUTO, Raquel; FANTON, Marcos; LIRA, Pedro Israel Cabral de. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. Ciência & Saúde Coletiva, 2019, 24(9), p. 3193-3212.

JACOBS, Michelle Cristine Medeiros; CHAVES, Vivany Moura. (2019), Falhas do sistema alimentar brasileiro: contribuições da geografia literária para o fortalecimento da democracia alimentar. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29(1), e290106.

LEDA, Manoela Correa. (2018), Do boi à carne: os desafios e controvérsias de um sistema produtivo e alimentar. Revista Novos Rumos Sociológicos, v. 6 (10).

PERROTA, Ana Paula. (2017) Vegetarianismo ético e posições carnívoras: questões além do sabor e dos nutrientes. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, v.25 (2).

PULICI, C. (2014), A alimentação solene e parcimoniosa: práticas gastronômicas como fonte de distinção das elites brasileiras. Revista Ecopós, 17 (3): 1-15.

SOARES, Henrique Vazquez. (2018), Agropecuária e indústria no Centro-Oeste brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980: uma análise de classes. Hist. Soc., (pp. 241-267).

VERTHEIN, Ursula Peres; GASPAR, Maria Clara de Moraes Prata. Normativizando o comer: análise crítica de guias alimentares brasileiros e espanhóis no contexto da pandemia de COVID-19. Ciência & Saúde Coletiva, 2021..

Alimentação estritamente vegetariana resolve o problema de insegurança alimentar?

R. Oliveira¹

RESUMO: O artigo busca responder se uma alimentação vegetariana pode resolver o problema de insegurança alimentar. Realizou-se uma simulação com um grupo de três refeições principais ao longo de um dia revelando as quantidades calóricas, níveis de proteína e custos. Os benefícios da alimentação à base de vegetais é notório, assim como uma forma de prevenir a insegurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: vegetarianismo, insegurança alimentar, simulação.

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, conforme o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sancionado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Devido à alta disponibilidade e baixo custo de alimentos industrializados com grandes quantidades de sal, açúcar e gordura e com reduzido acesso a uma dieta saudável, o mundo enfrenta um dos maiores problemas de insegurança alimentar e nutricional (PHILIPPI et al., 2022).

Os benefícios para a saúde e as mudanças climáticas serão maiores quanto menor a fração de alimentos de origem animal em nossas dietas (SPRINGMANN et al., 2016).

Dessa maneira, justifica-se a inclusão de uma dieta estritamente à base de vegetais. Segundo Slywitch (2015) uma alimentação vegetariana de boa qualidade, se dá por meio de um cardápio formado por alimentos naturais e integrais.

Consoante ao exposto, esta pesquisa tem como objetivo simular um cardápio vegetariano através de três refeições principais diárias (café da manhã, almoço e janta) para uma pessoa adulta adquirir as calorias recomendadas de forma nutritiva e mensurar o nível de custo na aquisição desses alimentos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de simular um cardápio vegetariano, esta pesquisa segue o guia prático para montar uma dieta vegetariana com saúde (SLYWITCH, 2015; DAVIS & MELINA, 2011; PHI-LIPPI et al., 2022).

Este guia segue a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO), uma referência nacional, como material complementar a tabela SR27 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Em relação aos custos, foram utilizadas informações de preços de sites de redes varejistas, cotações da Agrolink e preços nominais de varejo no Paraná através do Departamento de Economia Rural (DERAL).

Foram divididos três grupos de refeições diárias: café da manhã, almoço e janta. Os alimentos selecionados foram: pão francês, grão de bico, banana, aveia, chia, suco de laranja, arroz, feijão, soja texturizada, milho, couve-flor, cenoura, brócolis, batata inglesa, polenta, lentilha, molho de tomate e batata doce.

Ao título de exemplificação, simula-se o cálculo do alimento aveia em flocos como incremento ao cardápio do café da manhã, conforme referências. Para 100 gramas obtêm-se 394kcal e 13,9 gramas de proteína. Com preço médio de R\$14,00 o quilo, 100 gramas custaria R\$1,40. Cada alimento inserido no cardápio sofreram alterações nas devidas proporções em níveis proteicos, calóricos e de custo, de acordo com a quantidade alterada.

A DIETA VEGETARIANA

O vegetarianismo por definição é a corrente dietética que estipula a alimentação exclusivamente vegetal, com abstenção de todos os "ingredientes" de origem animal, mesmo aqueles que não resultaram diretamente na morte do animal. Pessoas que consomem frango, peixes, ovos, leite, mel, gelatina, cochinilha ou outros produtos de origem animal não são genuinamente vegetarianas. (SLYWITCH, 2015; DAVIS & MELINA, 2011; SOCIEDADE VEGANA, 2010)

O nutrólogo, Slywitch (2015), revela que as pessoas que desejam se tornar vegetarianas apresentam os seguintes questionamentos: i) o que posso substituir no lugar da carne?; ii) o reino vegetal realmente fornecem os nutrientes que necessitamos? e; iii) os nutrientes presentes nos vegetais são bem absorvidos?. Para as duas últimas perguntas a resposta é sim, exceto sobre a vitamina B12 que é de origem bacteriana. Em relação a primeira pergunta, de acordo com o Ministério da Saúde a quantidade máxima recomendada de carne é de 100 gramas/dia. Essa quantidade pode ser facilmente substituída pelo grupo de feijões, por exemplo. A tabela 1 apresenta a quantidade a ser trocada pela carne a partir de leguminosas, no padrão de 190 calorias. O departamento de Agricultura dos Estados Unidos considera que os feijões e as ervilhas fornecem tanto ferro, zinco e proteínas quanto as carnes (boi, frango e peixe) e são fontes de fibras, ausentes nas carnes.

Tabela 1. Substituição da carne por vegetais em quantidades para 190 Kcal

Origem Animal	Origem Vegetal (leguminosas)
Carne moída refogada 63g	Soja cozida (grãos) 150,5g
Carne cozida 80g	Grão de bico cozido 126g
Filé de frango grelhado 100g	Ervilha seca cozida 253,7g

Fonte: Slywitch (2015)

¹ Renato Alves de Oliveira (natoliveiralves@hotmail.com), Doutor em Economia, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adotando o guia prático para montar uma dieta vegetariana com saúde, a tabela 2 apresenta a simulação de um cardápio sobre o grupo de três refeições diárias para um adulto obter calorias recomendadas (2500 kcal, conforme Organização Mundial da Saúde), nível de proteína e seu respectivo custo.

Tabela 2. Composição calórica, proteica e custo de três refeições/pessoa/dia.

Grupo de refeições	Calorias	Proteínas	Custo (R\$)
Café da manhã (601 gramas)	941,5	31,45	5,63
Almoço (585 gramas)	1004,2	51,75	6,11
Janta (350 gramas)	601	41,2	6,37
Total	2546,7	124,4	18,11

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando que o café da manhã seja servido de pão francês, pasta de grão de bico, banana com aveia e chia e suco de laranja é possível adquirir 941,5 calorias ao custo de R\$ 5,63, totalizando 601 gramas.

Em relação ao almoço, supondo um prato com porção de arroz, feijão, Proteína Texturizada de Soja – PTS moída, mistura de legumes e verduras (milho, couve-flor, cenoura e brócolis) e batata inglesa assada pode-se adquirir 51,75 gramas de proteína, 1004,2 kcal, perfazendo um custo de R\$ 6,11.

Ao grupo janta, simula-se um preparo de 350 gramas ao cardápio equivalente à porção de polenta cremosa, lentilha com molho de tomate e batata doce cozida ao custo de R\$6,37 com obtenção de 601 calorias e 41,2 gramas de proteína.

O custo total simulado foi de R\$18,11/dia para obtenção de 124,4 gramas de proteínas e 2.546,7 calorias. É importante destacar que não está sendo considerado o custo de preparo equivalente ao gás de cozinha consumido, uso de óleo e o incremento de temperos ao gosto do consumidor. Também pode-se inferir que o preparo em quantidades maiores e posterior repartição possibilita eventual redução de custos. Pode ocorrer perdas nutricionais no preparo. Considerando um menor consumo calórico para 1637 calorias o indivíduo iria consumir 300, 400 e 280 gramas respectivamente no desjejum, no almoço e na janta, perfazendo um total de 84,04 gramas de proteína e R\$ 12,08 de despesa por dia. Davis e Melina (2011) sugerem que para indivíduos de baixa estatura e relativamente inativos, para aqueles que querem perder peso e idosos com pouca mobilidade um cardápio equivalente a 1600 calorias é ideal.

Atendendo o nível padrão de 1600 a 2500 calorias é possível obter um custo de R\$11,81 e R\$ 17,77, respectivamente. Realizando um média ponderada sobre o custo ao nível calórico e multiplicando por 30 dias (se for possível consumir o mesmo nível calórico simulado com cardápios variados), obtém-se um despesa mensal aproximada de R\$463,45 por 2050 calorias/dia. Considerando o salário mínimo vigente de R\$1.212,00 (DIEESE, 2022) essa despesa equivale 38,24% da renda para três refeições diárias por pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no resultado simulado é possível afirmar que a alimentação estritamente vegetariana é uma solução ao problema de insegurança alimentar de modo a atender às necessidades nutricionais de um indivíduo, em atendimento aos níveis calóricos recomendados de modo saudável. A pesquisa apresenta limitações quanto a não contabilização dos custos de preparo dos alimentos e da falta de uma uniformidade na coleta das informações sobre as variáveis selecionadas.

Recomenda-se para trabalhos futuros, estudos comparativos ao nível de renda do consumidor por regiões, condição física do indivíduo por faixa etária e cenários de minimização de custos através de métodos por programação linear na determinação de um cardápio vegetariano adequado.

REFERÊNCIAS

Davis, B., Melina, V. (2011). 100% vegetariano: o guia essencial para uma alimentação saudável e ecologicamente correta. São Paulo: Cultrix.

Philippi, S.T., Pimentel, C.V.M.B., Martins, M.C.T. (2022). Nutrição e alimentação vegetariana: tendência e estilo de vida. 1 ed. Santana da Paranaíba-SP: Manole.

Greger, M. (2018). Comer para não morrer: conheça o poder dos alimentos capazes de pre-venir e até reverter doenças, 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Slywitch, E. (2015). Alimentação sem carne: Um guia prático para montar a sua dieta vegetariana com saúde. 2 ed. São Paulo: Alaúde Editorial.

Springmann, M., Godfray, H. C. and Rayner M., and Scarborough, P. (2016). Analysis and valuation of the health and climate change cobenefits of dietary change. Proc Natl Acad Sci USA, v. 113, n.15: 41-51.

Negócio socioambiental: pescados como produção associada ao turismo de base comunitária

V. Albach¹; L. L. Santos², C. Sampaio³

RESUMO: Este short paper tem o objetivo de caracterizar o caso da Olha o Peixe!, enquanto produção associada ao Turismo de Base Comunitária. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso. A Olha o Peixe! é um negócio socioambiental de cadeia curta agroalimentar sustentável, a qual aproxima os produtos da pesca artesanal do litoral paranaense aos consumidores da capital e região metropolitana. Além disso, realiza diversas atividades que contribuem para a propagação da cultura agroalimentar sustentável sobre os produtos da pesca artesanal brasileira. Assim, considera-se a experiência da Olha o Peixe! como uma produção associada ao Turismo de Base Comunitária a partir da valoração da cultura caiçara.

PALAVRAS-CHAVE: Negócios sociais, cadeia curta agroalimentar sustentável, cultura agroalimentar, Turismo de Base Comunitária.

INTRODUÇÃO

Os negócios socioambientais, também nominados, negócios sociais, negócios de impacto, negócios inclusivos dentre outras nomenclaturas, são iniciativas importantes consideradas dentro da inovação social e/ou tecnológica, geradoras de transformações positivas no mercado, visam além do lucro, considerar as questões socioambientais e proteção da biodiversidade (CAMPOS, COMINI, 2019; ALBACH, SANTOS, SAMPAIO, 2022). Nesse contexto, que a Olha o Peixe! é caracterizada. Criada em 2018, por um empreendedor jovem, oceanógrafo, que pode estudar e observar a realidade da pesca no litoral paranaense.

O litoral do Paraná é um destino turístico composto por sete municípios, junto aos territórios de Santa Catarina e São Paulo, possui o título de Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (UNESCO). Mesmo assim, a imagem turística possui maior ligação com o turismo de sol e praia e veraneio do que com outras práticas ligadas à natureza e à cultura das comunidades tradicionais. Programas, como a Grande Reserva Mata Atlântica, que a Olha o Peixe! é uma participante, existem para reforçar a região como destinação de natureza.

No âmbito do turismo, observa-se que os negócios socioambientais são possíveis a partir do Turismo de Base Comunitária (TBC) (pensado a partir da comunidade) e, mesmo, o Turismo Comunitário (pensado para a comunidade), independente das modalidades que predominam ou se mesclam, seja

ecoturismo, agroturismo e turismo cultural, desde que atendidas as questões socioambientais com protagonismo comunitário (ALBACH, SANTOS, SAMPAIO, 2022).

Nesse sentido, que se apresenta a comunidade caiçara do litoral paranaense. Com 300 anos de tradição, a comunidade caiçara de pesca artesanal, vive em estágio de vulnerabilidade socioambiental e econômica devido a diversos fatores, entre eles, o baixo valor comercializado por sua produção, longas jornadas de trabalho em situação insalubres, enfrenta condições adversas do tempo e de navegação, submetida às regras e fiscalizações dos períodos e áreas limitadas de pesca, e a concorrência com a indústria do pescado em larga escala (PIERRI et al., 2006).

Além disso, a cultura do consumo de pescados no Brasil, apesar do extenso território litorâneo, é restrita. Os produtos de maior interesse comercial são exóticos a paisagem, a exemplo do salmão, bacalhau e tilápia. A tilápia, peixe de rio com baixo valor nutricional, faz parte do agronegócio, tendo o estado do Paraná, como maior produtor nacional, com 182 mil toneladas produzidas no ano de 2021, de acordo com o Anuário PeixeBR de 2022. O popular cação, nome genérico para tubarões ou raias, se encontra em ameaça de extinção. Enfim, a lista de dificuldades socioambientais e econômicas ligadas à pesca e consumo de pescados é complexa e extensa.

No intuito de trazer luz há algumas problemáticas ligadas à pesca na região, a partir da identificação de demanda por pescados e frutos do mar frescos, que surge a Olha o Peixe!. Com uma comercialização mais justa, para pescadores e consumidores, busca fortalecer as famílias da pesca artesanal e a noção de comunidade. Nesse sentido, o objetivo deste short paper é caracterizar o caso da Olha o Peixe, enquanto produção associada ao Turismo de Base Comunitária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso de caráter descritivo e exploratório-qualitativo com os procedimentos metodológicos: (a) pesquisa bibliográfica com sistematização sobre negócios socioambientais; (b) pesquisa documental em materiais e mídias produzidas pela Olha o Peixe!; (c) observação participante enquanto cliente do negócio; (d) entrevistas semiestruturadas online com proprietário, colaboradores, pescadora e pescador; (e) pesquisa em formulário-online com 78 consumidores sobre Turismo de Base Comunitária no

1 Valéria de Meira Albach (vmalbach@uepg.br), Doutora em Geografia, UEPG/ISAE.

2 Luciane Cristina Ribeiro dos Santos (lu.ribeirocrs@hotmail.com), Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas, IIS/ISAE.

3 Carlos Alberto Cioce Sampaio (carlos.cioce@gmail.com), Doutor em Engenharia da Produção, FURB/ISAE/.UNISUL-Instituto Ânima.



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

litoral paranaense; e (f) análises e sistematização de informação em formulário qualitativo de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O negócio socioambiental da Olha o Peixe! consiste em um sistema de venda de pescados provenientes da pesca artesanal, diretamente ao consumidor ou a restaurantes do litoral, de Curitiba e Região Metropolitana. As encomendas são realizadas online e em um clube de assinaturas, no qual pessoas físicas e jurídicas podem comprar peixes, frutos do mar e outros produtos associados, a partir de uma relação direta com os pescadores, o que se denomina por cadeia curta agroalimentar sustentável, a qual fortalece o consumo consciente e a prática da pesca artesanal.

Vale ressaltar que a Olha o Peixe! enquanto negócio socioambiental, recebeu o Prêmio SESI ODS 21, na categoria Pequena Empresa do Paraná, o que remete a responsabilidade da experiência na construção de um novo modelo de gestão alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No que se refere aos ODS, é evidenciado no cotidiano da empresa o alinhamento direto ao ODS-12: Consumo e Produção Responsáveis. Nesse sentido, quatro projetos principais são executados, a saber: i) Livro de Receitas – com o intuito de popularizar as espécies nativas comercializadas; ii) Nossa Raíz Caiçara – campanha de valorização da cultura com produção de camisetas pelo negócio socioambiental LaLuz Brasil; iii) Missão Pesca Artesanal – junto ao Instituto Linha D'Água e Lex experts – pesca sustentável e próspera que visam construir uma rede de instituições para auxiliar a pesca artesanal brasileira; e iv) Projeto Mistura – aproveitamento dos resíduos dos pescados, como cascas de camarão, carne residual de filés e cascas de siri, para gerar produtos como quiches, escabeches, coxinhas, caldos e pirões.

O objetivo de ampliar o conhecimento sobre as espécies nativas pescadas no litoral paranaense é realizado em diversas ações como participação em eventos, lives sobre receitas e temas relacionados, entrevistas, matérias elaboradas pela assessoria de imprensa, grupos do WhatsApp com os clientes do clube e o Livro de Receitas de 2020, supracitado. O livro pode ser acessado gratuitamente em versão on-line ou adquirido em versão física.

As receitas de cozinheiras (os) profissionais, pescadores ou clientes, foram apresentadas com atunzinho, bacucu (tipo de marisco), bagre, betara, camarão branco, sete barbas, caranguejo caiçara, cavala peixe galo, linguado, manjuba, clariana (ou Maria Luisa), ostra, paru, peixe-porco, pescada branca e amarela, pescadinha bembeca, robalo, salteira, siri e tainha. Esses são alguns exemplos dos pescados vendidos pela Olha o Peixe! respeitando o período de defeso e de acordo com as condições da pesca, assim, o catálogo de produtos é atualizado semanalmente.

Todos os produtos são provenientes da pesca artesanal e não recebem aditivos/conservantes. O pescado é pré-beneficiado (processo de retirada das

vísceras), embalado e congelado imediatamente após a pesca. Cada produto é embalado com bioplástico fornecido pela "OEKO" e outras bioembalagens da empresa "Já Fui Mandioca", e acompanha etiqueta com o nome do pescador/pescadora, canoa, data da pesca e nome da espécie.

Essa aproximação dos consumidores com os pescadores, vem gerando interesse deles em conhecer as comunidades. Em pesquisa aplicada, em grupo de WhatsApp, com clientes de Curitiba, no ano de 2021, 91,1% (de uma amostra de 78 participantes) dos respondentes, demonstraram interesse em conhecer as paisagens naturais da região litorânea do Paraná, realizar roteiros com condutores locais, conhecer as formas tradicionais de pesca, participar de atividades voluntárias e conhecer o artesanato local. Em 2022, a Olha o Peixe! vem articulando junto a operadora de turismo local a aproximação das comunidades para gerarem oportunidades de visitação. A exemplo do período da pesca da tainha (inverno), uma prática tradicional que conta com acampamentos e estratégias de colaboração para a captura dos exemplares.

Da tainha se produz a cambira com peixe defumado e salgado acompanhado num guisado com banana e pirão de peixe, um patrimônio do litoral e prato típico oficial do município de Pontal do Paraná. A Olha o Peixe! comercializa a cambira em caldo e bolinhos produzidos por um dos pescadores que também é cozinheiro.

No projeto Origens do Paraná (Sebrae-PR), que visa avaliar e projetar Indicações Geográficas e Marcas Coletivas no estado, a Olha o Peixe! colabora aproximando às comunidades, especificamente, na Vila de São Miguel (Paranaguá) com a família que produz siri com potencial para o projeto. Além da carne de siri, os produtores preparam casquinhas de siri, hambúrgueres e artesanatos, comercializados pela Olha o Peixe!, os produtores recebem por esses produtos, valores acima dos praticados pelo mercado.

Outro exemplo da produção associada ao Turismo de Base Comunitária, é a ligação da Olha o Peixe! com um souvenir gastronômico (HORO-DYSKI et al., 2014). No ano de 2022, o restaurante Quintana, localizado em Curitiba, oferece o "Prato da Boa Lembrança" – Peixe Paraná, com o linguado do litoral paranaense, tendo a logomarca da Olha o Peixe! impressa no souvenir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos três primeiros anos de atuação, a Olha o Peixe! gerou mais de R\$400 mil reais em renda para 96 famílias da pesca artesanal, comercializando 27 toneladas de pescados (dados divulgados pelo jornal Plural, 2021). Faz parte de um negócio socioambiental medir seu impacto, o que motiva novos investidores, fato essencial para o crescimento e manutenção da iniciativa.

Tanto o negócio em si (delivery de pescados) como as ações relacionadas à cultura agroalimentar do litoral paranaense, contribuem para o Turismo de Base Comunitária. O que gera iniciativas de visitação, sobretudo, por parte das comunidades,

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"



PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

além de despertar a atenção para importância da gastronomia local (saberes e sabores). Por fim, chama-se a atenção para a baixa oferta de pescados nativos, priorizando espécies comerciais, como o salmão, por exemplo, por parte de restaurantes turísticos.

REFERÊNCIAS

Albach, V. M, Santos, L.C.R, Sampaio, C. A. C. (2022) Arranjo institucional e negócios socioambientais do Turismo de Base Comunitária em território de áreas naturais protegidas. Anais...IX Congresso Latinoamericano de Investigación Turística. Universidade Austral do Chile, Valdivia.

Campos, F., Comini, G. M. (2019) Negócios com impacto ambiental. In: Barki, E., Comini, G. M., Torres, H. G. (2019) Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Horodyski, G. S., Cristina Manosso, F., Bizinelli, C., Gândara, J. M. (2014). Souvenirs Gastronômicos como Lembranças de Viagem: um estudo de caso em Curitiba-Brasil. Via. Tourism Review, (6).

Pierrri, N., Angulo, R. J., de SOUZA, M. C., Kim, M. K. (2006). A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 13 (jan/jun):137-167.

O que é comer bem? A visão de pessoas em situação de vulnerabilidade em Ponta Grossa (PR)

H. V. Silva¹; P.G. Jaronski²; M. L. Medeiros³; A. P. Raiher⁴

RESUMO: A alimentação é um fenômeno social, econômico, antropológico e cultural. Portanto, o entendimento do que é "comer bem" altera-se segundo a época, espaço geográfico, faixa etária, classe social, saúde e qualidade de vida do respondente. Tencionando abranger diferentes níveis de segurança alimentar nesta questão, buscou-se compreender o que significa "comer bem" para indivíduos em situação de vulnerabilidade no município de Ponta Grossa/PR. A construção do artigo baseou-se na revisão bibliográfica e aplicação de questionário a 302 famílias sobre aspectos socioeconômicos e alimentares. Conforme variou o nível de Segurança Alimentar (SA), assimilou-se o comer bem de formas distintas, agregando diferentes recursos alimentares às falas. Demonstrou-se que a vulnerabilidade direciona o entendimento do que é "comer bem" ao simples ato de ingerir alimentos, deixando questões culturais e sociológicas em segundo plano, apesar de serem inerentes à alimentação.

PALAVRAS-CHAVE: Comer bem. Ponta Grossa/PR. Insegurança Alimentar.

INTRODUÇÃO

Atrelada ao estado econômico e social da pobreza, a alimentação incompleta - em termos de quantidade, qualidade e de nutrientes - provoca o "insuficiente desenvolvimento físico, psicológico e social" (Rosaneli et al., 2015, p.90). Em 2020, durante a pandemia mundial do novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, as instabilidades socioeconômicas foram agravadas, acentuando as desigualdades, inclusive alimentares, especialmente para as pessoas mais vulneráveis da sociedade (De Aro, Pereira e Bernardo, 2021).

Neste contexto de instabilidade socioeconômica e agravamento da vulnerabilidade, tende-se também a haver redução ao acesso adequado de alimentos, ampliando os níveis de Insegurança Alimentar (IA). A pandemia do novo coronavírus aprofundou a IA nas famílias, com redução do consumo de alimentos essenciais para a dieta regular da população. Esse cenário de "fome" se intensificou, afetando ainda mais aqueles que já estavam nessa situação antes, além dos que perderam seus empregos e suas rendas (Ribeiro-Silva, 2020).

Nesse panorama, o presente trabalho buscou compreender o que significa "comer bem" para pessoas

em situação de vulnerabilidade em Ponta Grossa (PR). Ao entender prioridades, anseios e perspectivas alimentares de pessoas vulneráveis é possível criar estratégias assertivas para a alimentação, fornecidas a partir de programas, não somente para nutrir, mas também para agradar e satisfazer os consumidores (cultural e socialmente).

O COMER BEM E A VULNERABILIDADE ALIMENTAR

As percepções do significado de comer bem dependem de inúmeros fatores, como: época, local, idade, classe social, perfil de saúde e qualidade de vida da pessoa para quem se pergunta. O comer bem não é só sobre a qualidade dos alimentos, o que por si só traz grandes variações ao conceito, mas refere-se, ainda, à quantidade e frequência de ingestão de alimentos.

As pessoas contemporâneas, urbanas, de classe social baixa e com pouca qualidade de vida, costumam conceituar o "comer bem" como ter fartura e ingerir alimentos que sustentam. Para Daniel e Cravo (2005, p. 65) "o pobre tem necessidade de sentir-se de barriga cheia", de modo que a compreensão do comer bem para essas pessoas, em regra, está ligada à comer alimentos fortes e pesados, que dão sustância, consumidos em grande quantidade e com bastante frequência. Nesse panorama, a definição de comer bem geralmente está ligada a alimentos como arroz, feijão e carne (Zaluar, 1994), todos alimentos energéticos e construtores.

Com a emergência do novo coronavírus impactos socioeconômicos foram ocasionados mundialmente, em sua maioria negativos. A partir disso, os hábitos alimentares, acesso e opção por diferentes insumos foram igualmente atingidos (Medina, Aguilar e Fornons, 2015). Segundo a Rede PENSSAN (2021), apenas 44,8% dos brasileiros estavam em estado de segurança alimentar (SA) em 2021, enquanto mais de 50% encontravam-se em IA, com 19 milhões de pessoas passando fome (IA grave). Observou-se que, em razão da pandemia, a quantia de domicílios em SA no país regressou àquela de 2004.

METODOLOGIA

O estudo baseou-se na revisão bibliográfica, na aplicação de questionário à 302 famílias (representando os 5.305 domicílios amparados pelo benefício eventual de auxílio alimentação dos CRAS de Ponta Grossa/PR) sobre aspectos alimentares e

1 Hellen Vitória Silva (helvitsil@hotmail.com), Graduanda em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil.

2 Priscilla Garbelini Jaronski (istvanmeszaros@gmail.com), Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG, Paraná, Brasil.

3 Mirna de Lima Medeiros (mlmedeiros@uepg.br), Pós Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

4 Augusta Pelinski Raiher (apelinski@gamil.com), Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

1º SIMPÓSIO INTERAMERICANO "PERSPECTIVAS SOBRE ALIMENTAÇÃO"

PONTA GROSSA, PARANÁ, 30 e 31 de Agosto de 2022

socioeconômicos realizado por Raiher et al (2022), além de análise de conteúdo no software Iramuteq.

Nesta investigação, focou-se na interpretação livre e subjetiva do "comer bem", relacionando-o aos níveis de segurança alimentar do grupo inquirido. Ademais, utilizou-se a nuvem de palavras para agrupar e ordenar graficamente as falas conforme sua frequência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa foi realizada com as respostas do Relatório de Pesquisa "Fome e Pandemia: Um estudo em Ponta Grossa". Todos os domicílios investigados se encontravam em alta vulnerabilidade social, com 94% em condição de pobreza e 76% em extrema pobreza.

Quantitativamente, buscou-se analisar as representações das pessoas pesquisadas acerca do que é "comer bem". Segundo o software Iramuteq, as respostas dividiram-se nas Classes: preocupação com a saúde, preocupação em conseguir comprar, alimentação que sustenta, alimentação mínima e alimentação diversificada. Na figura 1 expõe-se os alimentos e elementos que compõem os relatos dos entrevistados em âmbito geral, sem separação por SA ou nível de IA.

FIGURA 1 - Alimentos e elementos que integram o comer bem. Dados da pesquisa, 2022.



Em maior tamanho - indicando maior número de ocorrências - vem a "carne". O "arroz" e o "feijão" também aparecem na nuvem de palavras com grande destaque. Assim, o grupo pesquisado revela que o "comer bem" está ligado à ideia de "alimentos fortes", que geram condições de sobrevida às famílias (Zaluar, 1994).

As palavras "hortaliça", "verdura" e "fruta" aparecem com tamanho mediano na nuvem, possuindo significativa recorrência nas citações dos entrevistados. A menção destes alimentos sinaliza a preocupação quanto aos alimentos nutritivos e não necessariamente comprova sua ingestão, podendo consistir em alimentos de desejo.

Além dos alimentos, a Figura 1 também evidencia expressões que materializam o caráter quantitativo da alimentação, como "todos os dias" e "não faltar". Outra menção em destaque é a palavra "essencial", que apareceu em diversas ocorrências, com pessoas apontando que comer bem é ter ao menos o que consideram básico.

Essas relações indicam preocupações em sempre ter alimentos na mesa, não faltar refeições, ter alimentos suficientes, em especial para as crianças e não passar fome. Comer bem, portanto, engloba o próprio conceito de segurança alimentar e o direito de ter acesso constante e contínuo a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

CONCLUSÃO

Buscando a relação entre o significado de "comer bem" para os entrevistados e seu nível de segurança ou insegurança alimentar, verificou-se um entendimento, de certo modo, unificado. Isto porque, embora os grupos analisados tenham se dividido em Classes conforme a predominância de suas falas, os alimentos foram mencionados de forma mais ou menos homogênea. Logo, os insumos mais citados foram arroz, feijão, carne, frutas, verdura, massa, mistura, hortaliça, legume, etc.

Em suma, o estudo demonstrou que a vulnerabilidade direciona a percepção do "comer bem" ao simples ato de ingerir alimentos, deixando questões culturais e sociológicas em segundo plano, apesar de serem inerentes à alimentação.

Essa compreensão do comer bem é relevante e ampara a formulação de políticas públicas de combate à fome no município de Ponta Grossa/PR. Ademais, releva a necessidade de fomentar iniciativas públicas e privadas já existentes, como Auxílios, Programas e Campanhas de arrecadação e doação de alimentos, que incidam na população mais vulnerável de modo eficaz.

Uma política pública ressaltada pelas pessoas pesquisadas foi o Programa Feira Verde. Sugere-se, então, que este Programa seja expandido para os locais onde se identifique maior presença de pessoas em IA no município - o que pode ser analisado em estudos futuros. Através do georreferenciamento, essas áreas podem ser monitoradas por agentes comunitários para acompanhar os resultados do programa. Pode-se, ainda, aplicar a parceria público-privada para treinar os profissionais e adquirir equipamentos.

REFERÊNCIAS

Daniel, J. M. P.; & Cravo, V. Z. (2005). O valor social e cultural da alimentação. In: Canesqui, A. M.; Diez Garcia, R. W. (orgs.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz, 57-68.

De Aro; F. Pereira, B. V.; Bernardo, D. N. D. (2021). Comportamento alimentar em tempos de pandemia. Brazilian Journal of Development, 7 (6), 59736-59748.

Ribeiro-Silva, R. de C. et al. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 25, 3421-3430.

Medina, F. X.; Aguilar, A.; Fornons, D. (2015). Alimentación, cultura y economía social. Los efectos de la crisis socioeconómica en la alimentación en Cataluña (España). Sociedade e Cultura. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil: 18 (1), 55-64.

Raiher, A. et al (2022). Fome e pandemia: um estudo em Ponta Grossa - relatório de pesquisa. Ponta Grossa. UEPG.
Rede PENSSAN. (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede PENSSAN. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

Rosaneli, C. F. et al. (2015). A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. Revista Bioética. Conselho Federal de Medicina, Brasília, 23 (1), 89-97.

Zaluar, A. (1994). A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

Autores

Adriano da Costa Valadão	UEPG
Ana Verónica Moreno	UNLa
Andrea Cordeiro Deborah Czerevaty	UNIFAJ
Audrey Aline Bankes Pereira	UEPG
Augusta Pelinski Raiher	UEPG
Bruna Fernanda Itaoui	UEPG
Camila Aparecida da Silva Albach	UEPG
Camila Calisto Sanches	UAb
Carla Emanuele Lopatiuk	FMPFM
Carlos Alberto Cioce Sampaio	UNISUL / ISAE
Carlos Lopatiuk	UEPG
Caroline Wynnek	UEPG
Charon Mahrara de Araújo Leite	UEPG
César Paul Eugenio Cárcamo Cavagnaro	UPCH
Daniel José Gonçalves	IFPR
Deborah Czerevaty	UEPG

Autores

Édina Schimanski	UEPG
Elaine Novak Lacomski Cunha	Pref. Mun. de Prudentópolis
Emilio Luis Cabello	UNLa
Felipe Ricardo Biscaia	UEPG
Florencia Magalí Pisarra	UNLa
Francisco Manuel Díaz	UNLa
Gabriela Cristina Covalchuk	UEPG
Gabriela Saciloto Cramer	UNICENTRO
Guillermina Ailén Guerrero	UNLa
Hellen Vitória Silva	UEPG
Hernán Maximiliano Jaime	
Igor de Barros Ferreira Dias	IFPR
Isabela Sens Fadel Gobbo	UEPG
Jandir Ferrera de Lima	UNIOESTE
Jessica Paloma Chagas dos Santos	UEPG
Júlia Maria Müller Santiago	UEPG

Autores

Lenir Aparecida Mainardes da Silva	UEPG
Lincon Mioduski Ferreira	UEPG
Lislei Teresinha Preuss	UEPG
Luana M. de O. Billerbeck	UEPG
Lucía Pelatelli	UNLa
Luciane Cristina Ribeiro dos Santos	ISAE
Lucir Reinaldo Alves	UNIOESTE
Marcelino Armindo Monteiro	UNIOESTE
Marcio Soares de Agostinho	UEPG
Maria Cristina Baluta	UEPG
María Elena Colombo	UNLa
Marina Laura Wallinger	UNLa
Marli de Freitas Mendes	UEPG
Matheus Leite Bittencourt	UEPG
Mirna de Lima Medeiros	UEPG
Moacir Piffer	UNIOESTE

Autores

Mónica Graciela Yedvab	UNLa
Nikole de Almeida Mendes	UEPG
Oscar Junior Calvo Torres	UPN
Priscilla Garbelini Jaronski	UEPG
Regiane de Fátima Dias Zanella	UEPG
Reidy Rolim de Moura	UEPG
Renato Alves de Oliveira	UEPG
Reshad Tawfeiq	UEPG
Rhayssa Vieira	UEPG
Rodrigo Pereira Leite	UEPG
Samira Corrêa da Silva	UEPG
Sandra Maria Scheffer	UEPG
Sandy Isabella Dainelli	UEPG
Silvana Weinhardt de Oliveira	UEPG
Terezinha Pelinski da Silveira	UEPG
Thais Sanson Sene	UEPG
Valéria de Meira Albach	UEPG/ISAE

Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza

O núcleo de pesquisa pauta-se na reflexão sobre a relação entre gênero e meio ambiente e tem como referência central as questões ambientais e seus determinantes sócio-históricos na produção e reprodução das condições de pobreza existentes na sociedade. Dentro dessa seara, destacam-se alguns elementos de estudo, tais como desenvolvimento e sustentabilidade, mundo urbano e mundo rural, processos de urbanização e violência, lutas sociais e políticas públicas, educação ambiental, pobreza e exclusão, cidadania ecológica, justiça social, equidade e segurança alimentar.

PROFESSORAS COORDENADORAS

Dr^a. Édina Schimanski
Dr^a. Augusta Pelinski Raiher
Dr^a. Lenir Aparecida Mainardes da Silva
Dr^a. Luana Marcia de Oliveira Billerbeck
Dr^a. Mirna de Lima Medeiros
Dr^a. Sandra Scheffer

RELATÓRIOS DE PESQUISAS

- Relatório final da Pesquisa "Fome e Pandemia: um estudo em Ponta Grossa"
- Relatório final da Pesquisa "Ações de combate à fome em Ponta Grossa (PR) no contexto da COVID-19"
- Relatório final da Pesquisa "(In)Segurança Alimentar: associação de recicladores de Ponta Grossa"

[Link para o diretório do grupo no CNPQ](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8412237169598353)

<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8412237169598353>

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialmente à Reitoria, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, à Coordenadoria de Comunicação, ao Núcleo de Tecnologia da Informação e à Agência de Jornalismo.

À Universidade Tecnológica Federal do Paraná e à Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Peru).

À Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, sobretudo à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria da Família e do Desenvolvimento Social, à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Fundação Municipal de Assistência Social.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa “Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.



Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais Aplicadas



Universidade Estadual
de Ponta Grossa